



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIAS PEDROSO DA SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE ACRELÂNDIA: DE PROJETO DE
ASSENTAMENTO A MUNICÍPIO (1978-1992)**

RIO BRANCO

2024

ELIAS PEDROSO DA SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE ACRELÂNDIA: DE PROJETO DE
ASSENTAMENTO A MUNICÍPIO (1978-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal do Acre, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Territórios, identidades
e Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Carlos Estevão
Ferreira Castelo

RIO BRANCO

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE ACRELÂNDIA: DE PROJETO DE ASSENTAMENTO A MUNICÍPIO (1978-1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Territórios, identidades e Trabalho

Data de aprovação:___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo
Orientador e Presidente da Banca Examinadora – PPGeo/UFAC

Professor Dr. Professor Doutor Silvio Simione da Silva
Membro Avaliador Interno – PPGeo/UFAC

Professora Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Membro avaliador Externo – IFAC/Rio Branco

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

- S586h Silva, Elias Pedroso da, 1985 -
História e memória da formação de Acrelândia: de projeto de assentamento a município (1978-1992) / Elias Pedroso da Silva; orientador: Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo. – 2024.
136 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia. Rio Branco, 2024.
Inclui referências bibliográficas.
1. Projetos de assentamento. 2. Reforma agrária. 3. Território. I. Castelo, Carlos Estevão Ferreira (orientador). II. Título.

CDD: 910

"A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução."

Eric Hobsbawn

Dedico este trabalho aos pioneiros de Acrelândia, os que ainda estão entre nós e aos que já se foram. Especialmente ao meu Avô Eduardo Luís de Castro, meu pai Darcy Pedroso da Silva e meu irmão Edson Pedroso da Silva, que já nos deixaram.

Aos meus professores que ajudaram na construção do meu caminho até aqui, não pretendo citar todos, mas destaco Sônia Domingas, José da Cunha Freire, Marliton Páscoa da Silva, José Ribamar Gomes Amaral, Maria José Bezerra, José Dourado de Souza, Valmir Freitas de Araujo e Maria Elisa da Silva, que é minha mãe.

Aos meus filhos Elen Cristina Gomes Pedroso, Helena Vulcão Pedroso da Silva, Letícia Vulcão Pedroso da Silva e Pedro Elias Vulcão Pedroso e aos meus irmãos e irmãs, em especial à Elizangela Pedroso da Silva, que foi minha auxiliadora de primeira mão e incentivadora para a construção desse trabalho. A minha esposa Jéssica Sâmea Vulcão da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Doutor Carlos Estevão Ferreira Castelo, por ter me orientado para a construção desse trabalho; a todos do PPGEIO da UFAC, por terem me proporcionado a oportunidade de ingressar nessa pós-graduação; aos meus familiares e amigos que me incentivaram e me apoiaram nos estudos, alguns com palavras de apoio e outros até mesmo com auxílio financeiro; aos entrevistados, que tão gentilmente, me cederam seus relatos para que eu pudesse escrever esse trabalho.

Agradeço à Soraia e toda a equipe do Museu da Borracha, bem como à Francisca Glória de Queiroz, minha querida tia Glória, por ter me ajudado a fazer contato com as pessoas da 8ª Zona Eleitoral de Senador Guimard. À Maria de Fátima Nascimento Lima, do arquivo do TRE/AC; ao Francisco Gomes da Rocha, meu amigo que me emprestou alguns livros para ajudar na pesquisa bibliográfica; ao Anderson de Oliveira que me ajudou na elaboração do Projeto de Mestrado.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar à conclusão desse projeto.

RESUMO

O Município de Acrelândia é, segundo o IBGE, um dos maiores produtores agrícolas do Acre, com destaque para as lavouras de café e banana. Esse perfil agrícola tem raízes históricas e geográficas. Este trabalho explora a formação espacial e territorial de Acrelândia, iniciando com a política agrária do governo militar brasileiro (1964-1985) para a Amazônia e suas consequências. Em seguida, analisa a introdução da agropecuária no Acre, impulsionada pelo governo local, que abriu terras para imigrantes sulistas e implementou projetos de colonização, como o Projeto Redenção. O estudo também aborda a luta dos agricultores do Projeto Redenção por melhores condições de vida, culminando na emancipação do Município em 1992. Conceitos como espaço e território, de Raffestin (1993), foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e da escrita da dissertação. Além de conceitos puramente geográficos, o trabalho encontrou suporte em abordagens sociológicas e filosóficas, como as de Michael Lowy (1975) e Elizeu Sposito (2004), que ajudaram a compreender as relações políticas e sociais entre os assentados do Projeto Redenção e os órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento do projeto. Utilizando pesquisa bibliográfica, documental e fontes orais, o trabalho oferece uma visão abrangente sobre os fatores que moldaram Acrelândia, concluindo que a formação agrícola do município é resultado de políticas governamentais e da resistência e organização dos agricultores locais.

Palavras-chaves: Projetos de assentamento; reforma agrária; território; emancipação; luta política.

ABSTRACT

The Municipality of Acrelândia is, according to the IBGE, one of the largest agricultural producers in Acre, with notable coffee and banana crops. This agricultural profile has historical and geographical roots. This work explores the spatial and territorial formation of Acrelândia, starting with the agrarian policy of the Brazilian military government (1964-1985) for the Amazon and its consequences. It then analyzes the introduction of agriculture and livestock in Acre, driven by the local government, which opened lands to southern settlers and implemented colonization projects such as the Redemption Project. The study also addresses the struggle of the farmers of the Redemption Project for better living conditions, culminating in the emancipation of the Municipality in 1992. Concepts such as space and territory, by Raffestin (1993), were fundamental for the development of the research and the writing of the dissertation. In addition to purely geographical concepts, the work found support in sociological and philosophical approaches by authors such as Michael Lowy (1975) and Elizeu Sposito (2004), which helped understand the political and social relationships between the settlers of the Redemption Project and the government agencies responsible for the development of the project. Using bibliographic, documentary research, and oral sources, the work provides a comprehensive view of the factors that shaped Acrelândia, concluding that the municipality's agricultural formation is the result of government policies and the resilience and organization of local farmers.

Key words: Settlement projects; agrarian reform; territory; emancipation; political struggle.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

FIGURA 1- GENERAL MÉDICI (A DIREITA) E O PRESIDENTE DOS EUA RICHARD NIXON	11
FIGURA 2- PROJETOS DE ASSENTAMENTO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA	18
FIGURA 3-PLANTA PROJETO REDENÇÃO 2 PARTE1	56
FIGURA 4- PLANTA PROJETO REDENÇÃO 2 PARTE 2	57
FIGURA 5- QUADRA 9, PROJETO REDENÇÃO	63
FIGURA 6- VILA DO BID, MARÇO DE 1987	69
FIGURA 7- MISSA NA VILA ACRELÂNDIA EM DEZEMBRO DE 1989. DA DIREITA PARA A ESQUERDA, JOÃO BERNARDINO PARENTE (ÓCULOS), TEREZA PARENTE, CREUZA COELHO E ADELSON AZEVEDO	75
FIGURA 8- PALÁCIO TEM DE RECEBER O POVO, DIZ MÁRIO MAIA	79
FIGURA 9- DONA FRANCISCA E RICARDO ROLA REALIZANDO PROCEDIMENTO EM UM PACIENTE NA VILA REDENÇÃO EM 1986	81
FIGURA 10- REUNIÃO COM OS PARCELEIROS DO REDENÇÃO	86
FIGURA 11- VISITA DE LUIZ PEREIRA AO PROJETO REDENÇÃO, 1987	94
FIGURA 12- LISTA DE MUNICÍPIOS A SEREM CRIADOS EM 1992	101
FIGURA 13-EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE ACRELÂNDIA 1993/1996	116
FIGURA 14- BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA	118
FIGURA 15- BRASÃO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA	118
FIGURA 16- ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA-AC	121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INTEGRAR PARA ENTREGAR	16
2.1 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO GOVERNO CIVIL-MILITAR: CONTRARREFORMA AGRÁRIA?	17
2.2 “GENTE SEM-TERRA PARA UMA TERRA SEM GENTE?”	24
2.3 A QUESTÃO DE ITAIPU	28
3 A ABERTURA DAS TERRAS DO ACRE PARA OS “PAULISTAS”	36
3.1 A CRIAÇÃO DA COLONACRE E A NOVA POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DO ACRE	39
3.2 PROJETOS DE ASSENTAMENTO	43
3.5 AS CIDADES PIONEIRAS	66
3.6 A VILA REDENÇÃO	67
3.7 A VILA DO BID	70
4 AS LUTAS DOS PARCELEIROS DO REDENÇÃO E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA	80
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE MEMÓRIAS	80
4.2 A PRIMEIRA BATALHA	81
4.3 A CRIAÇÃO DO DISTRITO DE ACRELÂNDIA	93
4.2 OS ARRANJOS POLÍTICOS E O PLEBISCITO	103
4.3 A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA	112
4.4 AS ELEIÇÕES DE 1992 E A LUTA POLÍTICA DE DOIS PROJETOS ANTAGÔNICOS	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE ACRELÂNDIA: DE PROJETO DE ASSENTAMENTO A MUNICÍPIO (1978-1992)

APRESENTAÇÃO

Ao encerrar meus estudos secundários na escola estadual Marcílio Pontes dos Santos, em Acrelândia, parti para um desafio maior, cursar História na Universidade Federal do Acre, em 2003. Então tomei o rumo da capital, deixando para trás minha família e minha zona de conforto. Tinha comigo a intenção de escrever sobre a história de Acrelândia. Porém, com o passar do tempo e o desenrolar dos estudos, fui tomando outros rumos e decidi tratar sobre uma temática diferente em minha monografia de graduação. Contudo, nunca desisti de escrever sobre minha terra adotiva, lugarejo onde passei a residir junto com meus pais desde os sete anos de idade.

Depois de muito procurar por escritos e trabalhos acadêmicos que falassem sobre o Projeto Redenção ou o município de Acrelândia, constatei que não existia uma bibliografia específica sobre esse tema. E os poucos escritos eram muito genéricos e/ou vagos, normalmente feitos sem uma estrutura científica ou até mesmo carente de fontes.

Como para mim a história do lugar era muito presente, principalmente em minha memória, resolvi explorar meus conhecimentos práticos sobre Acrelândia e, principalmente, sobre o Projeto Redenção. Então elaborei um projeto de pesquisa que permitiu-me ser aprovado para o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAC. Observo que o tema surgiu quase que naturalmente para mim, porém faltavam as técnicas e os métodos de pesquisa em Geografia, tendo em vista que sou oriundo da área de História e, também, da Logística. Eu não havia ainda me aprofundado no mundo da Geografia, apesar de ser essa minha disciplina favorita nos tempos de primeiro e segundo grau.

Iniciei as pesquisas e ao aprofundar as leituras geográficas, comecei a perceber um vasto campo a ser explorado. Foram dias e noites debruçado sobre livros e meu velho computador, o que me permitiu fazer avanços importantes no tratamento das informações que ia coletando, e, principalmente, na sistematização delas. Foquei na Geografia Histórica, mas tentei trabalhar também com a Geopolítica.

Recorri a uma séria pesquisa documental, e explorei ao máximo as fontes orais, aproveitando-me do fato de que muitas das pessoas que ajudaram a construir o

Projeto Redenção (e posteriormente o município de Acrelândia) ainda estão vivas e puderam colaborar bastante com o trabalho. Considero, portanto, essa dissertação um “abre alas” para novos trabalhos sobre a formação geográfica e histórica de Acrelândia, assim como pretendo ampliar o debate sobre os projetos de assentamento do Governo Federal no Acre, pautado na Geografia Agrária.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar os estudos sobre o Projeto Redenção e a criação do Município de Acrelândia, empreendeu-se a busca por conceitos da Geografia que pudessem explicar o fenômeno que ocorreu no processo de formação dessa localidade. Dessa forma, conceitos como espaço e território, de Raffestin (1993), tornaram-se caros para o desenvolvimento da pesquisa e, principalmente, da escrita da dissertação.

Além de conceitos puramente geográficos, também se encontrou suporte em abordagens sociológicas e filosóficas por meio de autores como Michael Lowy (1975), e Elizeu Sposito (2004), que serviram de base para compreender as relações políticas e sociais que se estabeleceram entre os assentados do Projeto Redenção e os órgãos do governo, responsáveis pelo desenvolvimento do assentamento.

O objetivo central da pesquisa foi identificar e compreender os fatores que levaram o projeto de assentamento Redenção no Estado do Acre a se tornar um município (Acrelândia). Como objetivos específicos, procurou-se:

- a) traçar uma linha do tempo que levasse a compreensão dos fatos arrolados nesse processo;
- b) identificar os atores sociais que participaram da epopeia vivida no coração da Amazônia que transformou o espaço antes inexplorado em território;
- c) conhecer a luta política que se travou dentro do espaço até que ele se tornasse território emancipado.

Após a leitura de Marconi; Lakatos (2020, p. 34), no início do processo de revisão de literatura, em que apreendi conceitos chaves para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, decidi realizar uma abordagem qualitativa do tema, e, também, fazer uma pesquisa bibliográfica e documental. Com isso, buscou-se dentro da literatura corrente, e, também, nos arquivos públicos e particulares, documentos e fontes que nos levassem a responder as diversas questões que foram levantadas durante a elaboração do projeto.

Documentos oficiais do Governo do Estado do Acre, da Câmara Municipal de Acrelândia e, também, da Prefeitura de Acrelândia, tiveram grande relevância, principalmente quando confrontei os dados obtidos nessas fontes, através de uma abordagem metodológica baseada na dialética de Marx e Engels.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em pequenas etapas, devido a peculiaridade do tema, porque nem sempre se encontrou alguma informação

diretamente onde eram buscadas. O material era deveras escasso em algumas partes específicas sobre o Projeto Redenção, porém abundante quando se tratava da Geografia Agrária. Nesse campo, um dos principais autores utilizados foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mais especificamente duas de suas obras foram de grande valia para a pesquisa, “Integrar para não entregar” e “Modo capitalista de produção e agricultura”.

Para o estudo do método de abordagem, tomou-se como base, Eliseu Savério Sposito, com “Geografia e Filosofia”, em que tentou-se esmiuçar as formas que poder-se-ia abordar esse estudo geográfico sem extrapolar o campo da Geografia, para não correremos o risco de fazermos um trabalho puramente histórico e não geográfico¹.

Regina Bega Santos, com “Migração no Brasil”, colaborou com o estudo de alguns conceitos sobre a movimentação de pessoas dentro de um mesmo território nacional, parte importante na compreensão das movimentações que serviram de base para criação dos projetos de assentamento na Amazônia.

Utilizou-se também José de Souza Martins com Frente Pioneira, contribuição para uma caracterização sociológica, quando tratamos o tema de frentes de expansão e frentes pioneiras, formas de movimentação de pessoas e do capital dentro do território nacional. Realizou-se ainda um contraponto entre Martins e Santos, para aprofundar os conceitos de fronteiras e da expansão do capital sobre novos territórios.

Seguimos também os passos de Milton Santos em “Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica (2004)”, em que ele demonstra o papel da interdisciplinaridade da geografia com outras disciplinas, principalmente com a história. Não apenas no sentido de dependência uma da outra, mas no sentido de suporte, uma tratando do tempo e a outra do espaço. Parafraseando Paul Vidal de La Blache “A história e a Geografia são companheiras antigas”, por isso, foram utilizadas fontes históricas para embasar a pesquisa, sem, no entanto, deixarmos de frisar que este é um trabalho feito com os olhos da história, mas escrito com a caneta da geografia.

Como fontes históricas utilizou-se autores como Maria José Bezerra, em sua Tese de Doutorado Invenções do Acre: De território a estado - Um olhar social..., Georgia Pereira Lima, com sua Tese de Doutorado “Brasivianos”: Culturas, fronteiras e identidades. Dhuliane Cristina Bonfanti com sua dissertação “O

¹ Destaca-se que essa pesquisa pode ser considerada de Geografia Histórica e Política.

planejamento e as ocupações em áreas de preservação permanente - APP, no perímetro da cidade de Rio Branco, Acre”. Juvêncio Mazzarollo, com seu livro “A taipa da injustiça, esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu”.

Outra fonte de grande valia tratou-se de uma monografia do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre, do ano de 2004, elaborada por Luciano Rodrigues do Nascimento: “Projeto de Colonização Redenção (Acrelândia- Acre): do planejado ao vivido (uma introdução)”, trabalho bastante focado na história de vida algumas famílias que migraram do sul do Brasil para compor as fileiras dos assentados do projeto Redenção.

As fontes orais foram um grande desafio de pesquisa, porque quando se buscava uma pessoa para entrevistar, logo indicava outras pessoas, que sabiam mais que ela, e não se dispunha a conceder entrevistas. Todavia conseguimos entrevistar quatro pessoas que tiveram papel relevante dentro da comunidade do projeto Redenção e posteriormente no município de Acrelândia. Para essas entrevistas utilizou-se questionários não estruturados, porque toda vez que se questionava sobre algum tema, logo surgia outro e assim seguiu-se durante as entrevistas que foram de grande valia para esse trabalho. Foram entrevistados:

- Vilseu Ferreira da Silva, foi um dos pioneiros do Projeto Redenção e exerceu um papel muito importante dentro da associação de moradores do Projeto; foi professor da primeira escola dentro do Redenção, depois foi secretário de obras do Município de Plácido de castro, subprefeito do distrito de Acrelândia e posteriormente foi vereador e prefeito do Município de Acrelândia.
- Sebastião Rita de Carvalho, é outro personagem histórico de bastante relevância dentro do projeto Redenção; foi presidente da associação de moradores, professor da escola Maria de Jesus Ribeiro, auxiliar do enfermeiro Ricardo Rola e subprefeito do distrito de Acrelândia, vereador e Vice-Prefeito do município de Acrelândia.
- Edna Bernardino e Silva, foi uma mulher de destaque no projeto Redenção exercendo a liderança feminina na Vila do BID (hoje Acrelândia); foi a primeira professora da Escola Pedro de Castro Meireles, participou dos movimentos reivindicatórios da associação de

moradores, secretária de Educação do Município de Acrelândia e, também, Vereadora.

- Francisco Paiva Costa da Rocha, o Kiko Rocha, foi funcionário da COLONACRE, responsável por cadastrar as famílias que chegavam em busca de ocupar um lote dentro do Projeto Redenção. Como ele mesmo informou, trabalhava na burocracia, mas conduziu a primeira família sulista para ocupar sua parcela dentro do Projeto.

De agosto até dezembro de 2023 foi o período que conseguimos contatar e entrevistar as pessoas que tiveram papel relevante dentro do projeto Redenção bem como no município de Acrelândia. Para logarmos êxito, utilizamos o aplicativo de mensagens *WhatsApp*, que facilitou o contato com os entrevistados.

Isto posto, informa-se que a dissertação está dividida em 4 capítulos, sendo que no primeiro fazemos a introdução do trabalho. No segundo capítulo, tratamos diretamente sobre os Programas e Projetos para a Amazônia criados durante a ditadura civil militar (1964-1985) e suas implicações no panorama nacional. No terceiro capítulo, tratou-se do Acre e analisou-se o cenário posto à época, bem como falou-se diretamente dos Projetos de Assentamento e Colonização desenvolvidos no Estado, com foco específico nos Projetos Redenção I e Redenção II. No quarto capítulo a proposta foi apresentar a luta política e seus arranjos sociais, assim como a consolidação do território do município de Acrelândia dentro do espaço do Projeto Redenção. Ao final utilizamos o método dialético para análise das respostas encontradas no decorrer dos capítulos, apresentando alguns achados da pesquisa.

2 INTEGRAR PARA ENTREGAR

Nesse capítulo, trataremos sobre as formas utilizadas pelo regime militar para ocupar as terras da Amazônia e a expansão do capitalismo agrário sobre uma nova fronteira. Como o título sugere, utilizou-se como base de discussão o livro “Integrar para não entregar” de Oliveira (1988). Debate-se no capítulo o papel do estado brasileiro na condução das frentes de expansão e ocupação territorial na Amazônia, tendo como pano de fundo a entrada do capitalismo internacional e seus agentes no cenário local.

Discorre-se sobre a principal ferramenta utilizada pelos governos militares para adentrar no território tido como “inexplorado” da Amazônia, os Projetos de Assentamento, bem como a criação do INCRA, órgão que seria responsável pela criação e desenvolvimento desses projetos. A imagem emblemática da época, nos mostra o aperto de mãos entre o presidente Nixon dos Estados Unidos e o General Médici, presidente do Brasil, evidência do afirmado acima acerca dos interesses do capital internacional sobre a região.

Figura 1- General Médici (a direita) e o presidente dos EUA Richard Nixon



Fonte: https://bncamazonas.com.br/ta_na_midia/ditadura-brasileira-planejou-invadir-uruguai-mostra-documento-dos-eua/#google_vignette, 2023.

2.1 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO GOVERNO CIVIL-MILITAR: CONTRARREFORMA AGRÁRIA?

Sobre o Projeto Redenção é importante saber como se deu seu surgimento e, também, em qual contexto histórico ele estava inserido. Isso porque o Redenção foi apenas um entre muitos projetos de colonização e assentamento criados no período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Os projetos de assentamento e colonização foram criados dentro do PIN (Programa de Integração Nacional) pelo Decreto-lei 1.106 de 16/06/1970, por meio de um órgão criado exclusivamente para implementá-los, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Decreto-Lei 1.110 de 09/07/1970). Destaca-se que o INCRA foi criado a partir da fusão de dois Institutos Nacionais, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).

Oliveira (1988, p.74), afirma que o INCRA tinha por finalidade fazer com que a mão de obra necessária para os projetos de exploração agrominerais e agropecuários fosse fixada nos pontos de interesse do Governo Federal, que serviram como ponta de lança para a entrada do capital internacional na Amazônia. Até porque, “de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho”.

O mesmo autor aponta, ainda, que uma reforma agrária nos moldes que almejava o governo brasileiro da época, não seria possível de ser executada na região nordeste ou sudeste, porque essas já possuíam uma estrutura fundiária concentrada e eram focos constantes de tensão social. O General Médici, inclusive, certa vez afirmou: “Vamos levar os homens sem-terra do nordeste para as terras sem homens da Amazônia” (Oliveira, 1988, p.74).

Para Oliveira (1988, p. 32), o início da “Operação Amazônia” se deu em 1966, quando foi oferecido um cruzeiro no navio Rosa da Fonseca pelo rio Amazonas, a um grupo de empresários do centro-sul do Brasil, que foram tratados como possíveis “investidores”. Entretanto, eram latifundiários e defensores da mesma estrutura arcaica que dominava o Brasil desde os tempos da colônia portuguesa.

Dessa forma, o “Cruzeiro dos Paulistas”² foi o pontapé inicial para a vinda em massa de sudestinos para a Amazônia. Por aqui chegavam com muito dinheiro, compravam grandes extensões de terra e iniciavam a formação de fazendas agropecuárias³. Um dos expoentes desse movimento de empresários era o ex-deputado paulista Sérgio Cardoso de Almeida, “feroz combatente da reforma agrária e defensor intransigente da estrutura fundiária brasileira” (Oliveira, 1988, p.33).

Após a adesão dos “paulistas” (Idem) à causa patriótica da ditadura civil-militar, foi dada a contrapartida pelo Governo Federal por meio de incentivos fiscais. Criou-se o FIDAM (Fundo para investimentos privados do desenvolvimento da Amazônia) e foi praticamente recriado o BASA (Banco da Amazônia S.A.). A SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), surgiu para substituir a SPVEA (Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia), herança do governo Vargas.

Tanto a SUDAM quanto o FIDAM, contavam com uma injeção maciça de capital por parte do Governo Federal para os estados e territórios da região amazônica, também os municípios passaram a ser beneficiados com os investimentos públicos destinados ao desenvolvimento de uma nova economia na Amazônia.

O Decreto-Lei 288 de 28/02/1967 criou a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), com o objetivo de implantar um centro industrial e agropecuário para integrar a Amazônia Ocidental ao Brasil (Oliveira, 1988). Com a Zona Franca, vieram as isenções fiscais para quem se instalasse na região, IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), ICM (Imposto sobre circulação de mercadoria), Impostos de exportação (IE) e importação (II). Essas foram algumas das vantagens ofertadas pelo governo a qualquer “bom patriota” que quisesse investir seu capital na região.

O objetivo era claro: levar o capital para atuar dentro da Amazônia, através de agentes nacionais e internacionais, que executariam o processo de retirada das riquezas do subsolo e da floresta. Todavia, os donos do capital não podiam sujar as mãos para lavrar a terra ou explorar o subsolo, para isso, precisavam de pessoas que

² Nome pelo qual ficou conhecida a viagem dos empresários sudestinos pelos rios da Amazônia a bordo do navio Rosa da Fonseca. A viagem foi promovida pelo governo federal com o intuito de angariar investidores para os projetos de colonização da região.

³ No Acre, o termo “paulista” era utilizado para designar essas pessoas que vinham do centro sul do Brasil com muito dinheiro e compravam as terras dos antigos seringais de “porteiras fechadas”. Na verdade, eram oriundos de diversos estados, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

pudessem executar essas tarefas. Novamente, o governo federal apadrinha o capital e resolve agir para levar as pessoas até as áreas em que poderiam atuar para o bem da pátria.

Santos (1994, p. 46), aponta que a partir da década de 1970, houve uma redistribuição geográfica da população no Brasil, devido à reorganização das atividades econômicas pelo espaço geográfico, ou seja, a migração tradicional do Nordeste para o Sudeste, muito usual até a década de 1960, foi suplantada pela migração Sudeste para o Norte.

Apesar de ainda continuar o fluxo migratório que partia do Nordeste para São Paulo ou Rio de Janeiro, uma maior quantidade de pessoas passou a seguir de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, para o Centro Oeste e para o Norte, Santos (1994, p.45). Inclusive, Santos apresenta uma tabela na qual demonstra que os vinte municípios que mais cresceram de 1980 até 1991, estavam na Amazônia, localizados principalmente no Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins (Santos 1994, p. 43). Santos salienta, ainda, que não é possível atribuir somente ao incremento vegetativo as elevadas taxas de aumento populacional que se registrou na Amazônia nesse período.

Santos (1994, p.53), utiliza o termo “frentes de expansão”, quando se refere ao movimento que faz o capital através de seus mecanismos econômicos e seu braço político do estado, com a intenção de levar trabalhadores de uma região de tensão ou “saturada” para uma nova região onde há carência de mão de obra. Para que isso viesse a ocorrer, seria necessário criar uma maior oferta de ocupação para os novos migrantes, porém somente o capital não é capaz de gerar essa oferta, nesse momento é que o estado intervém para auxiliar no processo.

José de Souza Martins, utiliza os termos “frente de expansão e frente pioneira”, distinguindo-os através do conceito de fronteiras dentro de um território, a fronteira econômica e a fronteira demográfica (Martins 1975). Para ele, quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando da fronteira econômica. Quando os antropólogos falam em frente de expansão, estão tratando da fronteira demográfica (Queiroz, 2014). A frente pioneira se estabelece quando a ocupação humana avança sobre um território, trazendo a mão de obra e os trabalhadores, antes mesmo do capital se estabelecer efetivamente. São os conhecidos “desbravadores”.

A frente de expansão, carrega consigo os agentes do capital, ou seja, os bancos e demais instituições financeiras, os investidores privados, não somente os

agentes básicos da economia de mercado, mas a “raiz” do modo de produção capitalista, que tornará aquela terra ou aquele espaço em território e propriedade privada, alterando a lógica da ocupação de maneira irreversível. Mudando as características demográficas do lugar, fazendo surgir cidades e outros tipos de aglomerados humanos nos moldes da exploração capitalista.

Oliveira (1990, p.79), coloca que existia a tentativa por parte do capital de destruição do campesinato em detrimento da modernização do latifúndio. Pode parecer contraditório quando se fala disso em um estudo sobre projetos de assentamento agrário, mas ele explica de maneira didática, que a terra sob o capitalismo, deixa de ser somente um meio de produção e passa a ser, também, mercadoria.

Ora, até a década de 1960, a Amazônia contava com uma densidade demográfica e muitas populações tradicionais, entre esses, povos originários, seringueiros e agricultores familiares. Todavia, mesmo após a criação da SPVEA, em 1953, visando o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região, essas populações tradicionais continuavam praticamente intocadas. Havia vivido o auge da exploração do látex, num movimento do capital internacional Pré-guerra Fria, no qual os limites geográficos eram mais importantes que os limites ideológicos.

No entanto, após 1960, não eram apenas os limites físicos que deveriam ser estabelecidos ou reforçados, mas também os limites ideológicos e, principalmente, econômicos. O espectro do comunismo rondava o Ocidente e por isso, foram elaboradas estratégias de combate a esse fantasma, diversos golpes de Estado pela América Latina ocorreram nesse período, e várias ditaduras foram sustentadas pelo capitalismo e seu representante maior: os Estados Unidos da América.

O governo militar brasileiro era submisso ao grande capital e aliado de primeira linha dos EUA. Para mostrar que eram fiéis aliados, desenvolveram uma doutrina que visava expandir os domínios do capitalismo sobre as terras nacionais. O *slogan* “Integrar para não entregar”, dizia respeito a não entregar para os soviéticos, porque a entrega deveria ser feita ao grande capital internacional (Oliveira, 1988).

É importante destacarmos que a economia do látex, que era o motor do desenvolvimento econômico tradicional na região amazônica, já demonstrava sinais de estagnação. A vitória dos aliados havia devolvido os seringais do sudeste asiático para os britânicos e, também, os estadunidenses estavam desenvolvendo a borracha

sintética, a um baixo custo de produção. O que gerou a necessidade de uma nova economia para o desenvolvimento capitalista na Amazônia.

O PIN já estava sendo executado através da construção de rodovias e estradas que pudessem melhorar ou permitir os acessos às regiões mais distantes dos centros econômicos do Brasil. A rodovia transamazônica⁴ foi um exemplo clássico de como deveria funcionar o PIN.

O PIN previa a colonização em faixa de 10 km ao longo das rodovias (Oliveira 1988, p.77), ou seja, à medida que as rodovias fossem adentrando na floresta, uma maior quantidade de terra poderia ser colonizada, mesmo que fosse terra indígena e até mesmo pertencente a uma comunidade tradicional. Para Ianni (1979, *apud* Oliveira 1988), essa ação arbitrária do governo ditatorial, ao invés de fazer a reforma agrária, na verdade estava implementando uma contrarreforma agrária.

As ações eram tão arbitrárias que o Governo Federal não confiava aos municípios o desenvolvimento dos assentamentos, não utilizavam uma cidade polo ou um centro regional para aglutinar os projetos de assentamento. Ao contrário, os projetos de assentamento eram planejados, executados, e administrados pelo INCRA, órgão criado especificamente para esse fim.

Outro ponto era que nos projetos de assentamento deveriam ser construídas “Agrovilas”, Agrópolis” e “Rurópolis”, que eram os três tipos de Urbs rurais idealizadas pelo INCRA para cada tipo de assentamento (Ianni, 1979, *apud* Oliveira, 1988, p.78). A Agrovila seria um bairro rural (apresenta-se uma definição mais completa no capítulo II), onde o produtor rural receberia pequenos lotes e trabalharia em atividades agrícolas, porém teria alguns “confortos” da zona urbana.

A Agrópolis seria um pequeno centro urbano que abrigaria uma mínima estrutura agroindustrial e serviria como entreposto para os produtos das Agrovilas, deveria ser o ponto de aglutinação das Agrovilas contendo em sua área de abrangência de 8 a 12 Agrovilas (Idem). A Rurópolis seria uma espécie de “metrópole” para as Agrópolis e Agrovilas, um centro regional com uma infraestrutura mais complexa, com indústria, comércio, serviços, hospitais, órgãos públicos e privados.

Todo esse planejamento mascarava a real extensão do avanço sobre as áreas de terra ainda “intocadas” da Amazônia, pois enquanto PIN previa o avanço de 10 km

⁴ Uma rodovia de aproximadamente 4.200 quilômetros, partindo de Cabelo, na Paraíba, deveria alcançar Lábrea, no Amazonas, ligando de leste a Oeste o território nacional.

ao redor da rodovia, a Rurópolis previa um raio de ação de 70 km a 140 km a partir do centro da Urbs rural, ou seja, multiplicavam para mais de 100 por cento a faixa que seria permitido o avanço sobre a floresta.

Além do avanço desenfreado sobre a floresta, também houve outro fator que demonstrou a profunda arbitrariedade da contrarreforma agrária do governo dos fardados, os projetos foram feitos em sua maioria de maneira vertical e por pessoas que não detinham conhecimento prático da região.

Oliveira cita um caso que ficou famoso como “experiência pioneira” dos projetos de colonização que foi o Projeto Integrado de Colonização Altamira, no Pará. Ele possuía a rodovia Transamazônica como espinha dorsal e um conjunto de estradas vicinais abertas a cada cinco quilômetros de distância com uma extensão de 10 a 12 quilômetros. Foi prevista a distribuição de 2.973 lotes rurais, aglutinados em 60 Agrovilas e 6 Agrópolis (Dias; Castro, 1986 *apud* Oliveira, 1988, p.78).

O Projeto Altamira⁵ foi implementado em 1971 e chegou a contar com 3.500 parceiros, porém em 1975 cerca de 40 por cento dos colonos já tinham abandonado o projeto (Dias; Castro, 1986 *apud* Oliveira 1988, p.78). Isso se deveu a forma como atuou o Governo Federal, executando parte do projeto e deixando a maior parte somente na promessa ou no papel, ou seja, foi mais um projeto inacabado que acabou por deixar os parceiros desassistidos e abandonados pelo poder público.

Para consolidar seu poder de forma definitiva sobre as terras “novas” da Amazônia, o governo militar usou de um artifício bastante conhecido, que foi o de legislar através de decreto, principalmente sob o pretexto da defesa nacional. Por isso, o General Médici baixou a Lei 1.164 de 1 de abril de 1971 (Oliveira, 1988, p.78), aumentando para 100 quilômetros as áreas devolutas as margens das rodovias na Amazônia Legal, que passariam para o controle do governo federal e seriam explorados através dos projetos do INCRA.

Com isso, o Governo Federal retirava dos estados o controle sobre essas áreas e pegava para si o domínio da região. Outro fato foi que se multiplicaram as rodovias na Amazônia, para muito além da Transamazônica, ou seja, onde houvesse uma rodovia federal ou um projeto de rodovia federal, suas margens estariam sobre o controle da união. Isso colocou sobre o controle do INCRA a maior parte das terras

⁵ Hoje, Altamira é o município com maior extensão territorial do Brasil, com 159.533 km², e uma população de 126.279 hab. (IBGE, 2022).

2.2 “GENTE SEM-TERRA PARA UMA TERRA SEM GENTE?”

Santos (1994, p.10), afirma que: “as migrações nem sempre são espontâneas”. Para essa autora “o poder público tem importante participação como agente provocador de fluxos migratórios (...) isso ocorre quando o governo tem intenção de “formar a força de trabalho necessária para o surgimento e desenvolvimento de novas atividades econômicas e ampliar as possibilidades de acumulação de capital”. Outra hipótese defendida por Santos (1994), é que as migrações provocadas pelo poder público estão também relacionadas à efetiva incorporação dos territórios ao espaço nacional, explicada sempre no discurso de defesa da integridade nacional contra interesses estrangeiros.

Martins, problematiza de uma forma dual essas migrações internas, com as já citadas frentes pioneiras e de expansão. Para ele, em contraponto a Santos, a frente de expansão não necessariamente é um movimento articulado puramente pelo capital, mas sim um movimento sociológico e antropológico, em que os indivíduos avançam sobre uma determinada fronteira antes que o capital se estabeleça nesse novo lugar.

É frequente, quando se estuda o período da ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964, encontrarmos uma base do forte discurso da integração nacional através da ocupação dos espaços considerados vazios, para evitar que esses espaços sejam ocupados por estrangeiros, principalmente os do perigoso séquito comunista, que rondavam o território nacional com foice e martelo na mão. O que não se demonstra nesse discurso é que o real interesse está em permitir que o capital se aposse do território, para que possa se reproduzir e retirar os recursos necessários para aumentar seus ganhos.

Quando Oliveira (1988), problematiza sobre as políticas públicas para a Amazônia, ele usa um termo que serviu de *slogan* para a ditadura “Integrar para não entregar” e demonstra a partir de dados sólidos as reais intenções que se escondiam por detrás dessa propaganda pseudonacionalista. A entrega do solo e do subsolo brasileiro para o capital norte-americano, sob uma fachada de testas de ferro⁶ brasileiros a serviço dos estrangeiros.

⁶ "testa de ferro" é aquele aparenta ser o dono de um negócio, mas, na verdade, é apenas um representante dos reais proprietários do empreendimento

Apesar do discurso nacionalista, os defensores do regime ditatorial utilizavam de todos os artifícios e meios para abocanharem seus nacos de capital, mesmo que para isso tivessem que vender o Brasil. Um dos artifícios era que no Brasil existiam muitas pessoas sem-terra, principalmente no Nordeste, porém que existiam muitas terras sem pessoas na Amazônia. Apesar de ser uma ideia absurda o fato de a Amazônia ser uma terra sem gente, as tensões sociais que ocorriam no Sudeste e no Nordeste eram reais. Diversos movimentos de luta pela terra surgiam e se expandiam apesar de toda a repressão imposta pelo regime militar.

É importante destacar que as pessoas sem-terra estavam alijadas desse meio de produção e subsistência, devido ao avanço do latifúndio, que era tão veementemente defendido pelo próprio regime ditatorial, ou seja, eles eram os causadores da doença e queriam vender o remédio, por mais amargo que fosse.

Roberto Campos, ministro do planejamento do governo Castelo Branco, justificou a necessidade de novas políticas territoriais, por mais arbitrárias que fossem, com o seguinte argumento:

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o estado do Maranhão, a região é, quanto às dimensões geográficas quase 4 vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam, sequer, a densidade demográfica de 1 por km².

Além dessas características regionais, a Amazônia ainda apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- Um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;
- Uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;
- O extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas (Lei 5.173 de 27/10/1966, *apud* Oliveira, 1988, p.30).

O ministro continua defendendo o anteprojeto da lei elencando seus objetivos:

- a) realização de programas de pesquisa e reconhecimento do potencial econômico da região, com base para a ação planejada a longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas, em função de seu potencial e populações existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de autossustentação;

- e) adoção de política imigratória para a região com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira;
- g) aumento da produtividade de economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
- h) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão de obra e pessoal especializado necessário às exigências de desenvolvimento da região;
- i) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- j) adoção de política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:
 - I- assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;
 - II- atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região.
- l) revisão e adaptação constantes da ação federal na região;
- m) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisas de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada às atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis (Lei 5.173 de 27/10/1966, *apud* Oliveira, 1988, p. 30-31).

Apesar de contar com mais de 3 milhões de habitantes, para os grandes empresários e, também, para os governantes do Brasil, não existia “gente” na Amazônia. Termos como “deserto” e “espaço vazio” eram comumente utilizados em discursos e comunicações oficiais, quando se tratava da região.

Por isso, não é surpresa que fossem desprezados os homens e mulheres que viviam na Amazônia, assim como seus modos de vida baseados no extrativismo vegetal, tidos como atrasados pelos pensadores e ideólogos do regime. Mesmo com intensa propaganda e grandes investimentos para a colonização da Amazônia, a tarefa de levar pessoas para a região não era tão simples como o imaginado. Os nordestinos que seriam os “alvos iniciais” do projeto, preferiam ir para São Paulo ou Rio de Janeiro, principalmente para trabalhar na construção civil (Santos, 1994, p.34).

Para atrair algum número razoável de pessoas para a Amazônia, o Governo Federal começou a realizar obras de infraestrutura das mais diversas: aumentou o número de rodovias federais a serem construídas e principalmente; permitiu uma maior presença de capital internacional, inclusive de pessoas físicas estrangeiras, aumentando o tamanho das áreas que poderiam ser adquiridas por estrangeiros no Brasil, mais especificamente na Amazônia (Oliveira, 1988).

O governo Médici e posteriormente Geisel, trabalharam com base nos conhecidos PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o primeiro elaborado para o período de 1972/1974, tinha como principal objetivo:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.
- 4) estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semiárida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do centro-sul (Plano de metas e base para ação do governo, 1970, p. 31, *apud* Oliveira 1988, p.77).

Nesse ínterim, um problema de “segurança nacional” surgiu na região do Estado do Pará. O SNI (Serviço Nacional de Informação) detectou um movimento armado se formando no meio rural da região sul daquele estado. Esse movimento encabeçado por um grupo de militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), ficou conhecido como “Guerrilha do Araguaia” e sofreu forte repressão do estado brasileiro, que mobilizou cerca de 20.000 homens das forças armadas no combate a essa insurgência (Oliveira, 1988, p.84).

A mobilização militar foi um prato cheio para o governo federal que conseguiu expandir seu controle efetivo sobre uma grande extensão de terra e devido a situação de guerra, foi declarada “zona prioritária para a segurança nacional”. Isso, na prática, deu a liberdade jurídica e política para que a região fosse dividida e explorada pelo poder central sem que pudesse ser feita qualquer contestação. Indígenas e camponeses foram “evacuados” ou simplesmente eliminados pela mão do Estado, que abriu aquela grande faixa de floresta para a especulação imobiliária (Moreira Alves, 1985, *apud* Oliveira, 1988).

A partir desse momento, a questão da terra estava oficialmente “militarizada”, o INCRA foi praticamente ocupado por militares que foram inseridos através da criação de “Coordenadorias Especiais”, em áreas consideradas nevrálgicas para a defesa nacional (Oliveira, 1988). O II PND, com seus objetivos e programas, foi a consolidação desse movimento que marcou desse ponto para frente, pós 1975, todo o projeto de colonização e contrarreforma agrária do governo civil-militar que duraria

até 1985. Entretanto, muitos de seus projetos e a forma como era conduzida a política de reforma agrária, de maneira geral, perdura até os dias de hoje.

2.3 A QUESTÃO DE ITAIPU

Quando se estuda o período do regime civil-militar brasileiro (1964-1985), é comum que surjam como resultados das buscas, principalmente nos mecanismos de pesquisa da internet, algumas obras realizadas no período, o conhecido “milagre econômico”. Além, é claro, das informações sobre a violação dos direitos humanos, torturas e os acordos espúrios assinados nas sombras do regime com o objetivo de entregar o território nacional aos interesses do grande capital internacional sediado em Wall Street. No entanto, o foco nesse tópico é sobre uma das obras mais conhecidas do período da ditadura: a usina Hidrelétrica de Itaipu.

A usina hidrelétrica de Itaipu está localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai, mais precisamente nas coordenadas 25°24'28"S, 54°35'24"W. Foi projetada pela comissão mista Paraguai/Brasil, fundada em 1974, e as obras foram iniciadas em 1975 e foram concluídas em 1982, pelo consórcio PNC/ELC, coordenadas pela Construtora Andrade Gutierrez. Seu tipo de barragem é a barragem de aterro, barragem de gravidade, ocupa uma área de 1.350 km², a uma altitude de 196 metros, sua capacidade de produção é de 14.000 MW dividida em 20 unidades de produção. Entrou em atividade em 1984, e é operada pela empresa Itaipu Binacional em regime de parceria entre Brasil e Paraguai. Por muitos anos foi considerada a maior hidrelétrica do mundo sendo superada somente em 2003 (www.itaipu.gov.br).

Alhures aos movimentos de construção da usina de Itaipu, dois fatos marcaram sua construção: o primeiro foi a questão diplomática e a política externa brasileira que teve como seu representante Mário Gibson Barbosa, responsável por costurar os acordos que possibilitaram a construção da usina (Barbosa, 2020); outro fato, foram as consequências da construção da represa que alimenta as turbinas da usina, esse além de uma questão política, também gerou uma questão social e por que não dizer humanitária.

Inicialmente pode parecer que a construção da Hidrelétrica de Itaipu, trouxe apenas consequências para a sua região geográfica no estado Paraná, mas no desenvolver desse capítulo, poderemos observar que esse movimento foi muito além daquele espaço que era ocupado por pessoas e passou a ser ocupado pelas águas. Levou as pessoas que perderam seus espaços para as águas a buscarem um novo

lugar para ocupar e isso leva até o Projeto Redenção, no distante Estado do Acre, objeto de investigação dessa pesquisa.

A usina foi construída em uma região conhecida como Sete Quedas, no Estado do Paraná, e inundou uma área de 1.350 km², todavia essa região era habitada por muitas famílias de camponeses e até de cidadãos, que viviam em pequenas vilas as margens do Rio Paraná. A localidade mais conhecida era a de Sete Quedas, o que gerou comoção social e até o poeta Carlos Drummond de Andrade dedicou um poema a este triste fim daquele lugar:

Poema: Adeus a Sete Quedas

Carlos Drummond de Andrade

Sete quedas por mim passaram,
E todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
A memória dos índios, pulverizada,
Já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
Aos apagados fogos
De Ciudad Real de Guaíra vão juntar-se
Os sete fantasmas das águas assassinadas
Por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes
Da natureza imaginosa, fértil
Em teatrais encenações de sonhos
Aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
Corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno
Mostrava-se, despia-se, doava-se
Em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
De remotos egípcios e assírios
Em vão ousaria criar tal monumento.

E desfaz-se
Por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas
De líquido perfil
Dissolvem-se entre cálculos computadorizados
De um país que vai deixando de ser humano
Para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa,
Da agitação faz-se um silêncio
Empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
Que luz e força tarifadas geram
À custa de outro bem que não tem preço
Nem resgate, empobrecendo a vida
Na feroz ilusão de enriquecê-la.
Sete boiadas de água, sete touros brancos,
De bilhões de touros brancos integrados,
Afundam-se em lagoa, e no vazio

Que forma alguma ocupará, que resta
 Senão da natureza a dor sem gesto,
 A calada censura
 E a maldição que o tempo irá trazendo?

Vinde povos estranhos, vinde irmãos
 Brasileiros de todos os semblantes,
 Vinde ver e guardar
 Não mais a obra de arte natural
 Hoje cartão-postal a cores, melancólico,
 Mas seu espectro ainda rorejante
 De irisadas pérolas de espuma e raiva,
 Passando, circunvoando,
 Entre pontes pênseis destruídas
 E o inútil pranto das coisas,
 Sem acordar nenhum remorso,
 Nenhuma culpa ardente e confessada.
 ("assumimos a responsabilidade!
 Estamos construindo o brasil grande!")
 E patati patati patatá...

Sete quedas por nós passaram,
 E não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
 E todas sete foram mortas,
 E todas sete somem no ar,
 Sete fantasmas, sete crimes
 Dos vivos golpeando a vida
 Que nunca mais renascerá.

(Carlos Drummond de Andrade. In: Lydia Bechara, Jeanete
 Beauchamp, Kátia Bastos Machado. Estudos de linguagem – 8ª série. 3. ed.
 São Paulo: Moderna, 1986. p. 115-6.)

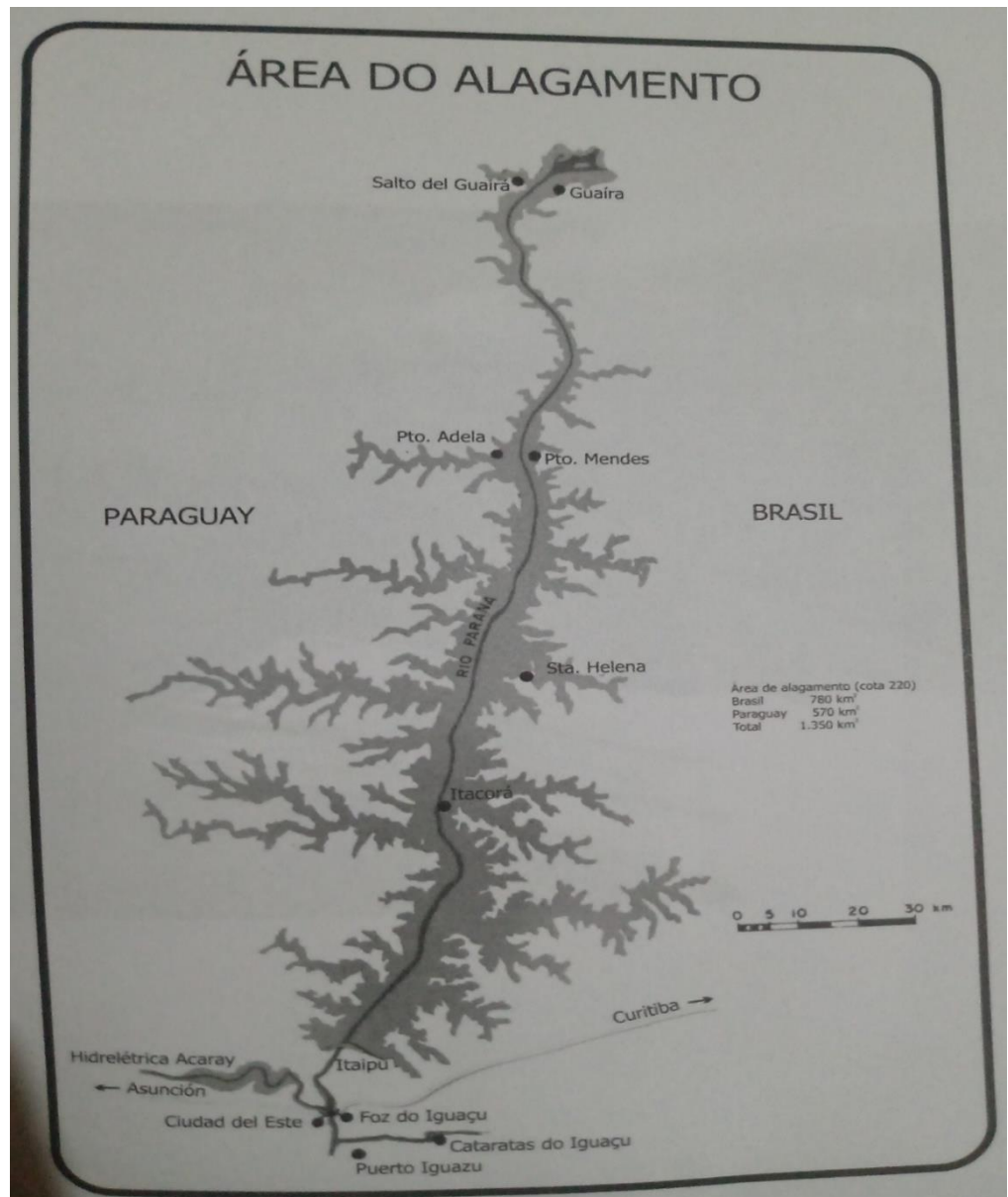
À época, foi dada grande atenção à questão geopolítica e diplomática, pois além de Paraguai, também Argentina teve que ser envolvida na negociação por interesses estratégicos e de defesa nacional daquele país. Barbosa (2020), relata que o clima belicoso entre paraguaios e brasileiros era assustador e que um acordo só foi possível devido às habilidades diplomáticas dos brasileiros e as contrapartidas dadas aos paraguaios.

Contudo, os brasileiros que foram atingidos pela barragem de Itaipu receberam um tratamento diferente do Governo Federal, que os retirou de suas propriedades e os realocou de maneira arbitrária, ou simplesmente pagou uma indenização que para uma parte deles foi insuficiente (A Gazeta do povo, edição de 04-05-2014).

Mascarenhas (2011 *apud* Paula 2021, p.194), afirma que cerca de 40.000 pessoas foram desalojadas devido à construção da hidrelétrica de Itaipu, entre camponeses, indígenas e moradores dos vilarejos inundados pela represa. Esses atingidos pela obra se organizaram em movimentos reivindicatórios pela reparação dos danos causados.

Vaneski Filho (2012, p. 206), apresenta números mais impressionantes e detalhados: 8.272 propriedades no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai, cerca de 40.000 pessoas no Brasil e de 20.000 no Paraguai, foram removidas devido à construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Figura 3- Área alagada de Itaipu.



Fonte: Mazarollo, 2003, pág.201.

No lado brasileiro, os trabalhadores atingidos pela obra começaram a se organizar em movimentos sociais, inicialmente conhecidos como MJT (Movimento Justiça e Terra), que posteriormente, segundo Vaneski Filho (2012), daria origem ao MST (Movimento dos sem-terra).

Mazzarollo (2003), informa que o primeiro movimento dos atingidos pela construção de Itaipu ficou conhecido como MASTRO (Movimento dos Sem-terra do Oeste do Paraná). Porque o Movimento Justiça e Terra aglutinava dois tipos de pessoas que sofriam as mazelas causadas pela construção de Itaipu, os que possuíam alguma propriedade e deveriam ser indenizados e os que não eram proprietários, que não receberiam compensação do governo federal, O MASTRO surgiu a partir desse segundo grupo de pessoas.

Apesar de fazer parte do MJT, o MASTRO, caminhou em busca de autonomia e em 02/09/1981 aconteceu a primeira assembleia de representantes do novo movimento, com grande apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra). A primeira ocupação realizada pelo MASTRO se deu em 1983, na cidade de Cantagalo no centro do Paraná (Mazzarollo, 2003, p. 146)

O governo ditatorial brasileiro, que não via com bons olhos qualquer movimento que fosse de cunho popular e reivindicasse algo, logo acionou o SNI (Sistema Nacional de Informação) e começou a monitorar esses movimentos, montando dossiês e relatórios sobre suas lideranças e acompanhando de perto seus membros (Paula, 2021).

Mazarollo (2003), chama de holocausto ecológico, as consequências que a construção da represa de Itaipu trouxe consigo. Mas para além da fauna e da flora, a devastação no tecido social foi enorme: os moradores das áreas atingidas se viram desamparados pelo poder público, que prometeu indenizações, porém em valores insuficientes. Exemplo disso, foram os Ava-guaranis que habitavam uma região de mais de 1.500 hectares que foram transferidos para uma área de apenas 250 hectares, insuficiente para comportar todo o povo (Deprá, 2006).

Após alguns conflitos e o crescimento de movimentos reivindicatórios no oeste paranaense, o Governo Federal, em conjunto com o governo do Paraná, resolveu agir para tentar dirimir a questão e principalmente, desmobilizar os camponeses que a cada dia mais se organizavam em prol da busca pela compensação das perdas territoriais.

Por meio do INCRA, começou-se a oferecer lotes de terra na Amazônia, mais especificamente em Rondônia e no Acre (Paula, 2021). Surgiram também agenciadores que buscavam se aproveitar da situação, vendendo terras sem documentos e, também, falsificando papéis para se apossarem das novas terras no Acre. Paula (2021, p. 196), cita um caso que ficou conhecido como “caso Otássio

Pereira”, que era um empresário e político paranaense que distribuiu panfletos para os atingidos pela represa oferecendo terras a um baixíssimo custo, seu apelo era: “Você agricultor, seja indenizado ou não, vá conhecer as terras do Acre” (Paula 2021, p. 197).

De acordo com documentos do SNI, Otássio, era conhecido por ser estelionatário e ter relações com vários grileiros paranaenses que trabalhavam para se apossar de terras no Acre (Paula 2021, pag.200). Todavia, não fora condenado por essa prática, apesar de vasto material, porque para Paula (2021), o agenciador teria um papel fundamental na desmobilização dos camponeses do oeste paranaense, pois quando os deslocava para o Acre, através de sua empresa de ônibus “Expresso Medianeira”, retirava um pouco do peso das “costas” do governador do Paraná, que à época era acusado de negligenciar a situação dos camponeses (Idem).

Enquanto no Paraná ocorriam conflitos por terras, no Acre, a partir dos anos 1970, o próprio governo do estado tentou atrair os colonos sulistas para suas terras, na busca de substituir a falida economia da borracha e implantar a nova economia da agropecuária. O governador Francisco Wanderley Dantas (1971-1975), ficou conhecido por ter sido responsável pela abertura das “porteiras” do Acre, e as consequências dessa abertura são visíveis até os dias de hoje, principalmente nas periferias de Rio Branco.

Apesar de crítico da forma como a abertura foi feita por Dantas, o seu sucessor, Geraldo Mesquita (1975-1979), continuou com a política de atrair sulistas para o Acre, e criou um órgão específico para gerir projetos de assentamento, a COLONACRE (Lei nº 560 de 10 de julho de 1975).

Mesquita fora nomeado pelo presidente Ernesto Geisel, tinha fama de bairrista, e por isso intentou criar uma forma de realocar os próprios acreanos dentro do estado em um novo projeto de assentamento. Para isso, contou com o apoio de Geisel que através do Decreto-Lei 6.591, de 17 de novembro de 1978 (Brasil, 1978), fez a doação de 30.000 hectares de terra para o Estado do Acre, para que o ente federado pudesse desenvolver seu próprio projeto de colonização.

Inicialmente, o projeto que fora denominado de Redenção, abrigaria pessoas que haviam sido expulsas dos seringais com a chegada dos “paulistas” (Nascimento, 2004), porém devido a uma série de fatores que serão tratados mais adiante, grande parte dos assentados abandonou os lotes e restou ao governo do estado, já sob a batuta de Joaquim Falcão Macedo (1979-1983), a missão de não deixar fracassar o

empreendimento. Para tanto, o governo do Acre criou um escritório no estado do Paraná, mais especificamente em Cascavel, para tentar recrutar novos parceiros para ocupar o projeto Redenção (Idem).

Dada a situação que viviam, muitos desalojados da região de Itaipu, foi um empreendimento bem-sucedido, tanto que as 500 famílias previstas no início do projeto, foram assentadas em pouco tempo. O governo do Acre deu como exitosa a sua empreitada, e o governo do Paraná respirou um pouco mais aliviado, pois havia afastado de suas terras muitos camponeses indesejados, conforme a nota oficial da assessoria de relações públicas de Itaipu:

Até o final de 1982, mais de 700 famílias de posseiros e arrendatários já terão se transformado em proprietários de terras nos Estados do Acre, Bahia e Paraná (município de Arapoti), graças às providências tomadas pelo INCRA em colaboração com a Itaipu. Cada desapropriado tem o direito de escolher o local onde gostaria de viver. Sempre pensando no homem, a Itaipu Binacional, além de pagar as indenizações, providencia para que as famílias desapropriadas que desejam participar de reassentamentos dirigidos pelo INCRA possam fazê-lo da melhor forma. Para tanto, oferece ônibus e caminhões para o transporte. Ainda não se ouviu falar de nenhum problema de adaptação de nenhuma família reassentada por Itaipu (Mazzarollo, 2003, p. 139).

Vencida a primeira etapa da luta pela terra dos desalojados de Itaipu, foi iniciada a luta pela sobrevivência dos assentados nos Projetos de Assentamentos no Acre.

Além do Redenção, o PA Pedro Peixoto também recebeu cerca de 400 famílias atingidas pela barragem de Itaipu. As condições de trabalho e de vida eram muito degradantes para os novos assentados, tanto que em 1983, o secretário de agricultura do Paraná, Claus Magno Germer, veio ao Acre proferir uma palestra e aproveitou para fazer uma visita aos seus conterrâneos assentados no Acre (Mazarollo 2003). Os relatos do secretário foram alarmantes:

Em resumo pode-se dizer que existe uma ausência quase total de infraestrutura social e econômica para a sobrevivência em condições mínimas e para a produção economicamente necessária ... a forte incidência da malária, a falta de assistência médica e o péssimo abastecimento de água [...] Praticamente o que se fez foi somente abrir estradas e demarcar lotes, e a partir daí colocar lá os colonos. Não se forneceu os meios necessários para o desmatamento e a destoca inicial, de maneira que os colonos lutam com instrumentos precários. Faltam meios de transporte, de armazenagem e de insumos... O conjunto da situação no projeto é decepcionante ... Não creio que seja possível estimular a ida de colonos do Paraná para a Amazônia enquanto os projetos em que estão sendo assentados apresentam um quadro de tantas dificuldades, insuficiências, carências e sofrimentos como os

enfrentados pelos colonos que se encontram no Projeto Pedro Peixoto. São autênticos campos de massacre, pela inexistência das mínimas condições de sobrevivência. É um quadro patético (Mazarollo, 2003, p. 141).

Os colonos aproveitaram a vinda do secretário Claus Germer e enviaram uma carta com 105 assinaturas para o governador do estado do Paraná João Richa (Mazarollo, 2003, p. 141-142):

Nós, ontem habitantes desse estado nos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Marechal Cândido Rondon, fomos obrigados, tangidos pelas dificuldades da vida ou pelas desapropriações da Itaipu, a deixar o nosso torrão natal e migrar para o longínquo Estado do Acre à procura de um pedaço de terra para trabalhar, produzir e criar nossos filhos, já que em nosso berço não tivemos esse sagrado direito. Nossas raízes, nossa cultura e nosso coração ainda permanecem aí. Serão transferidos para o Acre na medida em que formos criando amor à nova terra.

Hoje temos um pedaço de terra, mas somente a terra não basta. Chegamos a esta dura realidade. A terra, única coisa que o estado do acre pôde nos oferecer, é boa, mas as dificuldades são enormes. Faltam escolas, estradas, assistência médica ... O calor é forte demais, chove demais de novembro a maio, enquanto na época da estiagem os córregos secam, obrigando-nos a cavar poços ou transportar água de lugares distantes. Falta água em todos os lotes.

O Paraná é um estado rico, governado por uma equipe dinâmica, por isso pedimos ao governo que nos ajude a continuar a batalha aqui. Para isso pedimos que nos ajude a construir um hospital e adquirir tratores para construir açudes, consertar estradas e destocar roças.

Apesar de toda a propaganda do governo civil-militar, gabando-se do seu programa de reforma agrária, é perceptível que os moldes nos quais ela foi feita eram imperfeitos. Seguindo a linha de Oliveira (1988), compreende-se que a intenção real não era proporcionar o acesso à terra ao pequeno camponês, ou garantir esse direito aos desalojados pela barragem de Itaipu, mas “varrer o lixo para debaixo do tapete” afastando as pessoas que poderiam causar problemas no centro-sul desenvolvido e empurrando-os para a distante Amazônia.

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Rio Grande do Sul em uma reunião de sua coordenação estadual realizada nos dias 6 e 7 de junho de 1983 (Mazarollo, 2003, p. 142-143), chegou ao seguinte entendimento sobre o impulso dado pelo governo da ditadura militar à colonização do norte do Brasil:

O governo diz que está fazendo a maior reforma agrária do mundo e sempre apresenta os projetos de colonização como exemplo. O governo apresenta a colonização como solução para os graves problemas de terra que hoje existem no país, e é por isso que 20 bilhões de cruzeiros do Finsocial foram destinados a esses projetos.

Com isso o governo quer:

Esvaziar a luta pela reforma agrária; manter a injusta distribuição de terra no Sul, concentrada em mãos de poucos; terminar com a pequena agricultura do sul, deixando aqui só os grandes; abrir caminho aos grandes projetos agropecuários, onde na frente vai o colono gaúcho, que derruba a mata, e depois vai servir de mão-de-obra barata para as empresas que chegam quando a mata está derrubada e o colono no aperto.

Corrobora-se com a ideia lançada pela CPT, pois ela vai ao encontro do que nos disse Oliveira (1988), o governo militar não fez uma reforma agrária, mas uma contrarreforma agrária. Para isso, usou as terras da Amazônia, o capital internacional e a mão de obra barata de diversos grupos de pessoas, que de várias maneiras haviam sido alijadas de seu direito à terra, justamente pela ação do capital articulado com o estado.

A construção de Itaipu nos legou uma leva de “retirantes” que, movidos por desejos e principalmente por necessidades, passaram a ocupar um espaço e o territorializaram a partir de suas perspectivas de vida. O resultado veremos nos próximos capítulos quando poderemos entender como se deu, na prática, esse movimento do xadrez político nacional, cujas peças foram movidas pelo grande capital internacional, tendo como peões, homens e mulheres desprovidos de direitos básicos, mas providos de força, fé e espírito de luta.

3 A ABERTURA DAS TERRAS DO ACRE PARA OS “PAULISTAS”

Nesse capítulo, tratou-se da fase que intitulo de “abertura das terras” do Acre, conduzida pelo governador Francisco Wanderley Dantas, o conhecido “Dantinha”. Debateu-se sobre suas consequências imediatas e as tentativas de “resolver” o problema causado por essa abertura. Buscou-se desvelar as principais estratégias adotadas pelos governos posteriores a Dantas, com o objetivo de levar a cabo as políticas de abertura das terras, mas ao mesmo tempo conter as mazelas por elas provocadas. Na foto (abaixo), vemos o Governador Francisco Wanderley Dantas descendo as escadarias do Palácio Rio Branco.

Figura 4- Governador Francisco Wanderley Dantas.



Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/10/26/ex-governador-que-atraiu-grileiros-para-o-acre-e-homenageado-na-camara/>

A peça de propaganda utilizada pelo governo do Acre para atrair novos “investidores” para o estado, tratava a Amazônia como um grande pasto a ser ocupado, seguindo a mesma lógica da “terra sem gente”. Propagandas como essas eram difundidas em grandes veículos de comunicação no sul e sudeste do Brasil.

A partir de 1970 o Governo do Estado do Acre se apressou em livrar-se dos seringais, que outrora foram símbolo da riqueza da região. A questão é que passavam

naquele momento a ser um estorvo para o desenvolvimento. Silvio Simione da Silva nos diz que:

Na verdade, é quando aproximadamente, sob as mudanças estruturais/conjunturais da produção do espaço brasileiro, as terras acreanas foram alcançadas por agentes da nova territorialização do capital, naquilo que podemos chamar de avanço da fronteira agropecuária (Silva, 1999 apud Silva, 2020).

Essa nova estrutura de produção do espaço, alterou de diversas maneiras as relações sociais no Acre. Dos seringais com diversas colocações e famílias que ocupavam aqueles espaços buscando a subsistência através do extrativismo do látex, passou-se para as fazendas de gado, onde poucas pessoas conseguiam cuidar de uma vasta extensão de terra e as colocações tradicionais não poderiam ser mantidas dentro daquele novo território.

Com a vinda dos “paulistas”, as terras acreanas ganharam “condição de mercadoria em rápida valorização” (Silva, 2003 *apud* Nascimento, 2004), ingressaram no mercado, como produto atrativo devido a seus baixos preços. A propaganda do governo foi tão eficiente que em poucos anos os antigos seringais do vale do Acre já estavam virando “pasto de boi”, e seus ocupantes passaram a ser desalojados pelos novos donos. O movimento migratório, conhecido como “êxodo rural”, foi posto em marcha no Acre, e grande parte dos antigos ocupantes dos seringais começaram a mudar para a cidade.

A principal cidade acreana a receber os desalojados dos seringais que haviam sido vendidos para os sudestinos foi Rio Branco. A capital do estado cresceu vertiginosamente (Nascimento, 2004). E muitos problemas, até então, inexistentes na cidade, passaram a existir: ocupações irregulares das várzeas dos rios, grande número de desempregados, violência e miséria.

É válido ressaltar que o êxodo rural já estava em marcha no Acre desde o final da Segunda Guerra Mundial, conforme Martinello (2018), porém se dava de maneira lenta e, também, muitas pessoas se evadiam do estado do Acre para outros lugares. Mas a partir dos anos 1970, um número muito maior de pessoas passou a abandonar o campo de maneira involuntária e sem condições reais de procurar outra alternativa de vida que não fossem as periferias das cidades, principalmente a capital, Rio Branco.

Quando assume o governo em 1975, Geraldo Gurgel de Mesquita, encara o desafio de realocar seu próprio povo dentro de uma área que já estava dominada

pelos forasteiros. Havia, também, a necessidade de mediar alguns conflitos que pipocavam entre os novos ocupantes e os antigos moradores, nesse período começam a acontecer os famosos empates⁷ (Nascimento, 2004).

Observa-se que os empates eram movimentos encabeçados por seringueiros que tinham por objetivo impedir o avanço das derrubadas sobre as colocações⁸ ocupadas tradicionalmente por eles. É válido ressaltar que era prática comum entre os fazendeiros desmatar além de sua propriedade legal, com o intuito de “invadir” e ganhar “no grito” aquela terra que para eles só tinha valor se virasse campo.

Apesar de não ser o tema desse trabalho, é importante rememorar que os “empates”, foram movimentos organizados, principalmente pelas associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Esses movimentos alcançaram bastante repercussão tanto dentro quanto fora do Acre, aumentando a pressão sobre o Governo do Estado que era apontado como vilão por uns, defensor por outros. Mas que deveria usar seu papel de mediador para mitigar os conflitos gerados por esses movimentos. Dentro desse caldeirão em ebulição, o Governo do Acre busca amenizar a situação, criando a sua própria reforma agrária, ou nas palavras de Oliveira (1988), contrarreforma agrária.

3.1 A CRIAÇÃO DA COLONACRE E A NOVA POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DO ACRE

A Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre (COLONACRE) foi criada com objetivos bastante diversos, entre eles estava reassentar o maior número possível de pessoas expulsas dos seringais e reacender a chama da economia do látex, que havia apagado no pós-segunda guerra. Foi fundada nos termos:

LEI N. 560, DE 10 DE JULHO DE 1975
 “Autoriza a constituição da Companhia do
 Desenvolvimento Agrário e Colonização do
 Acre - COLONACRE.”
 O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

⁷ Ações organizadas pelos seringueiros com a intenção de “empatar” ou impedir o avanço dos grupos de derrubada de árvores contratados pelos fazendeiros para desmatar a floresta onde viviam os seringueiros.

⁸ Morada do seringueiro. A casa é construída com paxiúba, tanto o assoalho, como as paredes, e coberta de palha. Fica no “centro”, local distante de difícil acesso. Trecho de seringal, constando de barraca e algumas estradas de seringa. Cada seringueiro trabalha, “corta”, em geral, em três “estradas”, para o corte e a colha (Ranzi, 2017, p.35).

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Da Constituição da Empresa e suas Finalidades

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, sob a forma de sociedade anônima, uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Rio Branco e jurisdição em todo o território estadual.

Parágrafo único. A sociedade denominar-se-á Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre - COLONACRE, gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira e reger-se-á por esta Lei, pela legislação que lhe for aplicável e por seus Estatutos.

Art. 2º A empresa cuja constituição é autorizada por esta Lei tem por finalidade colaborar na política de desenvolvimento econômico e social do Governo do Estado, através da execução de programas de investimentos agro-pecuários, de estocagem e comercialização de gêneros e de colonização em todo o território do Estado, especialmente nas áreas de terras do patrimônio estadual e/ou nas que a este se incorporarem com este fim.

Art. 3º No desenvolvimento de seus objetivos a Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre - COLONACRE, poderá:

I - Contrair empréstimos com entidades de crédito, públicas ou privadas, ficando o Governo do Estado autorizado a oferecer garantia nessas operações, até o montante de Cr\$30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros); e

II - Prestar serviços compatíveis com a sua estrutura e finalidades, por administração direta ou mediante acordos ou convênios com outras entidades públicas e privadas.

Capítulo II

Do Capital Social

Art. 4º O capital inicial da COLONACRE de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), será constituído de ações ordinárias nominativas, no valor unitário de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), devendo ser integralmente subscrito pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais.

Parágrafo único. O valor das ações subscritas poderá ser integralizado de uma só vez ou em prestações, assistindo ao Estado fazê-lo em bens, créditos ou em dinheiro.

Art. 5º O capital a que se refere este capítulo poderá ser aumentado em qualquer época, a critério da Assembléia Geral.

Parágrafo único. Nos aumentos de capital o Governo do Estado subscreverá todas as ações ordinárias.

Capítulo III

Da Administração

Art. 6º A COLONACRE terá órgãos essenciais às Sociedades Anônimas, como tal definidos em Lei e os necessários à consecução de suas finalidades, sendo administrada por uma Diretoria composta de três membros, acionistas ou não, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Os Diretores da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre - COLONACRE, serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida idoneidade e competências, com remuneração estabelecida em Assembléia Geral, mediante prévia autorização do Governador, com atribuições, responsabilidades e deveres decorrentes do exercício de seus cargos, definidos no respectivo Estatuto.

Capítulo IV

Disposições Gerais

Art. 7º O regime jurídico do pessoal da COLONACRE será o da Consolidação das Leis do Trabalho, podendo, no entanto, para o desempenho de suas atividades, requisitar servidores que serão colocados à sua disposição, mediante prévia e expressa autorização do Governador.

Parágrafo único. O ingresso no quadro de pessoal da COLONACRE far-se-á através de seleção, sendo permitida a contratação de servidores e a prestação de serviços eventuais, nos termos da legislação em vigor.

Art. 8º A COLONACRE gozará de isenção de quaisquer tributos que caibam à Fazenda Estadual, no que concerne a seus bens e serviços.

Art. 9º Em caso de liquidação, o acervo da COLONACRE reverterá ao patrimônio do Estado e das Prefeituras, na proporção do capital subscrito, depois de pagas as dívidas legalmente contraídas.

Art. 10. Desde que se destinem a constituir parte do capital de outras empresas do Estado, os bens móveis e imóveis da COLONACRE poderão ser cedidos, a título gratuito, doados, arrendados ou alugados, mediante aprovação da Assembléia Geral e prévia a expressa autorização do Governador.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à COLONACRE, mediante prévio relacionamento e avaliação aprovados por ato do Governador, bens móveis e imóveis pertencentes no patrimônio de Estado, que serão incorporados sob a forma de Capital da empresa.

Art. 12. A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta de recursos especificamente alocados para esse fim pelo Governo Federal, no corrente exercício, e, a partir de 1976, através do Fundo de Desenvolvimento Estadual que vier a ser instituído.

Parágrafo único. Para compor a parte de capital a ser subscrito pelas prefeituras municipais, segundo dispõe o art. 4º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir aos municípios da capital e do Interior do Estado, parte dos recursos que lhe forem repassados pela União, para esse fim, em montante não superior a Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

Art. 13. O Poder Executivo baixará os atos complementares necessários à execução desta Lei, devendo nomear instituidor e fundador da empresa que, em nome do Governo do Estado, tomará as medidas indispensáveis à sua constituição, inclusive submetendo à apreciação do Governador, no prazo de trinta dias, os respectivos Estatutos que serão aprovados por Decreto.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de julho de 1975, 87º da República, 73º do Tratado de Petrópolis e 14º do Estado do Acre.

GERALDO GURGEL DE MESQUITA
Governador do Estado do Acre

A orientação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia era aumentar a produção da borracha, a partir dos seringais de cultivo, sendo as terras do Acre consideradas de aptidão ótima para esse tipo de cultura.

Compatibilizando-se com essa orientação do planejamento a nível nacional o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia contempla a borracha como elemento estratégico de desenvolvimento agrícola regional, recomendando que se estimule o seu plantio nas áreas de aptidão ótima (Nascimento, 2004).

A COLONACRE, então, passou a atuar como fomentadora da agricultura e da cultura da *hevea brasiliensis*, principalmente para tentar mitigar o problema do êxodo rural. Trabalhando em frentes de colonização já abertas pelo INCRA e criando espaços para que o camponês assentado pudesse escoar seu produto e, também, adquirir insumos.

O trabalho havia sido iniciado, mas ainda faltava uma área de terra onde pudesse ser levado a cabo algum projeto de responsabilidade da COLONACRE. Até então, somente o INCRA possuía poder para lotear terras e, também, detinha sob sua tutela todas as áreas consideradas devolutas pelo governo federal de acordo com a lei 1.164 de 1 de abril de 1971 (Oliveira 1988, pag.78).

Na matéria do Jornal O Rio Branco, de 26/04/1978, o texto diz:

O governador Geraldo Mesquita, retornou ontem de Brasília, acompanhado do deputado Alcimar Nunes Leitão e de seu assessor particular, Geraldo Mesquita Junior. Informou após a chegada que o presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, garantiu a liberação de 500 mil cruzeiros para a construção da feira permanente de artesanato em Rio Branco. No contato que fez com Lourenço Vieira da Silva, Mesquita tratou da transferência de uma área de 30 mil hectares, por parte da União, para o Estado do Acre, a fim de que o governo estadual possa desenvolver um projeto de assentamento de colonos, com plantios de seringueira, beneficiando 1500 famílias.

Na capital federal, o governador esteve também com o senhor Amilcar Martins, diretor regional do Banco do Brasil no Norte, tratando da liberação de um aditivo de empréstimo à Colonacre. Segundo Mesquita o resultado do encontro foi satisfatório.

A partir de diretrizes similares às do INCRA, a COLONACRE passou a elaborar alguns planos para concretizar sua atuação dentro de suas competências. O Governador Geraldo Mesquita, por ser membro da ARENA⁹, contava com certo apoio do poder executivo nacional, por isso recebeu a doação de 30.000 hectares de terra do Governo Federal através do Decreto-lei 6.591 de 17 de novembro de 1978 (Brasil, 1978) e pode, enfim, colocar em prática seu programa mais ambicioso.

Contudo, o governo Mesquita acabou em 1979 e ele não conseguiu ver concretizado seu maior projeto: o assentamento conduzido pela COLONACRE. Coube a seu sucessor, Joaquim Falcão Macedo, dar continuidade ao projeto iniciado no governo anterior.

O governo Macedo deu continuidade aos projetos do Governo Dantas, mais do que aos de seu antecessor Mesquita. Aproveitando a enorme propaganda do governo civil-militar em seu último rompante de força, após o fim do “milagre econômico”.

O BASA (Banco da Amazônia S.A.), foi um dos principais financiadores dos projetos de assentamento do INCRA e, também, da COLONACRE. Os assentados ou parceleiros recebiam a terra e depois buscavam financiamento do banco para

⁹ Aliança Renovadora Nacional.

implantar a agricultura e a pecuária, de acordo com a finalidade do assentamento (Nascimento, 2004).

3.2 PROJETOS DE ASSENTAMENTO

O INCRA foi criado pelo governo federal especificamente para expandir as fronteiras do capital em direção a Amazônia, através de projetos de assentamento e de colonização. Oliveira (1988, p. 77), explica que os projetos de assentamento “previam a estruturação de uma ocupação rural”. Porém não ficaria a cargo de uma cidade ou município, a administração e desenvolvimento dos projetos, mas o próprio governo federal se encarregaria de organizar uma “sequência de projetos que evoluiriam de Agrovilas para Agrópolis e destas para a Rurópolis, que seria uma espécie de município sem cidade polarizadora”.

Ianni (1979, *apud* Oliveira 1988, p. 77-78.) exemplifica como era concebido teoricamente o projeto de assentamento do INCRA:

Para melhor atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizamos três tipos de Urbs rurais: a Agrovila, a Agrópolis e a Rurópolis, formando uma hierarquia urbanística segundo a infraestrutura social, cultural e econômica e tendo cada qual sua função específica. A Agrovila é um pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas ou pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural, oferecendo-lhes condições de vida em moldes civilizados. É um verdadeiro bairro rural [...] Os rurícolas, quer sejam proprietários de terras ou simples empregados rurais, devem trabalhar no lote rural de produção econômica e residir no lote urbano na Agrovila, sendo que esse lote urbano poderá ter espaço suficiente para a formação de pomares, hortas e para criação de pequenos animais. Os lotes urbanos são destinados aos proprietários de lotes rurais econômicos e aos empregados rurais (principalmente quando têm famílias). Os empregados solteiros podem residir nos lotes rurais. [...] A Agrópolis é um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência socioeconômica, cultural e administrativa numa área ideal de mais ou menos 10 km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 agrovilas, que são comunidades menores e dela dependentes ... A Rurópolis é um pequeno polo de desenvolvimento, o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros ... A Rurópolis é um núcleo Urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-dentísticos e administrativos, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência. Completa a integração dos seguintes binômios: rural-urbano, agricultura-indústria, produção-comércio, dando apoio necessário ao desenvolvimento socioeconômico da região.

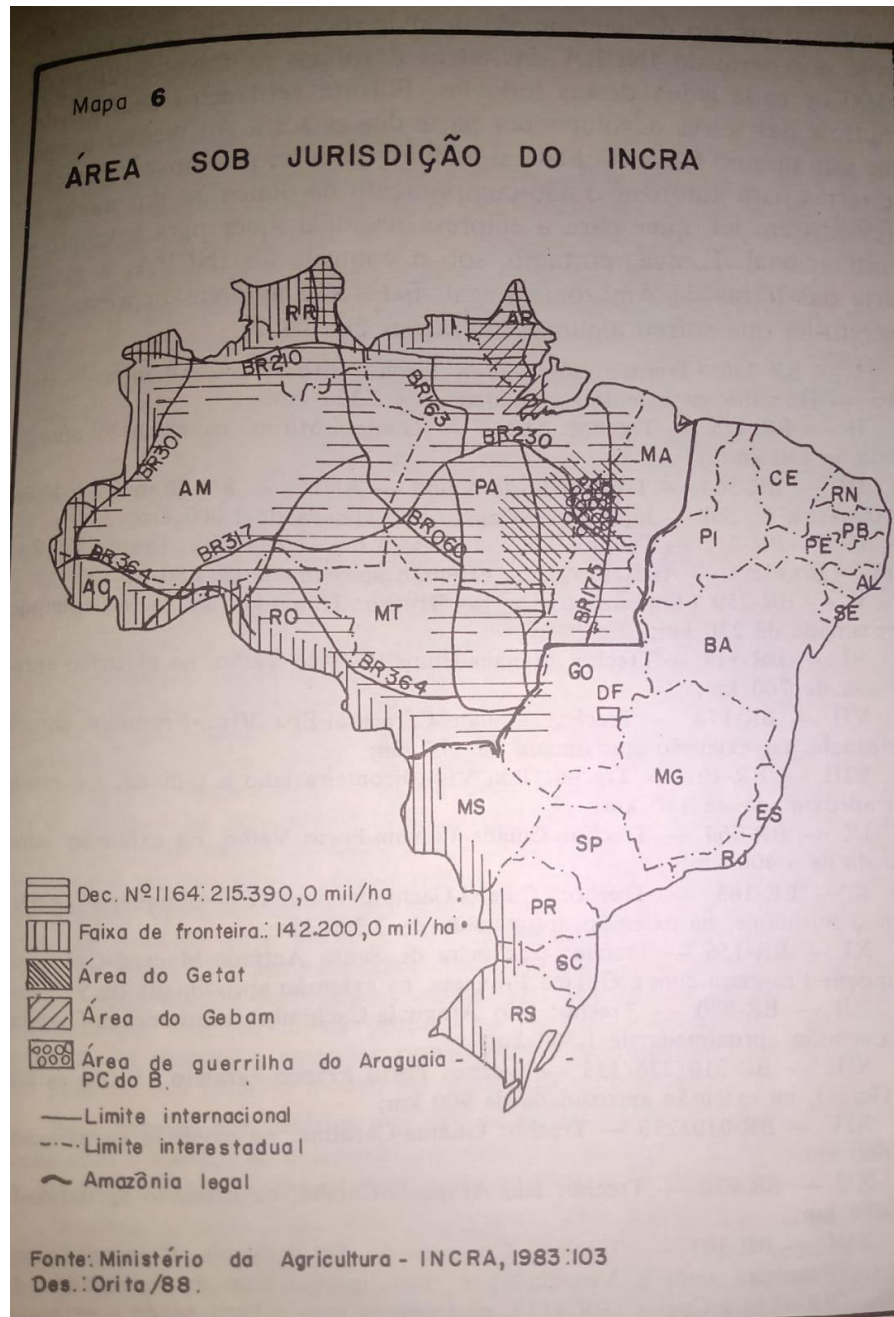
Os lotes, eram divididos em colônias ou parcelas, que consistiam em lotes de até 100 hectares de terra (Oliveira 1988, p. 78.), podendo o colono ou parceleiro, desmatar a metade, “preservando a floresta na outra parte.” O prazo para pagar pelo lote era de 20 anos.

Com a Lei 1.164 de 1 de abril de 1971 foi declarada a indispensabilidade das terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia legal. Isso deu ao INCRA um poder e uma área de abrangência gigantescos, pois a partir de 1973 o Decreto-Lei sofreu algumas alterações devido ao surgimento de novos projetos de rodovias. Oliveira (1988, p. 80-81), assim descreve em tópicos como ficou a situação:

- I – BR-230 (Transamazônica) – Trecho: Estreito-Altamira-Itaituba-Humaitá na extensão aproximada de 1.000 km;
- II – BR 425- Trecho: Abunã-Guajará-mirim, na extensão aproximada de 130 km;
- III- BR 364- Trecho: Porto Velho – Abunã - Rio Branco – Feijó – Cruzeiro do Sul – Japim: na extensão aproximada de 1.000 km;
- IV – BR 317 – Trecho: Lábrea – Boca do Acre – Rio Branco – Xapuri – Brasileira – Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;
- V – BR 230 (Transamazônica) – Trecho: Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230km;
- VI – BR 319 – Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km;
- VII – BR 174 – Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970km;
- VIII – BR 401 – Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140km;
- IX – BR 364 – Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;
- X – BR 163 – Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém-Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;
- XI – BR 156 – Trecho: Cacheira de Santo Antônio-Macapá-Calçoene-Oiapoque-Fronteira com a Guiana Francesa, na extensão aproximada de 912 km;
- XII – BR 080 – Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga-Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;
- XIII – BR010/226/153 – Trecho: Porto Franco-Paralelo 13(no estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;
- XIV – BR 010/230 – Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;
- XV – BR 070 – Trecho: Rio Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;
- XVI – BR 307 – Trecho: Cruzeiro do sul-Benjamin Constant-Içana-Cucuí(Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-441) e Caxias(BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;
- XVII – BR 210- Trecho: Macapá-Caracará-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;
- XVIII – BR 158 – Trecho: Bara do Garças-Xavantina-São Félix do Araguaia-Altamira, na extensão aproximada de 1.600 km.

Com essa alteração, a Lei de 1973, as áreas sob a tutela do Incra ficaram dispostas como na figura abaixo:

Figura 5 - Área sob Jurisdição do INCRA.



Fonte: Oliveira 1988, p. 79.

Como pode-se observar por contraste visual (na figura 5) O INCRA detinha quase a metade das terras do Brasil sob sua jurisdição, podendo assim fazer da maneira como melhor aprouvesse ao regime ditatorial seus projetos de colonização e sua contrarreforma agrária.

No Estado do Acre, o INCRA desenvolveu vários projetos de assentamento e colonização, ocupando uma área de 1.635.945,0 hectares (INPE/PRODES 2017), muitos desses projetos evoluíram como o planejado, no formato das Agrovilas, mas não observamos a formação de Agrópolis ou Rurópolis, nos moldes que haviam sido planejados inicialmente.

Diversos projetos de assentamento ficaram conhecidos pelos acreanos como símbolo de sucesso (e, também, de fracasso) da política agrária do governo federal. Destaca-se a seguir projetos que foram bem-sucedidos, porém foram incorporados aos municípios, após 1992.

Humaitá, em Porto Acre, ainda segue como assentamento de base rural, mesmo com o avanço da pecuária nos seus arredores. A pequena vila de mesmo nome, resiste aos “trancos e barrancos” ao abandono da prefeitura de Porto Acre, que tem que lidar com vários núcleos urbanos dentro de seu território.

Vila do V e Vila do Incra, duas agrovilas desenvolvidas para atender aos projetos de assentamento criados pelo INCRA, também fazem parte do município de Porto Acre, sendo a Vila do Incra o maior núcleo urbano do município de Porto Acre.

Ainda estão localizados em Porto Acre os seguintes assentamentos: PA Caquetá; PA Porto Acre; PA Alonso (parte); PA Espinhara II (parte); PA Tocantins (parte); PAE Barreiro; PAD Humaitá (parte); PDS Nova Esperança; PE Polo Leiteiro de Porto Acre.

PAD Pedro Peixoto, um dos assentamentos que recebeu os desalojados pela barragem de Itaipu, criado pelo Incra no mesmo período em que o Redenção. Atualmente, se encontra dividido entre os municípios de Acrelândia e Plácido de Castro, sua Agrovila é a Vila Campinas que é distrito do município de Plácido de Castro.

Os assentamentos Custódio Freire, Aquiles Peret, e Polo Agroflorestal Benfica, atualmente se encontram em processo de urbanização, a partir de suas Agrovilas, sendo sua produção agrícola reduzida. O processo de urbanização do município de Rio Branco, “matou” esses assentamentos agrícolas e está convertendo em bairros residenciais periféricos, ainda que não sejam considerados zona urbana.

O polo Geraldo Mesquita é outro assentamento que está se convertendo em área urbanizada ou “semiurbanizada”, pois os parceleiros, estão loteando suas áreas e vendendo pequenos terrenos nos moldes urbanos. A principal queixa dos moradores é a falta de água, que sempre é noticiada pelos veículos de imprensa locais.

Sobre os projetos desenvolvidos pelo INCRA, Lima; Figueiredo (2020), trazem os seguintes dados:

O Acre possui 31.438 famílias assentadas pela reforma agrária distribuídas em 151 assentamentos. Deste total, 52,82% residem no território do Baixo Acre, constituído pelos municípios de Acrelândia, Bujari, Plácido de Castro, Porto Acre e Senador Guimard” (INCRA, 2017*apud* Lima; Figueiredo, 2020).

Dos 151 projetos de assentamento criados dentro do território acreano, destaca-se um, que não foi conduzido pelo INCRA, mas pela COLONACRE. E a peculiaridade desse projeto não se resume ao órgão que desenvolveu suas atividades, mas à natureza do projeto, que visava reativar a economia da borracha e reassentar os seringueiros que estavam sendo expropriados pelo avanço da agropecuária desenvolvida pelos novos donos do Acre, os conhecidos “paulistas”, mas na verdade eram sudestinos de diversos estados. O governador Geraldo Mesquita trabalhou como política de estado a redução do êxodo rural e mitigação dos conflitos agrários que explodiam por diversas partes do Acre. O fez de forma incisiva e bastante propagandeada pela imprensa.

Na matéria veiculada pelo jornal “O Rio Branco” no dia 26 de abril de 1978, a notícia de um bárbaro assassinato de um sulista por um indígena da etnia Apurinã e um “civilizado” acreano. De acordo com a reportagem, o sulista era capataz de uma fazenda e provocava tensões naquela área, inclusive incendiando barracos de pessoas que, supostamente, estariam vivendo dentro da área da fazenda.

Notícias como essas se tornaram comuns no período e passaram a ser uma pedra no sapato do governo estadual. Jornais como “O Varadouro”, “A Gazeta” e “O Rio Branco”, noticiavam de maneira bastante explícita (e um pouco sensacionalista) notícias que davam a entender que os “forasteiros trazidos por Dantas e pelo INCRA” estavam tentando acabar com o povo do Acre. Sempre apontando os políticos como responsáveis pelo problema fundiário que “passou a existir” a partir de 1970.

O Governador Geraldo Mesquita resolveu realizar uma ação que iria marcar seu governo, como aquele que iria redimir o Estado junto ao povo do Acre. Foi idealizado e lançado então, o Projeto Redenção. Seria aberto sobre uma área que correspondia a três seringais e teria como carro chefe a defesa da economia tradicional do estado, a borracha.

O Jornal “A Gazeta do Acre” de 31/03/1978, publicou uma reportagem especial com o governador Geraldo Mesquita, na qual ele diz que quer ser lembrado como o “Governador da Borracha”:

O Governador Geraldo Mesquita, na solenidade de abertura da primeira reunião de seringalistas do Vale do Purus, quando foram discutidos aspectos relativos à execução do PROBOR II, disse que quer “passar à história, de minha terra, dos meus pais, como governador da borracha, embora eu queira no meu estado, além da borracha, o boi de corte, o gado leiteiro, o café, o cacau, quero, enfim, culturas permanentes, fundamentalmente para não fugir à vocação econômica deste estado. Eu batalho e batalharei para o aumento da produção de borracha desta terra.

Observa-se na fala do governador, que apesar do discurso da defesa da economia tradicional ele também presava pelas novas atividades introduzidas na economia do estado. Um ponto importante sobre esse período é que o Brasil vivia sob um regime ditatorial, com militares no governo central e os governadores eram nomeados pelos generais para cumprir as determinações que vinham de Brasília, sendo assim, tanto Dantas quanto Mesquita foram as pessoas escolhidas naquele momento para cumprir o que determinava o governo central.

3.3 O PROJETO REDENÇÃO

O Projeto Redenção foi o primeiro projeto de assentamento dirigido pela COLONACRE e teve como financiador o BASA¹⁰ e o BID¹¹. Inicialmente deveria assentar pessoas que haviam sido expulsas dos seringais nativos depois que estes foram comprados ou grilados¹² pelos sudestinos.

Nascimento (2004, p. 28), destaca os objetivos iniciais do Projeto:

- 1) Assentamento de produtores, com ocupação de mão-de-obra familiar de 250 famílias, na fase produção da cultura;
- 2) proporcionar uma renda bruta familiar anual de aproximadamente C\$180.000,00(Cento e oitenta mil cruzeiros) a preço de 1977, a partir do ano de consolidação do cultivo;
- 3) ocupação intensiva de mão-de-obra na fase fundação da cultura, vindo proporcionar aproximadamente 230 empregos diretos em cada ano;
- 4) reintegração de mão-de-obra, egressa de seringais nativos em atividades de heveicultura, garantindo emprego efetivo à mesma, o que acarretará no abrandamento das preocupações dos governos, proporcionando a diminuição do índice de desemprego;

¹⁰ Banco da Amazônia S.A.

¹¹ Banco Interamericano de Desenvolvimento

¹² Adquiridos de forma ilegal mediante fraude documental.

- 5) assegurar a fundação correta de cultura de seringueira, o que proporcionará a entrega de um bem produtivo, ao agricultor do assentamento;
- 6) produção de 1.278 toneladas de borracha vegetal que serão acrescentados ao parque manufatureiro nacional. (Nascimento 2004, p. 28)

É clara a intenção do governo estadual de mitigar os conflitos que estavam ocorrendo naquele período, colocando como objetivos do projeto ações como “reintegração de mão de obra egressa de seringais nativos em atividades de heveicultura”. Outra preocupação era diminuir o desemprego que passava a reinar nas cidades, principalmente em Rio Branco. O projeto previa também uma produção de borracha vegetal e a garantia de sua compra, inclusive com os valores que deveriam ser garantidos pelo estado como renda bruta para as famílias assentadas.

Importante observação é que não existe citação a respeito de assentados individuais, mas “famílias”, o que reflete a preocupação do governo em realocar não apenas pessoas, mas núcleos familiares. Era previsto também o acompanhamento das famílias assentadas por técnicos agrícolas que proporcionariam um correto manejo da cultura da seringueira. Tudo isso, para que a qualidade da borracha produzida fosse alta e pudesse encontrar mercado para venda.

Nascimento (2004), diz que o Redenção fazia parte de uma política “voltada não mais para os de fora, mas para os próprios acreanos”, porque o discurso do Governador Geraldo Mesquita era o de “defender” os acreanos. O principal motivo que leva Nascimento a tal afirmativa, é o da cultura da seringueira, tradicional produto econômico do Acre. Também a possibilidade de “reterritorializar” os seringueiros, porém com um rompante de “modernização”. Ou seja, os seringueiros poderiam continuar seringueiros, porém em seringais planejados e com a tutela do estado.

Desconhece-se o motivo do nome do projeto de assentamento ser “Redenção”, mas ao analisar os seus objetivos, dentro da política do governo Mesquita, pode-se inferir que, aquele espaço, se tornaria um território onde o estado estaria se redimindo junto de seu “povo”.

Uma diferença básica entre os projetos de assentamento do INCRA e o projeto da COLONACRE era a finalidade: enquanto os projetos do INCRA primavam por expandir a agricultura e a pecuária, o da COLONACRE deveria reavivar a cultura da *hevea brasiliensis*.

Em 1978, foi lançada a pedra fundamental do Projeto Redenção (Nascimento, 2004, p. 32). Começaram as obras de infraestrutura e feita a divisão dos lotes, que

receberam o nome de “parcelas”. O local escolhido foi o quilômetro 100, da BR 364, na área de 30.000 hectares que havia sido doada pelo INCRA exclusivamente para o projeto.

Figura 6 - visita do Governador Joaquim Macedo ao Projeto Redenção em 1982.



Fonte: <https://luizpereirapc.blogspot.com/2012/>

Dentro do planejamento, estava a abertura de uma estrada principal, que foi nominada de AC 401¹³, que serviria de eixo principal do projeto. As estradas que dariam acesso aos lotes receberam os nomes de linhas, mas ficaram conhecidos como ramais. O ponto de partida da AC 401 ficava na localidade conhecida como Novo Acordo, de lá se estenderia até a sede do município de Plácido de Castro, com 48 km de extensão.

Partindo do Novo Acordo, às margens da BR 364, ficam as quadras 01 e 02. A quadra é imediatamente cortada pela AC 401, entre a quadra 04 e a quadra 03 estava prevista uma pequena reserva florestal. Na sequência, ficam à esquerda da AC 401, as quadras 05, 06, sendo a 07 cortada pela estrada. O eixo segue pela quadra 09 passando pela 12 até a 15. Do lado esquerdo da AC 401 ficam as quadras 08, 11 e

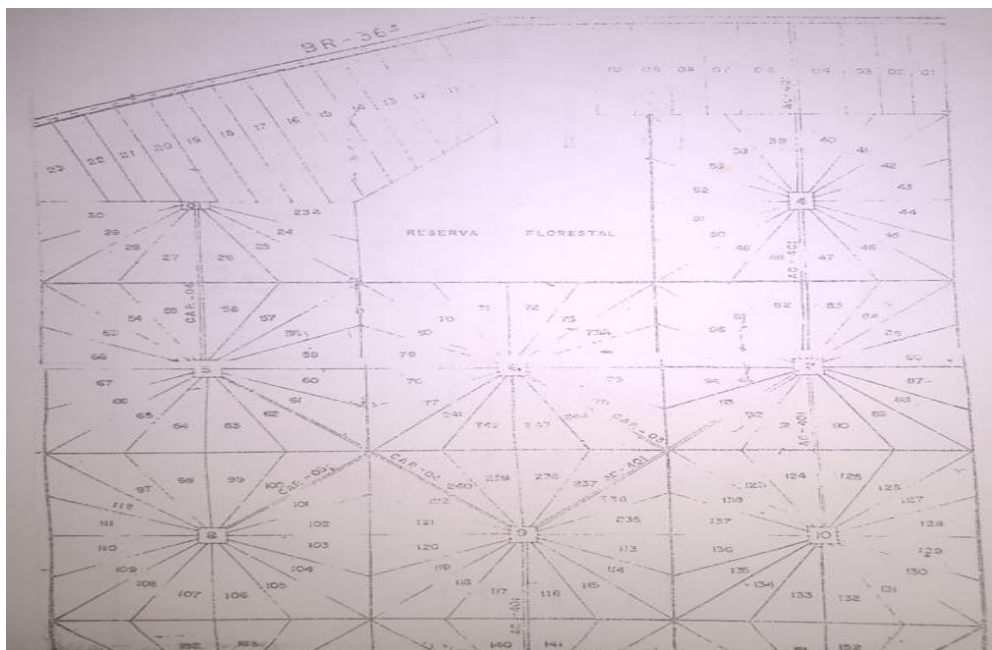
¹³ Hoje AC 475.

14. Pela margem direita da AC 401, ficam as quadras 10, 13 e 16. Essa parte ficou conhecida como “primeira etapa” ou “Redenção I”. Após a quadra 16, ficava uma grande área de reserva florestal.

Na quadra 09, foi aberta a vila de apoio do Projeto Redenção, o que Coy (1995, *apud* Moraes, 2000), chama de cidade pioneira. A vila se chamava Redenção, mas ficou conhecida pelos parceleiros como “Colonacre”. Na vila deveria ter um posto de saúde, uma escola, um posto policial e um escritório da COLONACRE, que atenderia aos parceleiros.

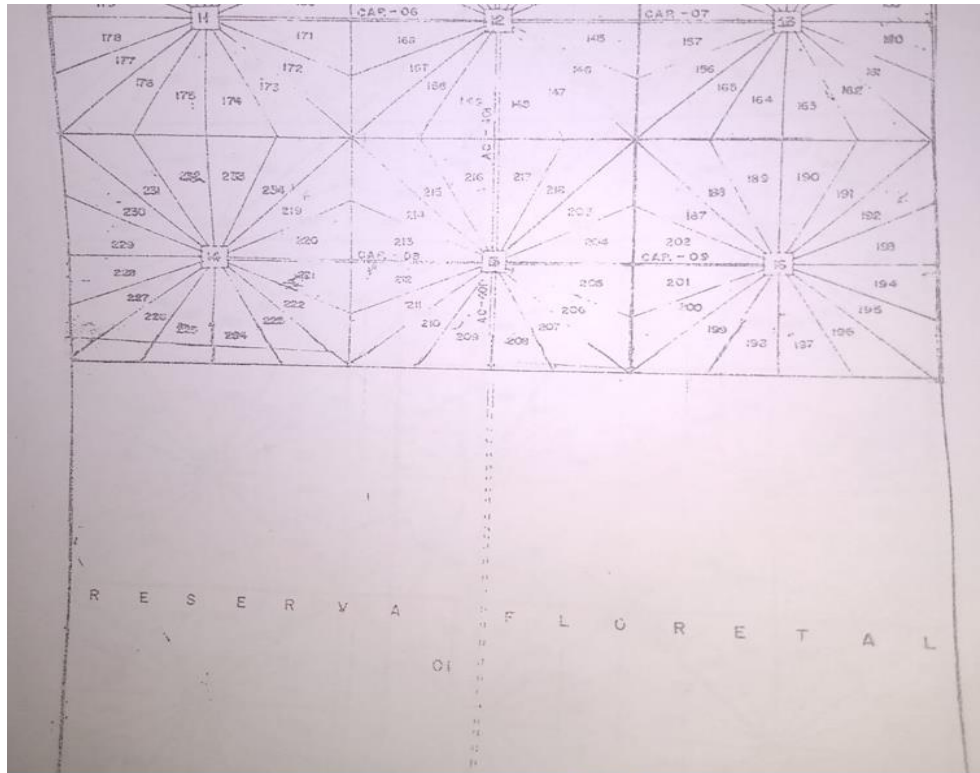
No espaço de 16 quadras, foram divididos 234 lotes rurais ou parcelas. Cada quadra possuía um ramal próprio (linha), ou seja, todos os lotes deveriam ser acessíveis via estrada. Nesse ponto relembra-se Porto Gonçalves (2017), quando nos mostra o padrão de exploração estrada-terra firme-subsolo, pois não é mais o rio que dita o avanço do capital sobre a Amazônia, mas a estrada. O Projeto Redenção é um claro exemplo desse padrão.

Figura 7 - Planta do Projeto Redenção/Etapa 1(Parte1).



Fonte: Nascimento, 2004. Anexos.

Figura 8 - Planta do Projeto Redenção/Etapa 1(Parte2).



Fonte: Nascimento, 2004. Anexos.

Com o projeto em andamento, o governo Mesquita termina e seu sucessor Joaquim Falcão Macedo assume em 1979, perdurando até 1982. O objetivo inicial do Redenção é parcialmente alcançado, mas não surte o total efeito desejado, porque grande parte dos parceleiros abandonou os lotes ou nem mesmo chegou a tomar posse da área.

O Projeto Redenção serviu de apoio aquilo que Martins (1996), caracteriza como frente de expansão, onde os assentados não obtêm ainda uma renda capitalista da terra, mas utilizam para a subsistência e criam um pequeno comércio de excedentes. Eram os pequenos agricultores os principais ocupantes dos lotes dentro do projeto, apesar de haver o financiamento de algumas atividades produtivas praticadas por esses parceleiros, não se pode caracterizar como frente pioneira, no conceito de Martins, pois não são empresas do grande capital que efetivamente ocupam as terras.

Um dos entrevistados, nessa pesquisa, foi o funcionário aposentado da COLONACRE Francisco Paiva Costa da Rocha, conhecido na região como “Kiko

Rocha”, que ingressou nos quadros da empresa em 02 de fevereiro de 1981. Ele era o responsável por cadastrar as famílias que receberiam os lotes do Projeto Redenção.

Kiko nos relata¹⁴:

Bom, eu trabalhava na divisão de colonização, na parte burocrática e parte de cadastros também, e... para se ter um lote desse, necessitava-se de não possuir uma outra terra, como o povo aqui do Acre não deu conta de explorar as terras, as pessoas foram abandonando terra, no caso do pessoal daqui do Acre que fez inscrição para pegar e a Colonacre foi readquirindo de volta esses lotes, foi quando veio a ideia de um diretor da Colonacre, Sr José Alves Sobrinho, agrônomo, muito inteligente, fez um contato com o INCRA de Cascavel no Paraná onde abriu-se 500 lotes rurais para atender a demanda do pessoal que não tinha terra e que ia ser tirado do projeto 7 quedas de Itaipú, da usina de Itaipú, então esse pessoal da Itaipú coube certinho no projeto Redenção, que era nosso objetivo.

Ele fala em 500 lotes, mas de acordo com a planta do projeto o número de lotes chegou a 480, juntando o Redenção e o Redenção 2. Em 1983 foi aberta a segunda etapa do projeto, conhecida como “Redenção 2” ou somente “Projeto 2”. Quando questionado como funcionava a dinâmica do cadastro dos assentados oriundos do Paraná ele diz:

É, o que aconteceu que esse engenheiro era o diretor operacional da Colonacre, na época, e era muito interessado no progresso desse trabalho, o Projeto Redenção, então ele fez um convênio com o Incra de Cascavel, fazia inscrições lá, não interessava não, mas como a oportunidade do Itaipú proporcionava, eles pegaram e fizeram as inscrições dos sem-terra na época que de onde iam implantar a barragem de Itaipú e as pessoas iam ficar sem ter pra onde ir, e aí aproveitou o útil ao agradável. Pra eles chegarem até aqui, eles vinham de ônibus, de pau de arara, de todo jeito, atrás de terra eles corriam o mundo e eu tive a honra de receber a primeira família que chegou com o cadastro pra se apresentar pra escolher a colônia. Porque essa situação era interessante, eles chegavam ali na Colonacre, na estação experimental, onde é o prédio do Detran hoje e dali a gente conferia os dados do cadastro e dava o encaminhamento lá pro projeto... pra cá pro Projeto Redenção, onde eles iam escolher a área de terra e daqui voltavam de novo na sede de Rio Branco pra poder as devidas declarações pra servir de anuência pra eles, junto ao Banacre¹⁵, Banco do Brasil, Basa, tinha mais uma declaração que era a autorização de derrubada de uma área “X” na época, hoje eu não sei o tamanho, junto ao IBDF, instituto brasileiro de desenvolvimento florestal, que hoje é chamado IBAMA, o apelido de IBAMA hoje.

Questionado como era feita a seleção dos lotes ele explica:

¹⁴ Para a transcrição das falas dos entrevistados, optamos por mantê-las *ipses litteri*, mantendo a coloquialidade peculiar à oralidade.

¹⁵ Banco do Estado do Acre.

Bom, a primeira família que eu recebi aqui, foi a família do senhor Wilson Teixeira, pai do nosso último vice-prefeito de Acrelândia, o Marquinhos, pai do Marquinhos, a família do Marquinhos. As áreas, que chegava primeiro pegava a melhor área, escolhia, acho que as melhores eram na Br, na margem da Br364. As primeiras colônias ficavam na Br364 e na área da quadra 9, onde ficou a primeira sede do Projeto.

Outro personagem que viveu esse período de abertura do Redenção, foi o paranaense de Paranapoema, Sebastião Rita de Carvalho, conhecido popularmente como “Tião Rita”, que migrou em 1982 para o Acre após receber boas notícias de seus familiares que haviam chegado em 1981 para receber uma parcela do Projeto Redenção. Posteriormente, foi presidente da Associação de Moradores do Projeto Redenção, subprefeito do distrito de Acrelândia e vereador na primeira legislatura. Ele nos conta como tomou conhecimento a respeito do Projeto, mesmo morando no Paraná:

Nós ficamos sabendo do Projeto Redenção pelo Rádio, esse projeto ele tinha sido elaborado ainda na época do governo militar e estavam construindo a Itaipu binacional, então em face a desapropriação de famílias das suas propriedades eles elaboraram esse projeto para que as pessoas viessem para o Acre. Finalmente aquelas pessoas, ninguém quis vir, ficaram por lá mesmo, era muito difícil aquela época, tinha uma aura toda de misticismo, todos tinham muito medo de vir pra cá. Porque a visão do povo é que aqui só tinha índio, onça, cobra de vinte metros e etc. Aí eu ouvindo aquele anúncio no rádio, meu pai e muitas outras famílias de Sete Quedas -MS, que era onde a gente morava na época, resolveram vir até o Acre para conhecer e chegando aqui eles gostaram muito e na época vieram oitenta famílias para o Acre. Vieram de pau de arara, caminhão, e eu fiquei lá, eu trabalhava num banco, fiquei lá, mas um ano depois eu resolvi vir. Quando eu cheguei, a minha visão foi de um lugar bonito, que já tinha bastante gente assentado no projeto, e a sede era na COLONACRE no projeto Redenção, que fica a nove quilômetros da BR 364, no início, projeto redenção 1.

Tião Rita, detalha quais eram os critérios para conseguir um lote no projeto Redenção:

Quando eu cheguei, eu procurei me cadastrar para receber essas terras, mas não consegui, eles priorizavam famílias, pessoas que eram casadas e que tinham filhos. O processo de cadastramento era feito na sede mesmo, do projeto Redenção, tinha um escritório da COLONACRE, então eu não consegui entrar no sorteio desses lotes não, porém meu pai já estava assentado.

Era um cadastro bem elaborado, tinha que ter um comprovante de que você nunca tinha possuído terras do INCRA, quando você não tinha esse comprovante, ele ficava pendente para eles fazerem uma consulta depois, porém não inviabilizava deles te entregar o lote. Você apresentava os documentos pessoais, seus e os documentos da esposa e dos filhos e daí eles faziam o cadastro. Lá tinha um escritório bem arrumadinho, quem era responsável pelo escritório era o Moacir, o Moacir era sobrinho do executor, que era o senhor Izaías, que hoje é dono do frigorífico de Acrelândia e da fábrica de cachaça Jiboia. Então era tudo muito rápido, porque as pessoas

chegavam e ficavam abrigadas em barracas de campanha, é aquelas barracas que o exército usa. E aí eles tinham interesse de que o mais rápido possível as pessoas fossem para os lotes, então você fazia esse cadastro em um dia e no outro dia, um técnico agrícola que quando eu cheguei o técnico agrícola que tinha lá era o Ceará, eu nunca soube o nome dele, só conhecia ele por Ceará, no outro dia o Ceará levava a pessoa para o lote e já assentava, a pessoa assinava a declaração de assentamento, aí logo alguns meses depois chegaram mais dois técnicos agrícolas, que foram o Ronaldo e o Pinté, e daí mais uns dias chegou o Osvaldo, que era o Begão. Eram eles que levavam as pessoas até as quadras. O sistema era muito interessante, porque cada quadra tinha dezesseis lotes. Uma quadra no meio e dezesseis lotes, a frente de cada um desses lotes, cada um dessa quadra comportava quatro lotes, essas quadras elas eram públicas, onde seriam construídas escolas, posto de saúde e etc. O projeto em si era um projeto muito bonito, muito arrojado para a época.

Observa-se que um dos critérios para aquisição do lote estava dentro de um dos objetivos do Projeto, traçado desde sua criação, que era assentar famílias. Tião Rita evidencia isso quando diz que não recebeu nenhum lote porque era solteiro, mas seus pais foram assentados. Importante destacar, também, a presença da COLONACRE em todo o processo, porque os parceiros eram cadastrados e depois acompanhados até a área escolhida.

Acredita-se que o critério de acompanhar o assentado até seu lote se dava para evitar conflitos como os que ocorriam em outras regiões do Acre, onde os sudestinos ocupavam as áreas sem seguir as leis e os termos dos documentos, que na maioria das vezes eram falsos. As condições de vida no assentamento eram difíceis, devido a uma série de fatores, o principal era o isolamento em relação à capital e, também, à cidade de Plácido de Castro. Sobre isso Tião Rita contou:

Quando eu cheguei, eu fui morar na colônia com meus pais, trabalhar na agricultura, que por sinal era muito rustico, era na foice, na enxada, no machado, foi um tempo muito difícil. Meu pai tinha construído uma casa tipo nordestina, uma casa com as paredes feitas de taipa, feitas de barro, coberta com cavaco e a gente morava nessa casa, meu pai como sempre foi muito trabalhador, eu era mais mole, mas tive que seguir o ritmo, trabalhei por um bom tempo lá, porque eu vim na intenção de trabalhar na COLONACRE, mas quando eu cheguei não tinha vagas, mas pouco tempo depois surgiu uma vaga como professor, e eu fui lecionar uma classe multisseriada na escola do redenção e logo depois, o Ricardo Rola era o enfermeiro responsável pelo posto de saúde lá, e nas horas vagas eu ajudava ele a lidar com o pessoal, que por sinal você perguntou a questão de saúde, a malária era endêmica na região, atacava muito, chegou a matar pessoas, eram muitas pessoas prostradas, tomando soro, ele viu que eu tinha habilidade para ajudar, assim como tinha habilidade administrativa também e ele me convidou para trabalhar com ele, aí eu fui trabalhar na área de saúde com o Ricardo, a infraestrutura de estrada dentro do projeto era boa, tinha sido recém feita e tinha assistência, com relação a estrada 475, que inicialmente se chamava 401, ela não tinha chegado ainda até o projeto, a estrada inicial ia da BR 364 até a quadra onde a gente morava, a quadra 15 onde hoje é situado o

frigorífico, que fica a três quilômetros da cidade de Acrelândia hoje, e a gente nem sabia como era pra frente, porque era só mato, a gente sabia que tinha uma cidade, que era Placido de Castro, mas pra chegar lá tinha que ir por varadouro e gente nunca tinha ido lá, aí um belo dia a gente ouviu um barulho de trator no meio da mata e aquele barulho foi se acentuando, foi aumentando e de repente o trator surgiu na quadra 15 abrindo uma espécie de carreador. Vinha ali meio sem rumo, e ali foi o início da 401, quando foi no outro ano eles terminaram de abrir, piçarraram e tal e foi assim. Foi pra dar acesso a Placido de Castro, o Bid o Projeto 2 foi em outra etapa. Inicialmente eu morava na quadra 15, mas depois eu passei a morar num alojamento na sede do projeto para os peões lá.

Tião Rita vivenciou os dois lados da vida no Projeto Redenção, o trabalho duro na zona rural e as condições precárias da Vila Redenção, que abrigava a sede da COLONACRE, bem como servia de entreposto para que os parceiros pudessem adquirir alguns insumos e bens de consumo essenciais para a sobrevivência no local. Vejamos como descreve Tião Rita:

Era uma área pequena, apenas uma quadra, mas eles lotearam e deram para pessoas ali, iniciou-se os primeiros comércios, porque só tinha a revenda da COLONACRE, aí montaram um barzinho, né, um boteco, um campo de futebol, uma bicicletaria, um açougue. Foram esses os primeiros comércios lá da redenção.

Quando eu cheguei lá já tinha um pequeno povoado, tinha funcionando o escritório da COLONACRE, já tinham feito uma associação de moradores, já tinha uma máquina peladeira de arroz, já tinha uma trilhadeira, tinha caminhão, trator e tinha a revenda da COLONACRE, que era aonde as pessoas adquiriam os gêneros alimentícios e insumos agrícolas, tipo enxada, foice, facão e etc.

Como visto uma das diretrizes do Projeto Redenção era reaquecer a cultura da borracha, mas mesmo com todo o apoio da COLONACRE, não foi possível a aplicação dessa política e o projeto teve que tomar outros rumos. Tião Rita também nos conta como funcionou o PROBOR 1 dentro do Redenção e porque, na opinião dele não deu certo:

Esse programa da borracha, era que cada colono tinha que plantar duas hectares em cada uma das suas colônias, entendeu, e foi plantado, o projeto fornecia as estacas, que eram as mudas enxertadas de seringueiras e cada um dos colonos plantavam na sua propriedade, eles pagavam um custeio, tudo direitinho, era bem elaborado, só que, eles não contaram com uma coisa, o fogo, né. Então muitas dessas áreas quando já estavam grandes, bonitas, o fogo veio e destruiu, então entre o segundo e terceiro ano de plantio, o fogo destruiu praticamente setenta por cento das áreas. Aí eles desistiram.

Aí quando começaram a queimar os seringais, uns queimaram, por ação do tempo, outros foram incêndios criminosos, os próprios parceiros queimavam, porque não gostavam de trabalhar com a ideia do plantio de seringueiras, porque era desconhecido para as famílias que tinham vindo de

fora, esse tipo de cultivo. Eles queriam plantar outro tipo de cultura, feijão, soja, café e etc. E a COLONACRE, focava no plantio de seringueiras. Esse negócio dessa reportagem¹⁶ que fala sobre plantio de cacau, nunca existiu, nunca existiu um incentivo para o plantio de cacau. Guaraná eles trouxeram algumas dezenas de quilos de sementes de Cruzeiro do Sul na época, porém não prestaram assistência nem para o plantio, acabou em nada isso daí.

É importante observar que, tanto os acreanos quanto os sulistas não possuíam traquejo para lidar com o plantio da seringueira. Apesar de os acreanos tradicionalmente trabalharem com o látex, isso era feito em seringais nativos onde eles tinham o trabalho de cortar as árvores já adultas para extrair o “leite”¹⁷. Já os sulistas apesar de terem o costume de trabalhar com a agricultura, não estavam tarimbados¹⁸ para a cultura da seringueira. Então o fato do PROBOR I e II não terem êxito dentro do Projeto Redenção se deu por inaptidão dos parceleiros para a atividade. Tião Rita cita os incêndios nas plantações de seringueiras, levantando até a hipótese de incêndios criminosos dentro do Projeto, com a intenção de não continuar aquele tipo de lavoura.

Também não se pode desprezar que o tamanho dos lotes não favorecia a criação de seringais de cultivo, porque deveriam ser divididos entre a cultura da seringueira e a agricultura de subsistência. O parceleiro ficava sobrecarregado com as múltiplas atividades agrícolas e apesar do incentivo do governo estadual através da COLONACRE, não conseguia obter um bom rendimento através da terra.

Por isso, muitos lotes foram abandonados e dos seringais de cultivo restaram apenas algumas áreas localizadas às margens da BR 364. A partir do Governo Nabor Junior (1983-1986), a atividade produtiva passou a ser a agricultura e mais adiante a madeireira. Com isso a própria COLONACRE decretou o fim da atividade gomífera no Projeto Redenção.

Outro entrevistado foi o senhor Vilseu Ferreira da Silva, um dos assentados do Projeto Redenção, oriundo do Estado do Paraná. Ele nos relata parte de sua saga até chegar ao Acre:

Elias, deixa eu falar pra você, eu tinha casado recentemente e a minha esposa já tinha magistério, naquele tempo quem tinha magistério já era professor, né, e aí eu tinha vontade de ir pro norte do Mato Grosso, mas ela já tinha uma irmã que morava aqui, a mulher do Wilson Teixeira, aí eu chamei ela pra ir pro norte do Mato Grosso, pro norte do Mato Grosso, pra Lucas do Rio Verde, aquela região lá, Sorriso, Sinop, aí ela falou, não, vamos pro Acre,

¹⁶ Referindo-se a uma reportagem vinculada pelo Jornal “O Rio Branco” de 27 de outubro de 1984

¹⁷ O látex

¹⁸ Não tinham costume ou jeito para lidar com aquela cultura.

que eu tenho uma irmã que mora lá, aí nós viemos por causa dessa irmã dela que morava aqui, aí eu a convidei pra vir e ela disse, lá eu pego uma sala de aula, porque lá no sul ela tinha terminado o magistério, mas não tinha vaga pra da aula, entendeu, aí nós viemos pra cá pra casa dessa irmã dela que era mulher do Wilson Teixeira, que era na quadra 8 ali, pra lá do redenção, nós viemos pra casa deles ali, entendeu. E aí a primeira colônia que eu possuí aqui no Acre, foi ali na quadra 19, é, a Colonacre na época, que era a colonizadora das terras daqui, me deu uma colônia, mas não tinha estrada, então eu não fui morar lá porque não tinha estrada, aí fiquei no Redenção, naquela vilinha na época e passou um ano e no outro ano eu passei dar aula ali naquela escola Maria de Jesus Ribeiro, e minha esposa dava aula lá e surgiu uma vaga e eu comecei dar aula ali, sabe, trabalhei sete anos na educação dando aula, aí foi o tempo que eu fui eleito vereador em 92 e pedi as contas, não quis ficar mais como professor, teve uma perseguição política, na realidade em cima de mim sabe, aí eu pedi as contas entendeu. Aí sai, parei de dar aula, mas foi baseado nisso aí, eu queria possuir terra e ela queria trabalhar na educação, entendeu, aí viemos parar no Acre, 'pra você ter uma ideia nossa viagem do sul até aqui na época nós gastamos 14 dias, ainda tinha o areão no Mato Grosso, era muito difícil, nós viemos em maio, e ainda chovia, nós tivemos uns atrapalho na estrada, passamos uns dias parados lá em Porto Velho, porque não tinha ônibus pro Acre, aí ficamos no hotel lá uns dias, sei que a nossa viagem foi 14 dias chegarmos ao Acre, chegamos no novo acordo tinha seu João Barbosa ali, um seringalista e a gente perguntou onde é que morava o Wilson Teixeira e mandou uma toyotinha deixar nós lá na quadra 8 na casa do Wilson Teixeira, quando eu entrei dentro do projeto Redenção que eu olhava essas castanheiras grandes bonitas lindas, eu me apaixonei logo pelo Acre, eu ficava em cima da camioneta agradecendo a Deus por essa terra linda, e até hoje eu sou apaixonado pelo Acre, e mais ainda pelos acreanos, o acreano é um povo muito solidário, é um povo amigo, que não tem muita maldade, e eu sou apaixonado pelo Acre e seu povo.

Vilseu Ferreira, pertence à leva de sulistas que vieram após a consolidação da primeira etapa do Projeto Redenção, já para ocupar a área do projeto Redenção 2. Porém, como percebe-se no relato, ainda não havia sido aberto o ramal de acesso a essa área do projeto. As condições de vida no sul do Brasil não eram favoráveis, pois sua esposa, apesar de possuir a formação em magistério, não conseguia espaço para exercer sua profissão, enquanto no Acre havia a oportunidade de trabalhar devido a carência de profissionais da área.

Observa-se também no relato que a Vila Redenção servia como sede do projeto e possuía uma escola em funcionamento, bem como outros serviços públicos. Outra parte importante é quando ele se refere ao povo do Acre como hospitaleiro, nos infere que existiam entre os parceiros alguns acreanos com os quais ele fazia contato. A própria chegada ao projeto fora auxiliada por um seringalista chamado João Barbosa, que deu uma carona para Vilseu e sua família até a propriedade do cunhado de sua esposa. De acordo com a fala de Kiko Rocha, o cunhado da esposa de Vilseu, o

senhor Wilson Teixeira foi o primeiro sulista assentado recebido por ele no Projeto Redenção.

Vilseu nos informa como era a dinâmica para conseguir os lotes do Redenção:

O lote era de graça assim, quando chegou o título a gente tinha que pagar o título, mas não era muita coisa não, tá, agora quem montou, que nem o Bocalom que montou serraria aqui, aí era na área urbana, eles deram um pedaço dentro da área urbana pra ele, quando abriu aqui era uma área grande, depois ele até loteou e vendeu os terrenos e tal, agora nós que viemos pra mexer com terra, plantar e colher, ganhamos uma colônia de 40 hectares, quando eu cheguei já não tinha mais terra aqui no projeto Redenção 1, já tinham assentado todos, por isso que eu fui assentado lá no projeto Redenção 2, no caso na quadra 19.

Pudemos observar através dos relatos dos entrevistados, principalmente Vilseu Ferreira, que corrobora com Martins (1996, p. 51): “Há uma grande diversidade de personagens, atividades econômicas e relações sociais específicas”. Aonde uns foram para lavrar a terra e efetivamente viver da renda de seu lote, enquanto outros foram para formar “uma espécie de burguesia de fronteira”, agraciados pelo poder público com a doação dos meios de produção para a montagem de uma atividade comercial ou industrial (Idem).

3.4 O PROJETO REDENÇÃO 2 OU “SEGUNDA ETAPA”

Rememoramos que o governo do Acre havia acertado a disponibilidade de 500 lotes para os desalojados de Itaipu no Paraná dentro do projeto Redenção. Porém não alcançaram a quantidade de lotes possíveis e abriram mais uma etapa no projeto, conhecida como segunda etapa, ou Projeto Redenção 2.

Para tanto, seguiram o traçado original do projeto, respeitando a área de reserva exigida à época. Essa reserva ficava numa parte mais alta, em uma antiga colocação chamada Itamaraty. Depois da área de reserva florestal foi continuado o esquema das quadras, seguindo da 17 até a 30, partindo da esquerda para direita, com lotes cortados em raios partindo do centro da quadra, cada quadra possuía dezesseis parcelas.

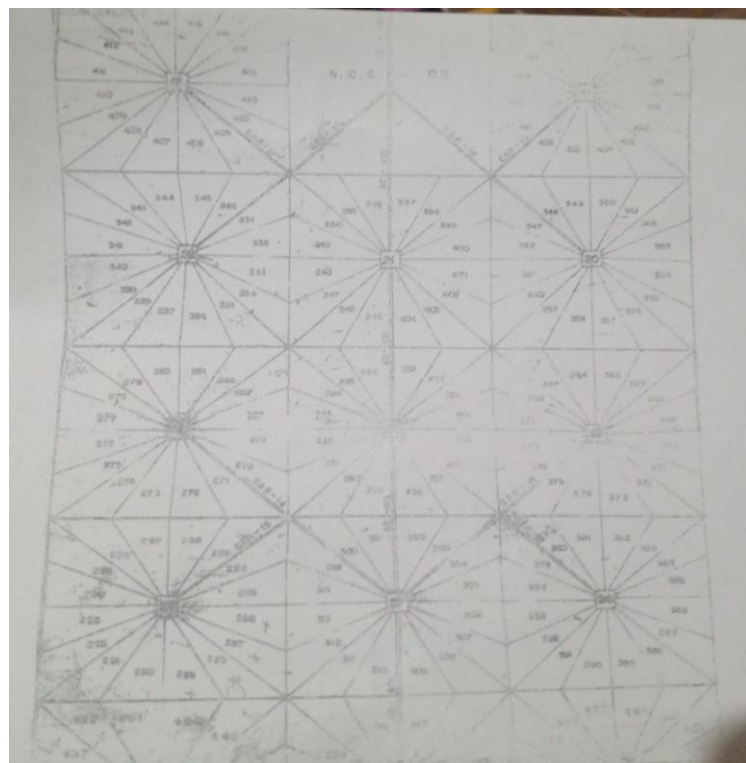
Inicialmente, como nos relata Vilseu, não havia estrada de acesso, somente os varadouros antigos dos tempos dos seringais, mas a COLONACRE abriu um ramal, nominado de ramal segunda etapa, que ficou conhecido popularmente como “ramal do Projeto 2” ou somente “ramal do dois”.

Tião Rita contou em seu relato que o “ramal do dois” foi aberto no final do ano de 1983, e que a ocupação dos lotes se deu após o esgotamento das vagas na primeira etapa do Projeto Redenção. Quando perguntado sobre a dinâmica da distribuição entre os projetos e, principalmente, por já estar previsto na planta do projeto a existência do Projeto 2, ele nos diz:

Não, só era o Redenção 1, o Redenção 2 tava apenas no papel, aí depois que foi colonizado o Redenção 1 por completo, aí abriram o ramal do projeto 2, o ramal das quadras ... e passou, a ocupação do projeto 2, foi bem mais difícil. Ramal do projeto 2 foi aberto no final de 1983.

O Ramal do Projeto 2 partia da AC 401, na altura do quilômetro 16 e se estendia por aproximadamente 17 quilômetros, até a beira do Rio Abunã onde fica a fronteira com a Bolívia. A estrada cortava a área de reserva, passava na borda das quadras 17 e 19, depois cortava a quadra 21 ao meio, assim como seguia pela 24, depois 27, e 30 até entrar em outra área de reserva florestal que ficava na fronteira com a Bolívia, às margens do rio Abunã.

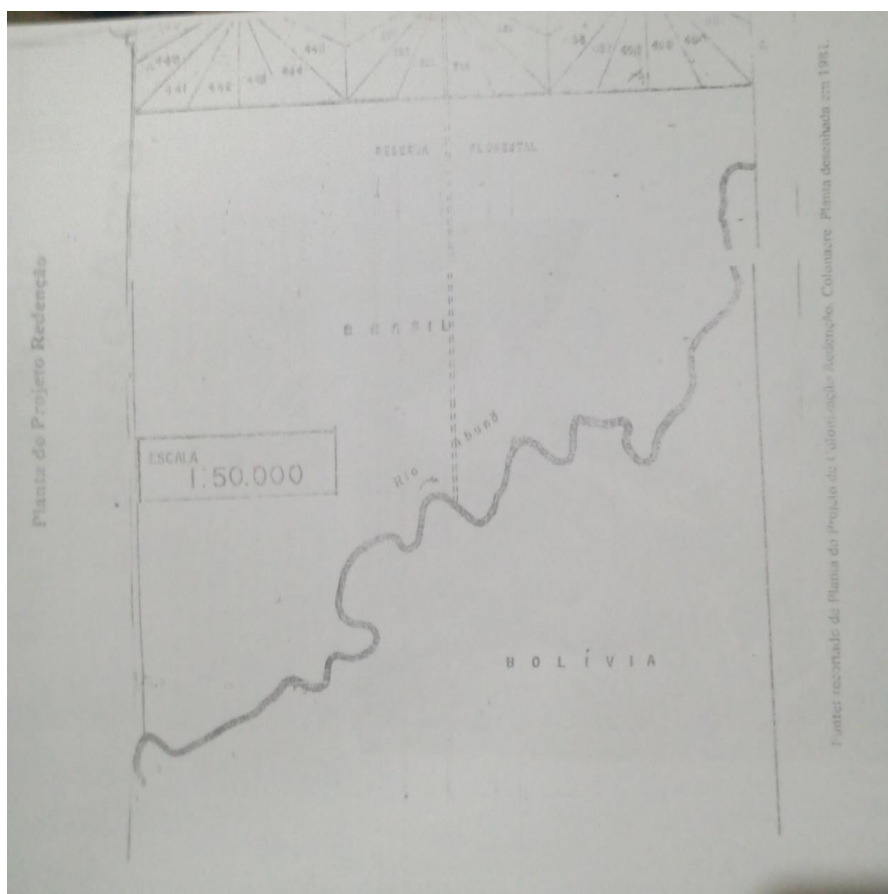
Figura 3-Planta Projeto Redenção 2 parte1



Fonte: Nascimento, 2004. Anexos

O ramal, após aberto, possuía muitas ladeiras e curvas e em determinadas épocas do ano ficava intrafegável. Mesmo assim, foram abertos mais de 200 lotes. Segundo Vilseu, cada um deles possuía em média 40 hectares. Com a ocupação das margens do ramal, surgiram algumas nomenclaturas ou toponímias para alguns lugares, geralmente os mais problemáticos, como a “ladeira do Zé Bonzinho”, a “ladeira do Ziza”, “ladeira da 21”, “a subida do Passarinho”, a ponte do Zé Pontes”, que eram lugares de conhecidos atoleiros durante o inverno, que dificultavam o transporte e a locomoção dos colonos.

Figura 4- Planta Projeto Redenção 2 parte 2



Fonte: Nascimento, 2004. Anexos.

Pela planta do projeto observa-se que o sistema de lotes do Redenção foi traçado desde o princípio em duas etapas, e que havia uma área de reserva entre essas duas etapas. Essa área seria uma garantia dada pela COLONACRE ao BID pelo financiamento do projeto Redenção 2 e, também, pela construção da nova sede da COLONACRE, que foi movida da quadra 9 para o Itamaraty, devido a uma série

de fatores como: falta de espaço para expansão da vila, na quadra 9; falta de uma fonte de água confiável e a localização central da área de reserva em relação aos dois projetos.

A nova sede da COLONACRE foi construída entre os dois projetos, em 1985, e, também, um viveiro da empresa foi construído no local, para fornecer algumas mudas para os parceiros. Inicialmente era a seringueira, depois o café e a pupunha também foram produzidos nesse viveiro.

Tião Rita explica que fora aberta uma área de 30 alqueires na área de reserva, para que abrigasse tanto a sede da COLONACRE, quanto o viveiro. Originalmente contava com dezoito casas, e alguns prédios públicos. O local ficou conhecido como Vila do BID, devido a uma grande placa que havia na entrada da vila.

Então, a vila do BID, na realidade não era vila do BID, ali o projeto era de fazer um centro administrativo da COLONACRE, entre o projeto 1 e o projeto 2, para servir os dois projetos. Porque o do Redenção era provisório, aí construíram lá, 18 casas para funcionários, um posto de saúde, uma escola, um escritório da COLONACRE, uma quadra de esportes, um clube comunitário e o armazém da estocagem da produção agrícola, um armazém com um segador e uma peladeira de arroz, mas então seria apenas o centro administrativo da COLONACRE, na época foram derrubados lá, trinta alqueires, derrubado de machado, moto serra e etc. Porque não havia disponibilidade de máquinas. Quem derrubou essa área, foi o seu Paulo Marques e o finado Joninhas, eles que roçaram e derrubaram essa área.

Outra pessoa que participou ativamente no processo de ocupação do espaço e na territorialização do Projeto Redenção, foi a paranaense Edna Bernardino e Silva, professora, que foi criada na cidade de São Paulo. Aos 28 anos, chegou ao Redenção, em 1986 já para morar na segunda etapa do projeto, no pequeno núcleo urbano conhecido como Vila do BID. Ela nos conta da seguinte maneira como se deu a sua vinda para o Acre:

Eu vou iniciar essa história tentando resumir o máximo que puder. Minha tia morava na zona rural de Acrelândia, naquela época, em 1986, era um projeto de assentamento ainda e ela foi passear em São Paulo, e lá ela contou que era um lugar muito bom, um lugar novo, muita terra, e isso criou uma expectativa na minha família, dois irmãos casados, eu casada, meus pais, né, meu pai e minha mãe, e uma irmã solteira. Eles resolveram, os homens, meu pai, meu esposo e meus dois irmãos, virem conhecer, porque... sempre existiu um sonho, de terra, de zona rural e nós vimos ali a possibilidade de ter tudo isso. E eles vieram, vieram e voltaram muito empolgados com uma vontade enorme de vir embora. E desse sonho foi traçado um objetivo de vir todos embora, todas as famílias, na verdade quatro famílias. E tudo deu certo e viemos embora no final de 1986 e essa na verdade, esse foi o maior motivo que nos trouxe para o Acre, a questão de ter terra, de morar num lugar tranquilo, porque a capital de São Paulo realmente é uma selva de pedra, só

que nós já estávamos habituados a aquela vida, e esse foi o maior motivo, vir pra conhecer e não digo aventurar, mas tentar uma nova vida num lugar lindo, um lugar tranquilo com nossos filhos.

Oriunda de uma área urbana, Edna demonstra que a vinda de sua família para o Acre teve uma motivação espontânea, pois eles viviam na capital paulista, mas viam com bons olhos a ideia de possuir terras em um lugar mais “tranquilo” para seus filhos. Ela nos conta que ao contrário dos outros entrevistados eles não “ganharam” os lotes, mas compraram, como observamos em sua fala:

Quando eles vieram conhecer, a primeira vez, que vieram meu esposo, meu pai e meus irmãos, eles já foram conhecer essas terras e já negociaram, já deram a entrada, já deixaram tudo certo, quando nós chegamos com a mudança, nós já tínhamos essas terras. Na nossa situação, nós compramos os lotes, foi no ramal da 17 no projeto 2.

Quando questionada sobre a mudança radical que faria em sua vida, de trocar uma “selva de pedras” pelas florestas verdejantes do Acre, Edna nos explica como se deu o processo:

Nós na verdade, não chegamos a morar na zona rural, nem nós nem meus irmãos nem meu pai, a intenção, naquela época era de plantação de café, porque meu pai, como eles vieram do Paraná embora fossem paulistas, eles moraram no Paraná, foi lá que ele se casou com minha mãe e lá eles tinham plantações de café por parte do meu avô, que era muito forte naquela época, muitos anos atrás, o café era assim fundamental naquela época, no Paraná. Então, a intenção de quando nós compramos as terras era de plantar café, mas foi, aconteceu que quando eles vieram conhecer, eles conheceram também o Guto e o Pinté, o Guto era executor do projeto, responsável na área e o Pinté também trabalhava junto com ele na Colonacre e o projeto, ele também tinha algumas casas, se não me engano eram onze ou treze casas, construídas para apoio a quem viesse de fora para assumir uma função pública, pra que pudesse dar andamento ao início dessa futura cidade, já existia na época, construída quando nós chegamos, a escola, pequena, Pedro de Castro Meireles, tinha apenas duas salas de aula, tinha o posto de saúde, a quadra, ali perto da escola Pedro de Castro Meireles, ali o prédio da Câmara Municipal também e a Cageacre, então já existiam alguns órgãos para que dessem apoio a todas as famílias que comessem a chegar. E havia necessidade de abrir a escola, e com isso nessa conversa com o Guto e o Pinté, já surgiu o meu nome, o nome da minha cunhada Graça, que hoje já é falecida, que era esposa do meu irmão Sergio, que também já é falecido hoje. E houve uma promessa pra mim e pra ela, da gente abrir a escola, e devido a questão porque não tinha pessoas preparadas, até porque não tinha moradores, e os que chegaram não tinham a possibilidade de estar assumindo uma sala de aula, então nós já viemos com essa proposta, pra cá. E chegando, realmente deu tudo certo, nós chegamos, fomos a Rio Branco, fomos apresentadas, fizemos um teste na secretaria de estado de Educação, foi nos dado portaria para abrir a escola, eu fiz, eu e minha cunhada, minha família, fizemos um levantamento na zona rural, ali no projeto 2, que não existia projeto Orion, não existia nada disso aberto ainda, e nós conseguimos, quarenta alunos, mas nas imediações, dos que moravam nas colônias, porque da cidade mesmo, eram pouquíssimas crianças. E abrimos a escola,

em junho de 87, nós abrimos a escola, foi iniciado a escola Pedro de Castro Meireles. Então aquela questão do trabalho com o plantio de café, realmente ele não vingou, na verdade ele não foi pra frente e também como nós trouxemos um caminhão de lá, foi um caminhão que trouxe duas mudanças e um caminhão fretado que trouxe mais duas mudanças, e esse nosso caminhão eles vinham pra Rio Branco fazer frete, porque não existia trabalho ainda para que eles pudessem assumir, no município, que até então não era município. E também já houve a possibilidade do meu irmão Sergio, que já hoje é falecido, fazer um cursinho de malária aqui em Rio Branco, foi quando ele começou a trabalhar no posto de saúde também, para dar apoio a todas as famílias que já começaram a chegar, depois disso, o movimento começou, bem maior, com a abertura da escola, o posto de saúde começou a funcionar, então o movimento começou a aumentar e muitas e muitas famílias começaram a chegar, tanto é que nossas salas de aula eram multisseriadas, porque não existia quantidade de alunos suficientes para que se abrissem series separadas na época, do primeiro ao quarto ano.

Observa-se nas falas de Edna, que o projeto 2 já estava na etapa da terra como mercadoria, e não mais como direito do parceleiro, tanto que ela nos informa da compra dos lotes por seus familiares e, também, da não ocupação efetiva da terra e a não realização do intento original quando partiram de São Paulo para o Acre, que era plantar café.

Essa mudança de paradigma se deu devido aos novos objetivos do Projeto Redenção, que após o fracasso da borracha acenava para o foco na produção agrícola. Quando questionada sobre o perfil dos assentados, que ela atendia como professora na pequena escola da vila ela responde:

A maioria que chegou, que iam chegando, eles tinham terra, um pedacinho de terra, moravam na cidade, mas sempre tocavam alguma coisa na zona rural. E que eu me lembre assim, a maioria deles quando vinha, não passava muito tempo para adquirir alguma coisa, na zona rural, o que eu me lembro é que eles tinham sim um trabalho voltado mais, e na época era mais agricultura, não era forte a pecuária, ela praticamente não existia naquela época, era mais agricultura, que eu me lembro assim, a maioria tinha, muitos moravam na cidade, mas eles tinham pedaços de terra.

Isso nos rememora o sentido das Agrovilas pensadas pelo INCRA nos seus primeiros projetos de assentamento onde os trabalhadores rurais possuíam lotes urbanos para viver, mas trabalhavam como lavradores do campo. O Projeto Redenção 2 avança com a vinda massiva de sulistas, que vinham especificamente para trabalhar na agricultura. Nascimento (2004), realizou uma pesquisa entre as diversas famílias que o ocuparam o Projeto 2, e aponta a ideia de possuir terras e lavrar o campo.

Entretanto, Nascimento destaca um problema muito sério que assolava os parceleiros do Projeto 2, ao contrário do que ocorreu na primeira etapa, onde os financiamentos eram facilitados, na segunda etapa, os parceleiros viviam

constantemente sem dinheiro e buscavam alternativas para sobreviver (Nascimento, 2004, p. 93).

Edna também destacou essa situação, quando diz que “muitos moravam na cidade, mas tinham um pedaço de terra”. Nascimento (2004), apresenta outra dificuldade, que foi a malária, doença endêmica à época, responsável por muitas mortes e um dos fatores de repulsão de muitos trabalhadores do Projeto 2.

A condição do acesso ao Projeto 2 era outro fator negativo, que os entrevistados foram unânimes em apontar, também Nascimento (2004):

Naquela época a situação era mais difícil, naquela época. Muita malária. A estrada [...] Era péssima a estrada. No Redenção mesmo, aqui, teve época que num passava [...] passava três dias sem passar carro. Atolava. Aí depois vinha outro e atolava, e outro também atolava. E aí fechava tudo [...]” (Entrevista com senhor Carlinhos, *apud* Nascimento 2004, p. 93)

Tião Rita disse que: “a ocupação do projeto 2, foi bem mais difícil”. Para Vilseu, “a Colonacre na época, que era a colonizadora das terras daqui, me deu uma colônia, mas não tinha estrada, então eu não fui morar lá porque não tinha estrada”. Somando-se às condições ruins da estrada, a malária, e a falta de opções de trabalho no projeto, criaram-se as condições para que, ao contrário do que aconteceu na primeira etapa, no Projeto 2 as terras fossem vendidas logo após serem adquiridas pelos parceiros, ou seja, o sonho da propriedade rural, passou a ser substituído pelo negócio de compra e venda de terras.

Uma prática muito comum entre os parceiros era receber o lote, retirar a madeira e depois abandonar ou vender por um baixo preço e buscar outro projeto de assentamento do INCRA. Essa prática gerou uma situação dentro do projeto 2, em que muitos assentados não chegavam a morar em seus lotes, não construíam benfeitorias, somente retiravam a quantidade que podiam de madeira, durante o verão, depois vendiam para um vizinho ou para algum fazendeiro que à época já procuravam especular sobre as terras da região.

Nesse ponto as características da frente de expansão, começam a ser alteradas e inicia-se a transição para o que Martins (1996), chama de frente pioneira, porém ainda levaria mais um tempo para que essa frente fosse de fato instalada.

O critério inicial de assentar famílias e gerar renda para elas através dos lotes já não era mais posto em prática, mas o capital já estava inserido no contexto do

assentamento e expandia a sua fronteira sobre aquele que seria o projeto redentor do governo do Acre para com seu povo.

Outro fator de expulsão dos colonos do Projeto 2 foi a falta de assistência do Estado: não havia posto de saúde, escola ou armazém dentro de suas quadras, ao contrário do que acontecia na primeira etapa. Quem quisesse buscar educação para seus filhos, ou até mesmo para si mesmo, deveria ir até a vila do BID, e, para isso teria que percorrer um ramal precário e distâncias de mais de 20 quilômetros, em alguns casos.

Posteriormente foi aberta outra gleba de lotes para assentamentos que ficou conhecido como “Orion”, já no limite do Projeto 2, avançando sobre uma área de floresta na fronteira com a Bolívia, que originalmente não constava no Projeto Redenção, mas que só podia ser acessado pelo ramal do dois. O resultado, é que o Projeto 2 foi perdendo seus colonos originais se transformando em fazendas, muitas delas de empresas multinacionais ou sediadas no centro sul do Brasil. Mas isso após os anos 1990, na primeira década de 2000. Como esse processo extrapola nosso recorte temporal não trataremos a fundo essa “fazendização” aqui.

3.5 AS CIDADES PIONEIRAS

As cidades pioneiras, segundo Coy (1995, *apud* Moraes, 2000), “são aquelas localidades de caráter urbano, que surgiram de forma planejada ou espontânea, paralelamente ao processo de ocupação da fronteira agrícola nos últimos 30 anos.” Por que cidade? Porque era um núcleo urbano, aberto com o objetivo de apoiar os assentados na sua saga colonizadora, era o núcleo urbano mais próximo aos colonos, ocupando geralmente o espaço de uma quadra, como a Vila redenção por exemplo, que ficava na quadra 9 do Projeto Redenção, primeira etapa.

Pode parecer estranho para uma pessoa que venha do centro sul e se depare com uma vila muito pequena, que seja classificada como cidade, porém para aqueles assentados, era sim uma cidade, popularmente chamada de “rua” ou simplesmente “vila”.

Por que pioneira? Porque era a partir daquele núcleo que seria possível abrir uma Agrovila, ou uma Agrópolis como planejado pelo INCRA, e mais, poderia surgir de lá uma nova cidade já que em algumas localidades era prevista a expansão da

seu centro, as estruturas que foram planejadas pela COLONACRE. Tião Rita nos descreve como um projeto arrojado para época:

O sistema era muito interessante, porque cada quadra tinha dezesseis lotes. Uma quadra no meio e dezesseis lotes, a frente de cada um desses lotes, cada uma dessas quadras comportava quatro lotes, essas quadras elas eram públicas, onde seriam construídas escolas, posto de saúde e etc. O projeto em si era um projeto muito bonito, muito arrojado para a época.

Entretanto, como era comum nos projetos do tempo da ditadura, o máximo que se fez nas quadras, foi um boteco e um campo de futebol, ficando a vila somente na quadra 9, porque era um ponto central na época, pois o projeto só chegava até a quadra 16. Outro fator da escolha do local para a sede da COLONACRE foi a distância para a BR 364, que era de apenas 9 km.

Na Vila Redenção, foram construídos espaços básicos para auxiliar os parceiros. Primeiro, o escritório da COLONACRE, onde os parceiros iam para fazer o cadastro e, também, eram recebidos pelos técnicos da COLONACRE para serem levados a seus lotes. Depois um posto de saúde, porque muitos colonos precisavam de auxílio de saúde no momento da chegada, devido as condições da viagem, que era longa. Vilseu informa em seu relato que foram 14 dias do Paraná ao Acre.

Construíram também uma escola, com apenas duas salas, para atender aos filhos dos moradores da vila e, também, aos parceiros que viviam por perto. Havia o armazém da COLONACRE, que vendia produtos de primeira necessidade para os parceiros, como ferramentas, sementes e alguns víveres. Tião Rita descreve com detalhes o local que ele encontrou quando chegou ao Redenção em 1983:

Quando eu cheguei lá já tinha um pequeno povoado, tinha funcionando o escritório da COLONACRE, já tinham feito uma associação de moradores, já tinha uma máquina peladeira de arroz, já tinha uma trilhadeira, tinha caminhão, trator e tinha a revenda da COLONACRE, que era aonde as pessoas adquiriam os gêneros alimentícios e insumos agrícolas, tipo enxada, foice, facão e etc.

É importante destacar a presença da associação de moradores que existia no local. Na época também existia um trabalho muito forte da igreja católica, com as comunidades eclesiais de base, que implantava em diversos locais, associações, sindicatos e outros grupos representativos de organização popular.

A vila Redenção tinha um problema estrutural sério, que era a falta de espaço para expansão, pois era apenas um piloto do que deveria ser o centro de uma quadra dentro do projeto Redenção. A vila era cercada por lotes, todos ocupados, e não havia previsão de expansão, simplesmente por não haver espaço. Vilseu nos explica sobre isso:

No Redenção também não foi projetado pra ser uma vila, na realidade o Redenção era pra ter ali um posto de saúde, uma escola e aí o povo, o povo é que vai cortando e vai fazendo um comérciuzinho, e formou aquela vilinha [...] Outrossim, deixa eu falar, porque a vila Redenção na realidade não tinha área, ali é tudo fazenda, as colônias, na época, as colônias do projeto Redenção, ali era a quadra 9, então as colônias faziam tudo, faziam frente ali na quadra, na vilinha, aí não tinha espaço para formar uma cidade.

Apesar da estrutura, havia carência de mão de obra qualificada para ocupar determinados cargos dentro do projeto, a escola por exemplo, não possuía professores e coube à esposa de Vilseu, Dona Marta Belmonte, o próprio Vilseu, e Tião Rita, lecionarem em classes multisseriadas, na escola Maria de Jesus Ribeiro. As classes multisseriadas funcionavam com duas ou três turmas dentro de uma mesma sala, onde o quadro era dividido para que cada série pudesse copiar o conteúdo que era lecionado.

O posto de saúde era coordenado pelo Técnico de enfermagem Ricardo Rola e sua esposa, também técnica de enfermagem, dona Francisca. Segundo relatos dos entrevistados, nunca havia médicos por lá e quem fazia o trabalho completo, tanto de cuidados de enfermagem, quando cuidados médicos era o senhor Ricardo Rola.

Tião nos fala sobre o serviço de saúde na vila Redenção:

Quanto a questão do Ricardo Rola, ele era o enfermeiro lá do posto de saúde do Redenção, ele era um deus lá, ele fazia de tudo, de pequena cirurgia, suturas, prescrevia medicamentos, porque não vinha médico naquela época, a gente ficou lá muitos anos sem aparecer um médico para atender o Redenção. A malária era endêmica na região, muita malária, muita hepatite, picadas de animais peçonhentos, acidentes em derrubadas.

Vilseu também nos fala sobre o atendimento no posto de saúde:

O Ricardo Rola, era um técnico de enfermagem, um enfermeiro prático, na época, o postinho de saúde do Redenção, tratava até de malária, até internava lá, e ele aplicava soro, ele prescrevia remédio e ele era o médico da população lá.

A questão envolvendo o enfermeiro Ricardo Rola, que trataremos mais adiante, foi um divisor de águas na organização política do projeto Redenção, que deixou um legado muito grande para Acrelândia. Foi o ponto de partida para que os parceiros

conseguissem enxergar seu potencial de mobilização e também conseguissem alcançar uma consciência de classe sem precedentes para a época.

Tião Rita conta que quando os parceiros chegavam ao Redenção, ficavam abrigados em “barracas de campanha”, até serem levados a seus lotes, lá era outra epopeia para construir uma casa ou barraco:

Era tudo muito rápido, porque as pessoas chegavam e ficavam abrigadas em barracas de campanha, é aquelas barracas que o exército usa. E aí eles tinham interesse de que o mais rápido possível as pessoas fossem para os lotes, então você fazia esse cadastro em um dia e no outro dia, um técnico agrícola que quando eu cheguei o técnico agrícola que tinha lá era o Ceará, eu nunca soube o nome dele, só conhecia ele por Ceará, no outro dia o Ceará levava a pessoa para o lote e já assentava, a pessoa assinava a declaração de assentamento ... Meu pai tinha construído uma casa tipo nordestina, uma casa com as paredes feitas de taipa, feitas de barro, coberta com cavaco e a gente morava nessa casa.

A vila Redenção também sofria com a falta de água, e não possuía rede de energia elétrica, como não havia nenhum rio que passasse próximo, era necessário cavar poços, conhecidos como “cacimbões”, para suprir a necessidade básica dos moradores. A referida vila sempre foi tratada como sede provisória do Projeto, por isso, entende-se que não é possível tratar a Vila Redenção como cidade pioneira, porque ela serviu apenas de piloto para a organização das quadras, e ao final, esgotou sua capacidade de crescimento, esbarrando nos lotes dos assentados que a cercavam.

Todavia, a Vila Redenção serviu como primeiro experimento de zona urbana para muitos assentados, que vinham de zonas rurais em seus estados e tinham pouquíssimo acesso as cidades no sul. Quando chegavam ao Acre, conseguiam transitar com facilidade pela vila e depois voltarem para seus lotes, a pé, já que as distâncias eram pequenas, entre as quadras e a vila.

A vila fundada em 1979 existe até os dias de hoje e mantém quase que seu tamanho original, a diferença é que ao invés de as parcelas que a cercavam no período de sua fundação, hoje são as fazendas que comprimem o pequeno povoado que resiste a ação do tempo e do capitalismo.

3.7 A VILA DO BID

O núcleo urbano que ficou conhecido como Vila do BID, é onde hoje está a sede do município de Acrelândia. Parece não haver contradição quanto a origem do nome do lugar, deveu-se a uma grande placa que ostentava o nome do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que era o financiador do Projeto Redenção. Só pelo nome do lugar percebe-se o movimento do capital internacional para os confins da Amazônia, porque onde havia exploração do espaço, ali estava também o capital atuando através de seus agentes financeiros.

O Projeto Redenção, quando de sua concepção, previu a manutenção de um espaço de reserva ambiental, no centro das duas etapas, onde futuramente seria construída a sede definitiva do Projeto e, também, um viveiro da COLONACRE, para atender aos assentados em suas atividades de colonização, principalmente no plantio de seringueiras.

Com o avanço da ocupação do espaço e sua conversão em território, trabalha-se essa perspectiva de acordo com Raffestin (1993, p. 143), para ele, “o território se forma a partir do espaço, exige resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Também define que, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.”

O espaço ocupado pelos parceiros transformou-se em território do Projeto Redenção, a maioria dos ocupantes eram oriundos do sul e do sudeste brasileiro, restando alguns acreanos que já ocupavam área antes da elaboração do projeto, haja vista que o espaço de 30 mil hectares, considerado terra devoluta pelo INCRA, era na verdade a junção de três seringais, Vila Rica, Novo Acordo e Bagaço.

A territorialidade desses espaços foi reconstruída sobre outra égide e com base em outra ordem, não mais do capitalismo mercantil dos tempos da borracha, mas do capitalismo agrário, dos tempos da ditadura militar. Preenchidos os lotes do Projeto com os assentados nas duas etapas, a COLONACRE decidiu abrir uma sede definitiva para o projeto em um novo núcleo urbano. Para isso, contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que alocou recursos para a construção da nova sede no ano de 1985.

A rodovia AC 401 foi aberta em sua extensão total, ligando a BR 364 à cidade de Plácido de Castro, às margens do Rio Abunã, na fronteira com a Bolívia. No km

16, onde seguia o ramal do Projeto 2, foi criada uma pequena vila para abrigar os empregados da COLONACRE e suas famílias, bem como garantir o suporte para as famílias assentadas no Projeto 2 e arredores.

Nesse momento, a territorialização passava por uma mudança, a COLONACRE recebia muitas críticas por sua ação, muitas vezes omissa em relação aos parceiros e a prefeitura de Plácido de Castro se tornava a principal responsável pelos moradores do Projeto, tendo em vista que ele estava localizado dentro dos limites do território deste município.

Quando a COLONACRE planejou a nova sede, utilizou um espaço que se localizava dentro da reserva ambiental que foi dada como garantia para contrair empréstimo junto ao BID. Vilseu nos relata como se deu a ocupação:

Na vila do BID aqui, nós tínhamos uma área grande aqui, onde é localizada a cidade hoje e essas áreas de chácara, então nós visualizamos aqui uma área que dava pra fazer uma cidade e ainda tinha as chácaras em volta para produzir alimento, essa foi a nossa visão, aí nós viemos pra cá, alguns moradores do Redenção, Tião Rita, Vilseu, Lourival, já mudamos pra cá ainda na época do distrito, o Aluísio, não sei se tu lembra do Aluísio, que foi comerciante aqui no início quando ainda era distrito, nós viemos de lá pra cá, o seu José de Deus, tem uma rua que chama-se José de Deus que era pai do Aluísio, que trabalhava no viveiro da COLONACRE, produzindo mudas, mudas de café, mudas de outras plantas mais, seringueira, então essas pessoas, essas famílias vieram do Redenção pra cá e começamos aqui a vila do BID, não tinha nome, era vila do BID.

Tião Rita nos fornece mais detalhes sobre a formação da vila do BID:

Então, a vila do BID, na realidade não era vila do BID, ali o projeto era de fazer um centro administrativo da COLONACRE, entre o projeto 1 e o projeto 2, para servir os dois projetos. Porque o do Redenção era provisório, aí construíram lá, 18 casas para funcionários, um posto de saúde, uma escola, um escritório da COLONACRE, uma quadra de esportes, um clube comunitário e o armazém da estocagem da produção agrícola, um armazém com um segador e uma peladeira de arroz, mas então seria apenas o centro administrativo da COLONACRE, na época foram derrubados lá, trinta alqueires, derrubado de machado, moto serra e etc. Porque não havia disponibilidade de máquinas. Quem derrubou essa área, foi o seu Paulo Marques e o finado Joninhas, eles que roçaram e derrubaram essa área. A questão da criação da vila, aí já foi outro processo, aí já foi uma coisa nossa, dos moradores, dos colonos, que começamos a forçar a barra e demarcar o lote dentro dessa área, a COLONACRE sempre foi contra isso aí, mas como a gente começou a forçar muito a barra em reuniões com o executor e tal, ele liberou alguns lotes. Aonde foram os primeiros lotes... um pro seu Amarildo, que tinha chegado recentemente, que fez uma máquina peladeira de arroz, outro pro Aluísio, que era funcionário da COLONACRE, montou uma merceariazinha, outro, dois lotes pro Zé Barbeiro, que ele montou um comércio em uma e a residência na outra, o seu Geraldo Barbosa também foi um dos primeiros, ganhou um lote na esquina, onde residiu até a época de seu falecimento, e assim sucessivamente, a gente foi forçando a barra e eles contra, continuavam contra liberar lotes e a gente se amotinou mesmo, que a

gente falou, não. A gente descobriu que aquela área que circundava ali, uma área grande, entre o projeto 1 e o projeto 2, era uma área de reserva, e essa área tinha sido dada como garantia pro Banco Mundial, pra levantar fundos pra plantação de seringueiras, que seria o PROBOR 1, programa de implantação de seringueiras, então na entrada do ramal tinha uma placa bem grande, “Banco Interamericano de Desenvolvimento”, aí tinha a sigla bem grande “BID”, então como não tinha nome, a gente falava assim “Ei vamos lá no BID, o pessoal do projeto 2 falava, vamos lá no BID comprar alguma coisa lá no comercio”, e assim pegou, ficou sendo BID até quando já tava um pouco avançada a vila e a gente fez um plebiscito pra escolha dos nomes.

Percebe-se que as falas de Vilseu e Tião Rita se complementam quando dizem que a ocupação da Vila do BID não se deu por vontade do Estado, ou por planejamento da COLONACRE, mas por ação popular, dos ocupantes que já vinham da antiga Vila Redenção que estava praticamente estagnada em seu propósito e já não atendia mais ao projeto em sua extensão máxima, com as duas etapas ocupadas.

Houve nesse momento uma clara demonstração de uma luta popular, para poder usufruir de uma parcela dos resultados aferidos pelo projeto em seu curto espaço de existência. Afirma-se isso baseado nos depoimentos de três entrevistados, Vilseu, Tião Rita e Edna, que indicam que dentro da vila do BID havia um sistema de doação de terrenos de acordo com a disposição e a capacidade do assentado em colaborar com o desenvolvimento da vila. Todavia, não contemplava a todos, e alguns assentados tiveram que lutar através da associação de parceiros do Redenção, que à época era presidida pelo senhor Hélio Francisco Lopes, conhecido como “Helinho” ou simplesmente Hélio Lopes.

Figura 6- Vila do BID, março de 1987



Fonte: acervo pessoal de Edna Bernardino e Silva.

Edna conta como conseguiu morar na vila e o motivo de não ter ido morar na zona rural, em seu lote na quadra 17 no Projeto 2:

Então, a intenção de quando nós compramos as terras era de plantar café, mas foi, aconteceu que quando eles vieram conhecer, eles conheceram também o Guto e o Pinté, o Guto era executor do projeto, responsável na área e o Pinté também trabalhava junto com ele na COLONACRE e o projeto ele, também tinha algumas casas, se não me engano eram onze ou treze casas, construídas para apoio a quem viesse de fora para assumir uma função pública, pra que pudesse dar andamento ao início dessa futura cidade, já existia na época, construída quando nós chegamos, a escola, pequena, Pedro de Castro Meireles, tinha apenas duas salas de aula, tinha o posto de saúde, a quadra, ali perto da escola Pedro de Castro Meireles, ali o prédio da Câmara Municipal também e a CAGEACRE, então já existiam alguns órgãos para que dessem apoio a todas as famílias que comessem a chegar. E havia necessidade de abrir a escola, e com isso nessa conversa com o Guto e o Pinté, já surgiu o meu nome, o nome da minha cunhada Graça, que hoje já é falecida, que era esposa do meu irmão Sergio, que também já é falecido hoje. E houve uma promessa pra mim e pra ela, da gente abrir a escola, e devido a questão porque não tinha pessoas preparadas, até porque não tinha moradores, e os que chegaram não tinham a possibilidade de estar assumindo uma sala de aula, então nós já viemos com essa proposta, pra cá. E chegando, realmente deu tudo certo, nós chegamos, fomos a Rio Branco, fomos apresentadas, fizemos um teste na secretaria de estado de Educação, foi nos dado portaria para abrir a escola, eu fiz, eu e minha cunhada, minha família, fizemos um levantamento na zona rural, ali no projeto 2, que não existia projeto Orion, não existia nada disso aberto ainda, e nós conseguimos, quarenta alunos, mas nas imediações, dos que moravam nas colônias, porque da cidade mesmo, eram pouquíssimas crianças. E abrimos a escola, em junho de 87, nós abrimos a escola, foi iniciado a escola Pedro de Castro Meireles.

Ela explica que, devido a sua formação, e, também.], ao vínculo criado entre seus familiares e os técnicos do projeto, foi possível “ganhar” um terreno na vila, bem como, conseguir um emprego público, para quase todos os seus familiares. A COLONACRE precisava de mão de obra qualificada para ocupar o espaço novo, a Vila Redenção continuava lá, com sua escola, seu posto de saúde, seu comércio, era preciso novas pessoas.

Ao contrário dos outros, Edna foi convidada a morar na vila do BID, pelos responsáveis da COLONACRE dentro do projeto. Inclusive, não chegou a exercer a tão sonhada lavoura de café que seu pai almejava. Ela complementa citando outras pessoas que também receberam terrenos gratuitos dentro da área urbana:

Naquela época também, chegou o Sebastião Bocalom com o Luís Camilo, que abriu a serraria, então foi também um incentivo na época, abriu frentes de trabalho no município, até então que não tinha acontecido nem plebiscito nem nada, naquela zona rural de Plácido de Castro, vamos colocar dessa forma, porque era assim, era o Projeto de assentamento, era o BID, tinha vários nomes, menos Acrelândia. Justamente, o Guto era o coordenador do projeto de assentamento, então, ele era o responsável pelos terrenos, então muitos terrenos naquele início, até o nosso mesmo, eles não eram vendidos,

eram doados. Então eles mostravam tudo que tinha e a gente escolhia, qual que a gente gostaria de ter. então na verdade, não foram vendidos, não eram vendidos, naquele momento, eles eram doados.

O período de abertura da vila do BID é um tempo bastante controverso entre os atores da época, porque enquanto uns ganhavam os lotes e podiam escolher onde queriam morar, os outros ocupavam áreas, mesmo a contragosto da COLONACRE, e fixavam ali suas residências e seus empreendimentos. É importante frisar que ao utilizarmos o método dialético para análise dos dados levantados pela pesquisa, buscamos o contraditório para alcançarmos a “verdade”. Pautados em Lefebvre (1983, *apud* Sposito, 2004, p. 41), entendemos que:

É utilizando-se da dialética, que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo.

Por isso, valoriza-se os depoimentos por trazerem consigo as visões antagônicas sobre a criação da Vila do BID. Leva-se em conta também, que os parceiros organizados na associação do Projeto Redenção já eram uma “pedra no sapato” da COLONACRE desde 1983, quando começaram reivindicar uma maior assistência do órgão para suas famílias, conseguindo o apoio de políticos como o senador Mario Maia, que chegou a pedir o fim da “migração para o Acre, devido às péssimas condições em que se encontravam os assentados, como podemos aferir na reportagem do Jornal “A Folha do Acre”, de 02/11/1983:

O estado do acre, está sendo usado pelo Governo federal para resolver tensões sociais criadas pela insana política econômica adotada pelo sistema político-militar implantado no país desde os sombrios dias de 1964”, foi a denúncia que trazida ontem à tribuna, pelo senador Mario Maia (PMDB-AC), quando manifestou a esperança de que o Presidente da República mande suspender imediatamente todo o fluxo migratório dirigido àquele estado. Os colonos localizados nos chamados projetos de assentamento dirigido implantados e coordenados pelo INCRA, de acordo com a denúncia formulada pelo senador, são vítimas “do abandono, da indiferença do poder central, da fome e da falta de abrigo contra as intempéries amazônicas, pela ausência completa de assistência sanitária e social, todas elas agravadas pelas endemias tropicais.

A luta dos parceiros do Redenção para ocupar também a vila do BID, nos leva a corroborar com o conceito de cidade pioneira de Coy, porque é perceptível que o objetivo era realmente criar uma cidade, não da forma como queria a COLONACRE, mas da maneira que idealizavam os assentados do Projeto.

Esse núcleo urbano surgido na segunda metade da década de 1980, foi ocupado de maneira peculiar, pois diferente do fenômeno das invasões que ocorreram em Rio Branco, onde o traçado urbanístico não era respeitado, na vila do BID, na futura Acrelândia, os ocupantes tiveram a preocupação de tentar seguir um traçado que era comum para eles, baseados nas cidades sulistas de onde a maioria veio.

Vilseu nos explica como foi mantido o traçado da cidade pioneira, mesmo após as ocupações forçadas pelos parceleiros que queriam um pedaço do chão dessa nova vila. Ele comenta também sobre a origem do suposto planejamento da área urbana de Acrelândia:

Olha, isso aqui tem muita gente que quer ser o pai da criança, é dessa cidade ser assim planejadazinha, mas na realidade começou com o projeto do BID, com os engenheiros da COLONACRE, era pra ser, como falei no início, era pra ser só uma sede administrativa, mas eles já começaram com esse formato de ruas largas, e tal. Aí quando passou a município, nós como subprefeito, como falei pra você, nós já mantivemos o mesmo traçado, aí passou a município e o Bocalom foi o primeiro prefeito, e ele adotou esse mesmo projeto e seguiu em frente no mesmo traçado, sendo ruas largas, tendo esse canteiro no meio, aí veio a energia, que não tinha energia, quando as redes de energia já ficou no centro, aí manteve esse projeto, na realidade você tem razão, das cidades de Acre que são planejada, é Acrelândia, que eu conheço assim, bem planejadozinho é Acrelândia, mas isso é um projeto que começou assim e os administradores na realidade deram seguimento, mas como o Bocalom foi o primeiro prefeito ele acaba sendo o pai da criança, todo mundo diz, “ ah, porque o Bocalom fez uma cidade planejada e blablabla”, não, ela já existia, já começou assim, só que ele ficou sendo o pai da criança.

Ele refuta um argumento que é senso comum entre os acreanos e até mesmo entre os acrelandenses mais jovens, que Acrelândia teria sido planejada pelo primeiro prefeito eleito, Sebastião Bocalom. Tião Rita vai além, e conta como eram abertas as ruas e porque eles decidiram respeitar o traçado original, mesmo que fosse uma ocupação a contragosto da COLONACRE:

A área que tinha lá, a área que tava derrubada lá, que nós ocupamos e transformamos em cidade, foi, era área que era de expansão, para viveiros, para campo experimental e etc. Essa história que o Bocalom fala, que Acrelândia foi a primeira cidade planejada do estado e etc. Menos a verdade, Acrelândia, ela surgiu de uma luta, depois é claro, nós demos sequencia nas ruas largas, tudo direitinho. As nossas demarcações foram feitas à trena, mas a gente procurou respeitar certinho o tipo de urbanização lá do Sul de onde a gente veio que a gente conhecia. Mas dizer, não, Acrelândia foi uma cidade planejada, foi feito mapa da cidade, foi feita toda uma dinâmica pra ser uma cidade, não, isso não existiu não.

A dinâmica das ocupações seguiu uma lógica baseada no conhecimento urbano que os ocupantes possuíam, de suas vivências nas cidades sulinas, como nos

mostrou Tião Rita. Outra peculiaridade na vila do BID era a organização popular, que era encabeçada pela associação de moradores, tudo era levado ao crivo popular, desde coisas básicas do dia a dia até questões maiores como o nome da localidade e a emancipação política. Tião Rita relata:

Nós da associação a gente convocava a comunidade para debater qualquer problema e a comunidade era muito pequena e muito interessada em que houvesse mudanças, melhorias. Então quando a gente convocava uma reunião, vinham todos, vinha homem, mulher, criança, e ali a gente deliberava e tomava as decisões, era muito interessante, na época funcionou muito bem.

Um fato curioso se dava na utilização da única fonte hídrica disponível na vila, que era o igarapé da nascente, que hoje é o açude do DEPASA que abastece a cidade de Acrelândia. Tião Rita mostra como era feito o uso do local para tomar banho e buscar água:

As famílias todas tomavam banho no igarapé, onde é a captação da SANACRE, ali, onde você conhece muito bem ali, onde é a mina da SANACRE, então a gente administrava, e das 03 até as 04 e meia era as mulheres, porque era mais cedo, as mulheres iam e tomavam banho e traziam água e etc. E das 04 e meia pra frente eram os homens, que tomavam banho.

Para completar a ocupação da vila do BID, foi aberta a escola Professor Pedro de Castro Meireles, que funcionava com apenas duas salas com turmas multisseriadas, como narrou Edna:

Fomos a Rio Branco, fomos apresentadas, fizemos um teste na secretaria de estado de Educação, foi nos dado portaria para abrir a escola, eu fiz, eu e minha cunhada, minha família, fizemos um levantamento na zona rural, ali no projeto 2, que não existia projeto Orion, não existia nada disso aberto ainda, e nós conseguimos, quarenta alunos, mas nas imediações, dos que moravam nas colônias, porque da cidade mesmo, eram pouquíssimas crianças. E abrimos a escola, em junho de 87.

A vila do BID estava despontando como núcleo urbano, mas ainda não possuía nome oficial e era tratado como zona rural do município de Plácido de Castro, não contando com energia elétrica, rede de água, nem mesmo um telefone havia na localidade. Era um próspero lugar esquecido, com trabalhadores oriundos de vários lugares do Brasil.

O primeiro passo para mudar essa trajetória foi a escolha de um nome para a vila, já que BID, apesar de ser popular entre os parceleiros, não agradava aos

moradores da vila, que nessa época já contava com mais de uma centena de ocupantes.

O autor do nome de Acrelândia foi o senhor João Bernardino Parente. A escolha se deu através de uma votação na qual concorreram três nomes sugeridos pela comunidade em reunião da associação de moradores. Os entrevistados contam cada um com suas particularidades sobre o ocorrido. Edna explicou como foi criado o nome, por João Bernardino Parente que era seu pai:

la acontecer o plebiscito e logo depois do plebiscito nos já deveríamos ter um nome. Então, o Guto e o Pinté, eles fizeram um trabalho com os moradores que lá existiam, na zona rural e tudo mais, para que lançasse nomes, para que quando acontecesse o plebiscito já tivesse esse nome, porque até então iam ser criados onze municípios novos, entre eles, o nosso. Alguns citaram, falaram de alguns nomes, sugeriram, na verdade, alguns nomes. Eu lembro que tinha, Alvorada do Oeste, Novo Horizonte e o meu pai, chegou no Pinté e no Guto e falou, olha, eu tenho uma sugestão, aqui tem onze municípios aqui no Acre e nenhum leva o nome do estado e na época a Iolanda Fleming tinha assumido o governo e meu pai se simpatizou muito com ela, aí ele pensou, landia, Iolanda, talvez fosse até uma homenagem, assim ele pensou, então ele juntou Acre com landia, e ficou Acrelândia, daí eles fizeram lá na CAGEACRE, uma votação, nos papeizinhos pra que colocasse na urna e o povo escolhesse, qual nome daqueles que foram sugeridos, que eles gostariam de votar. E o que meu pai sugeriu, foi o que ganhou, ganhou até com uma boa votação, eu não sei se existe ainda esses resultados, eu lembro até que aquele Joaquim da Viola ele que tinha alguma coisa ainda sobre isso, desses resultados dessa votação, mas enfim, Acrelândia ganhou e ficou, e quando foi criado o município foi dado esse nome, mas foi meu pai que sugeriu esse nome.

Vilseu, também mostra sua versão dos fatos sobre a escolha do nome para a vila:

A vila do BID, não tinha nome, era vila do BID, o nome Acrelândia, nós fizemos uma reunião com os moradores a associação de moradores e foram votados alguns nomes, entre eles Acrelândia, Acrelândia é um nome muito bonito, pegando o nome do Acre, e aí foi, ganhou o nome de Acrelândia, mas concorreu com o nome de Acrelândia, Alvorada do Norte, eu lembro bem de Alvorada do Norte, que concorreu com o Acrelândia e ganhou Acrelândia, aí já tinha um nome de Acrelândia, era o distrito de Acrelândia.

Tião Rita detalha como ocorreu a escolha do nome e quais os nomes sugeridos:

Aí a gente já tava com uma faixa de setecentos a novecentos moradores na vila, e continuava só BID, BID, e aí em uma reunião, surgiu a ideia de fazer um plebiscito, um concurso, né, pra escolher os nomes, pra gente criar um nome. Aí foi, fizemos a reunião e foram apresentados alguns nomes, foi apresentado Acrelândia, que foi o senhor João Bernardino Parente, que foi o nome que venceu, foi apresentado o nome Alvorada do Norte, que esse nome fui eu que apresentei, foi derrotado por três votos e foi apresentado o nome Itamaraty, nem lembro mais quem apresentou esse nome Itamaraty, apresentaram em virtude de, porque o projeto estava situado sobre o antigo

seringal Itamaraty e aí apresentaram esse nome. Mas aí venceu o nome do senhor João Bernardino Parente, Acrelândia, e constou em ata tudo direitinho e ficou sendo Acrelândia até os dias de hoje, um nome bonito por sinal.

Observa-se nas falas dos entrevistados, que a organização dos moradores era bastante forte e aconteciam reuniões e votações, em um ambiente bastante democrático. Estava formada a cidade pioneira de Acrelândia, que em breve se tornaria distrito do município de Plácido de Castro.

Figura 7- Missa na vila Acrelândia em dezembro de 1989. Da direita para a esquerda, João Bernardino Parente (óculos), Tereza Parente, Creuza Coelho e Adelson Azevedo



Fonte: Acervo pessoal de Edna Bernardino e Silva.

4 AS LUTAS DOS PARCELEIROS DO REDENÇÃO E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA

Nesse capítulo, abordam-se os passos que foram dados pelos moradores do Projeto Redenção em busca da defesa de seus direitos como assentados e, também, da melhoria das condições de vida e trabalho dentro do Projeto. Contudo, essa luta iniciada ainda nos primeiros anos do assentamento, acabou por abrir uma nova perspectiva para esses moradores, que viram seu projeto agrário se transformar em um município: Acrelândia. Ou seja, a partir desse ponto procuramos responder nossa questão central de pesquisa e, ainda, os objetivos específicos.

Para entendermos as lutas dos parceiros e o processo de emancipação de Acrelândia, utilizaremos o que Milton Santos (apud Castilho; Frederico) chama de “círculos de cooperação no espaço”:

Entendidos como a relação estabelecida entre lugares e agentes por intermédio dos fluxos de informação. Os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção (Castillo; Frederico 2010)

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE MEMÓRIAS

Neste capítulo, utiliza-se de forma extensiva as fontes orais. Desse modo lança-se mão da memória como chave para abrir as portas da compreensão de fatos passados no território de Acrelândia. Observa-se que muitos autores problematizaram sobre memória, entre eles destaca-se Halbwachs (1990), que nos apresentou o conceito de “comunidade efetiva” com base para formação da “memória coletiva”. A memória coletiva para Halbwachs seria plural e múltipla. Para ele a memória seria construída por elementos externos, que impregna e reconstrói a memória individual.

Le Goff (1996), define memória como: “a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

As informações aferidas por meio das entrevistas, revelam, não apenas, os fatos ocorridos no espaço estudado, mas como eles se desenrolaram para essas pessoas. As memórias constroem o espaço, mas também são construídas nesse espaço.

Quando os entrevistados concordaram em repassar suas memórias, eles foram seletivos no repasse dessas informações, ou seja, escolheram o que iriam dizer, quando questionados. Compreende-se que os entrevistados relataram o seu ponto de vista de um fato ocorrido que pode ter um contexto diferente para cada um deles.

Ao se cruzar algumas informações obtidas nas entrevistas com aquelas obtidas nas matérias jornalísticas, encontra-se alguns pontos em comum e também algumas discordâncias, mas acredita-se que isso faça parte daquilo que Halbwachs coloca: “por mais que a memória pareça expressar experiências individuais é constituída por estruturas sociais que antecedem ao indivíduo” (Castelo, 2014).

Um trabalho científico se constrói através de fontes, que podem ser diversas, mas, no caso dessa pesquisa, encontrou-se poucas fontes oficiais e raras informações acadêmicas sobre a temática. Por isso mesmo, utilizou-se com mais intensidade as memórias e relatos daqueles que vivenciaram a história do lugar.

4.2 A PRIMEIRA BATALHA

Foucault (apud Rafestin, 1993), trata sobre o poder e suas implicações nas relações humanas, fazendo uma série de proposições que se mostraram bastantes interessantes para nossa discussão, pois na tentativa de compreender os fatos e responder aos novos questionamentos, nos deparamos com alguns questionamentos que podemos entender melhor através das arguições do filósofo.

Primeiro: “o poder não se adquire, é exercido, a partir de inumeráveis pontos”. Segundo: “as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas”. Terceiro: “onde há poder, há resistência”.

Por isso, nessa parte, trataremos de uma forma de exercício de poder e da resistência a esse poder. Focaremos em um caso, ocorrido em 1984, que para nós teve grande relevância na formação dos movimentos de resistência política e social dentro do Projeto Redenção. Primeiro, porque se trata de um caso de exercício do

poder do Estado, que sofreu resistência da população e a partir dessa resistência, houve a contestação desse poder e um embate político entre as partes, que culminou em diversas manifestações pacíficas as portas do palácio Rio Branco, “pacíficas, mas não passivas”, porque carregavam consigo o exercício de um poder ou de um dos seus inumeráveis pontos, o poder popular, ou aquele “poder que vem de baixo”.

Deve-se informar que a organização popular dos moradores do projeto Redenção se iniciou em 1984, apesar de a Associação de Moradores do Projeto existir desde 1982. Em 1983, os parceleiros já haviam recorrido ao gabinete do Senador Mário Maia, buscando auxílio para tentar melhorar as condições de vida dentro do Projeto de Assentamento, mas o problema foi tratado de modo genérico, em que o referido senador fez duras críticas à atuação do INCRA no trato com os colonos e na gestão dos assentamentos.

Todavia, em 1984, um imbróglio ocasionado por uma questão política, conseguiu unir os assentados do Projeto Redenção em prol de uma causa comum a todos eles, e apesar de ainda ser aquele ano o penúltimo da ditadura civil militar, a coragem do povo suplantou o medo das represálias e pôs todos em marcha na direção do Palácio Rio Branco.

O caso ficou conhecido como um ato de “perseguição política”, teve várias versões, sendo a oficial, a dos jornais, e a dos parceleiros do Projeto. Por isso mesmo, esse tópico é intercalado com fontes escritas (informações oferecidas pela imprensa) e fontes orais (depoimentos dos atores que participaram dos eventos à época).

Figura 8- Palácio tem de receber o povo, diz Mário Maia



Fonte: Jornal "A Folha do Acre" de 07/02/1984.

Os relatos coletados indicaram que para cada órgão foram destacados profissionais, servidores do Estado do Acre, para prestar serviços na localidade. Em alguns casos, algumas funções eram preenchidas pelos próprios parceleiros, como na escola Maria de Jesus Ribeiro, onde Vilseu Ferreira, sua esposa dona Marta Belmonte e Tião Rita, lecionaram em suas classes multisseriadas.

No escritório da COLONACRE, ficavam o executor do projeto ou seu responsável direto, alguns técnicos agrícolas, que eram os responsáveis por acolher os parceleiros que chegavam para receber seus lotes. No posto de saúde não havia

médicos, somente dois técnicos de enfermagem, o senhor Ricardo Rola e sua esposa Francisca.

No período de abertura do Projeto Redenção, uma das doenças mais endêmicas era a malária. Os assentados, em sua maioria vindos do sul do Brasil, não tinham costume de lidar com a doença, tampouco meios para se tratarem, tendo em vista a escassez de recursos e, também, o acesso à capital que era quase inexistente devido às péssimas condições das estradas. Com isso, o Técnico de enfermagem Ricardo Rola e sua esposa Francisca, eram as únicas opções de auxílio e cuidados médicos para a população do Redenção inteiro e das imediações. Vilseu descreve Ricardo como um enfermeiro prático, como o “médico” do povo do Redenção:

O Ricardo Rola, era um técnico de enfermagem, um enfermeiro prático, na época, o postinho de saúde do Redenção, tratava até de malária, até internava lá, e ele aplicava soro, ele prescrevia remédio e ele era o médico da população lá

Tião Rita cita que foi auxiliar de Ricardo nas horas vagas, porque a demanda era muito alta. Ele trata Ricardo como um “faz tudo”, chega a dizer que ele era um “deus” dentro do Redenção:

Ele era o enfermeiro lá do posto de saúde do Redenção, ele era um deus lá, ele fazia de tudo, de pequena cirurgia, suturas, prescrevia medicamentos, porque não vinha médico naquela época, a gente ficou lá muitos anos sem aparecer um médico para atender o Redenção. A malária era endêmica na região, muita malária, muita hepatite, picadas de animais peçonhentos, acidentes em derrubadas. Então era uma situação muito difícil, o Ricardo, ele tocava o barco.

O Ricardo Rola era o enfermeiro responsável pelo posto de saúde lá, e nas horas vagas eu ajudava ele a lidar com o pessoal, que por sinal você perguntou a questão de saúde, a malária era endêmica na região, atacava muito, chegou a matar pessoas, eram muitas pessoas prostradas, tomando soro, ele viu que eu tinha habilidade para ajudar, assim como tinha habilidade administrativa também e ele me convidou para trabalhar com ele, aí eu fui trabalhar na área de saúde com o Ricardo.

Figura 9- Dona Francisca e Ricardo Rola realizando procedimento em um paciente na Vila Redenção em 1986



Fonte: Arquivo pessoal de Edna Bernardino e Silva.

Todavia, de acordo com a matéria do Jornal “O Rio Branco” de 01 de fevereiro de 1984, o trabalho de Ricardo Rola “não agradava a todos”, é daí que começa o imbróglio. Surgiu uma notícia de que o “enfermeiro” havia sido demitido pela governadora Iolanda Fleming, a pedido do Vereador do Município de Plácido de castro, José Ferreira Neto, conhecido como Ferreirinha, que era do PMDB. A matéria dizia:

Que governo é este, onde o governador faz uma coisa e a vice-governadora vem e desfaz”, foi a indagação feita ontem por uma comissão de parceiros do Projeto Redenção, que esteve ontem neste Jornal, para protestar contra a demissão do enfermeiro daquele Projeto, Ricardo Rola, assinada pela governadora em exercício, Iolanda Fleming.

Demonstrando todos grande revolta e indignação pelo ato que consideram arbitrário, os parceiros acompanhados de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Plácido de castro, denunciaram que o enfermeiro foi demitido por pressões do vereador peemedebista José Ferreira Neto (PMDB-Plácido de castro), que não gosta do trabalho sério e honesto que vem sendo feito por Ricardo, que não vê tempo, nem hora para cuidar dos problemas de saúde da população de Redenção.

Os parceiros prometem trazer toda a população do projeto – cerca de 250 trabalhadores- para a frente do Palácio para protestarem contra o ato arbitrário e a falta de justificativa da vice-governadora para agir dessa maneira... comissão formada pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Plácido de Castro, Aparecido Herculano dos Santos, Raimundo Ramos dos santos , Vitor de Oliveira, Francisco Silva de Oliveira, Rosalvo Herculano dos Santos, José Olímpio Pereira e Dirce Mendes dos Santos.

Vilseu deu sua versão dos fatos sobre a questão da demissão de Ricardo Rola:

Na época o governo era Dona Iolanda Fleming que era do MDB, e ele (Ricardo) era do antigo PDS, e teve uma perseguição política lá pra tirar ele, demitirem ele, tirar ele da direção do hospitalzinho, mas tirava ele acabava tudo, porque ele era o cara, e aí o povo se reuniu

O Jornal “O Rio Branco”, de 04/02/1984, traz uma manchete que corrobora com os relatos de Vilseu:

A bancada do PMDB não quer mais Rola

A bancada do PMDB de Plácido de Castro, endossou ontem a petição levada à Vice-governadora Iolanda Fleming pedindo o afastamento do enfermeiro Ricardo Monteiro Rola do posto médico do Projeto Redenção. O vereador Ferreirinha confirmou ontem que a decisão de pedir o afastamento de Rola partiu da bancada peemedebista, que estava inconformada com seu modo de agir e de fazer campanha para o PDS junto a todos os parceiros que o procuravam em busca de assistência médica.

Assim que assumiu a chefia do posto médico, o Ricardo Rola ao invés de apenas se dedicar a prestar serviços aos doentes, procurou logo montar dentro do posto um diretório do PDS, contrariando assim as diretrizes do governo do PMDB”, denunciou Ferreirinha que tem muita liderança na área castrense.

Acusou ainda Ricardo Rola de ser cabo eleitoral dos deputados Alécio Dias e Luís Pereira, para os quais trabalhou na campanha passada, e tanto é assim que continua filiado ao diretório do PDS em Plácido de Castro, sob o número 074 (ficha de filiação assinada em 25/09/81) conforme consta de certidão exarada pelo próprio PDS.

A Vice-governadora Iolanda Fleming apenas atendeu a um pedido feito pelos vereadores do PMDB de Plácido de Castro. É questão fechada da nossa bancada não aceitar a volta de Ricardo Rola para o posto médico do Projeto Redenção, porque antes de tudo, não vamos ganhar um governo para dar emprego para os cabos eleitorais do PDS trabalharem contra o PMDB, concluiu José Ferreira.

Tião Rita explicou em seu relato que o que houve não foi demissão, mas sim remanejamento do servidor para Rio Branco, a pedido de Ferreirinha:

O Ricardo, ele tocava o barco e dava jeito em tudo e começou a incomodar esse vereador de Plácido de Castro, porque até então a gente era Plácido de Castro. O vereador Ferreirinha visitava por lá e começou a se incomodar com a situação, ele falava, “mas não pode, isso daí tem que levar pra Rio Branco, onde é que já se viu um homem segurar paciente nessa situação”. Mas como chegar em Rio Branco naquela época, período invernos, naquele tempo chovia quase que o ano todo. A BR 364 era uma estrada de chão, uma estrada difícil, um tráfego difícil, então o Ricardo tinha que se virar nos trinta. Aí o Ferreirinha conseguiu com que o Ricardo fosse chamado pra trabalhar em Rio Branco, não é que ele foi demitido, ele foi chamado para trabalhar em Rio Branco. E aí a gente protestou, a gente não aceitou, aí a governadora Iolanda, que tinha assumido naqueles tempos ela manteve a demissão dele.

O jornal fala em perseguição política e demissão. Vilseu fala em demissão e perseguição por motivação política, mas Tião Rita, que era ajudante de Ricardo à época, explica que não foi demissão e sim remanejamento, e que o vereador Ferreirinha estaria incomodado com a forma de conduzir a situação com que Ricardo atuava nos cuidados dos pacientes.

Apesar de as informações serem diferentes, o fato foi que Ricardo Rola havia sido removido do posto de saúde do Redenção, por ação do Vereador de Plácido de Castro. Isso teve um efeito psicológico muito grande na população do projeto, que passou a ver as autoridades do município de Plácido de Castro como hostis ao povo do Redenção.

A governadora em exercício, Iolanda Fleming, apesar dos apelos dos parceiros e do Senador Mário Maia, manteve a decisão de afastar o servidor do Projeto Redenção, inclusive, usando um tom de autoridade quase que ditatorial, segundo nos mostra a matéria do Jornal “O Rio Branco” de 08/02/1984:

Iolanda Fleming afirma que não muda decisão

Minha palavra é um tiro. Não volto atrás em minha decisão de remanejar o enfermeiro Ricardo Monteiro Rola do Projeto Redenção, porque antes de tomá-la repensei bem o assunto, afinal a autoridade maior do estado é o governador e no momento estou revestida dessa função constitucionalmente” – posicionou-se ontem a governadora em exercício Iolanda Lima Fleming, momento após receber o Senador Mario Maia em seu gabinete, que a procurou para que revogasse a medida como forma de abrandar os ânimos dos parceiros.

A situação de Ricardo Rola no Projeto redenção é ilegal – explicou Iolanda- pois existe uma portaria da assessoria de administração data de 28 de junho de 1983, transferindo-o para Rio Branco, e no caso eu apenas reforcei com meu ato essa portaria.

Iolanda Fleming destacou que o Governo do Estado se encontra tão preocupado com os parceiros do Redenção que irá deslocar para o local, a fim de assisti-los, mais dois enfermeiros, e determinará à ida constante de médicos para atender os necessitados. “Quero que fique claro que a decisão de um governo tem que ser soberana” – concluiu dizendo que colocava um ponto final na questão.

O que parecia decretar o fim de um serviço básico para os assentados do Redenção, levou a grandes conquistas futuras, porque o povo, reunido junto às lideranças sindicais e da associação de moradores, resolveu radicalizar e realizou um ato jamais visto à época pelos parceiros do assentamento e até mesmo para os moradores da capital acreana que não haviam vivenciado ainda grandes protestos e greves, ademais no período da ditadura militar.

Os parceleiros se reuniram e se organizaram para ir até a capital para cobrar da governadora a realocação de Ricardo Rola para o posto de saúde do Redenção, famílias inteiras deixaram seus afazeres e subiram em caminhões com destino a Rio Branco. Vilseu narrou assim alguns desses momentos:

Foi num caminhão daqui pra Rio Branco pra fazer um protesto, aí saiu no jornal “O povo do Redenção pede Rola” (risos), mas a história depois se desdobrava e era o enfermeiro que o pessoal queria lá.

Tião Rita é mais detalhista ao contar como ocorreu o primeiro protesto organizado pelos moradores do Redenção:

A gente reuniu a média de 250 pessoas, pegamos os caminhões que tinham no projeto e fomos pra lá. A gente foi até por Placido de Castro, porque pela BR 364 não tinha condições de ir, quando foi ali próximo onde hoje funciona o trevo do Quinari pra que vai pra, da Br 317 ali que vai pra Brasileia, tava a polícia nos esperando lá, aí nós descemos dos caminhões e foi aquele embate com a polícia, eles tentando que a gente não fosse, mas resultado, a polícia não conseguiu conter a gente não, nós chegamos em Rio Branco, chegamos em Rio Branco, fomos pra frente do Palácio e da frente do palácio negociaram com a gente e levaram a gente para um auditório da EMATER, aí lá o Senador Mario Maia foi lá como interlocutor e o debate foi muito grande, foi uma tarde toda de debate, de meio dia até as sete da noite e chegamos a um acordo, o Ricardo permaneceu.

O Jornal “A Folha do Acre” de 07/02/1984, noticiou assim o fato:

Palácio tem de receber o povo, diz Mário Maia

Os quase 200 parceleiros do Projeto Redenção, com mulheres e crianças que foram detidos, ontem às 11h00 por força policial a caminho de Rio Branco, liberados por ordem de Antônio Macedo, chefe do gabinete civil do governo, às 15h00, realizaram até às 20h00 uma assembleia para definir o não-afastamento do auxiliar de enfermagem Ricardo Rola. O senador Mario Maia deu garantias aos parceleiros de que a Secretaria de Saúde, durante 30 dias, até a governadora em exercício, Yolanda Fleming, dar um parecer final ao problema, enviará outro agente de saúde à sede do Redenção, para ficar juntamente com o profissional defendido pelos agricultores e uma vez por semana enviar um médico ao local.

Não endosso a atitude da governadora, embora ela seja do meu partido”, ressaltou o senador Mário Maia perante a assembleia de parceleiros do Redenção. “Eu tenho certeza que o governador Nabor Junior não está endossando essa resolução. Prefiro acreditar que para tomar uma decisão tão drástica contra essa população tão sofrida, a governadora está sendo mal assessorada, mal-informada. Não me cabe na mente de um democrata que a vice no exercício se colocasse no cúmulo da situação de indiferença, de não receber o povo, e deixá-lo sob o sol na estrada, com crianças. O povo não queria quebrar o palácio Rio Branco, e tão somente ouvir uma palavra de satisfação. Mas eu estou aqui para ouvir a voz do povo”, disse.

Emocionado com os problemas enfrentados pelos parceiros dos projetos de colonização do Acre, o senador chegou a chorar. E ressaltou o fato de não ter, como membro do legislativo poder para revogar decisão do executivo, porém, esclareceu que não quer fazer carga sobre a vice-governadora, que segundo ele, cometeu um “ato pessoal, unilateral...”

Existe uma divergência de número de pessoas presentes nos protestos, pois o jornal “A Folha do Acre” noticiou “Os quase 200 parceiros do Redenção”. Tião Rita nos traz “a média de 250 pessoas”, o jornal “O Rio Branco” também apresenta o número de 250 pessoas no ato. Divergentes ou não, os números mostram que praticamente todos os parceiros do Redenção estavam presentes na manifestação, e isso foi um grande feito para época, comparável aos empates promovidos pelos seringueiros no seio da floresta em defesa de suas colocações. A diferença é que a ação dos parceiros estava acontecendo às portas do Palácio Rio Branco, o centro nervoso do poder do estado.

O Jornal “O Rio Branco” de 07/02/1984, colocou como manchete principal:

Parceiros querem que Rola fique no Redenção

Os 250 parceiros do PAD Redenção que vieram ontem a Rio Branco exigir da governadora Iolanda Fleming a permanência do enfermeiro Ricardo Monteiro Rola em Plácido de Castro, prometeram que na manhã de hoje, às 10 horas, irão participar de um ato público em frente do Palácio Rio Branco para tentar a revogação do ato de demissão do profissional assinado semana passada pela governadora em exercício. Ontem, em caminhões, os parceiros do Redenção, a maioria com suas famílias, chegaram à capital e foram imediatamente levados para o centro de treinamento de recursos humanos, onde participaram de uma reunião com o senador Mário Maia, deputado Luís Pereira (PDS) e João Maia filho (Coordenador para Assuntos de Trabalhadores Rurais) e o chefe do Gabinete Civil Antônio Bezerra Macedo.

Querem Rola

Em coro, no superlotado auditório, os trabalhadores pediam Ricardo Rola no Redenção e que o governo encontre uma saída para o impasse. Alegam que o enfermeiro é importante no Projeto Redenção, já que o único médico fica baseado em Plácido de Castro e não pode deslocar-se à área, infestada de malária, ameba, hepatite e verminose, doenças que matam crianças e adultos.

Cristiano Borges do Nascimento e João Jorge Mesquita disseram no encontro que a demissão do senhor Ricardo Rola por ato da vice-governadora “causou revolta total, não apenas nas famílias do Redenção como de Plácido de Castro”. Para eles, “não importa que Ricardo rola seja do PDS, o importante é que é um profissional competente e atencioso, tanto que até diminuiu o índice de endemias com seu trabalho profilático”.

Nós nunca mais poderemos encontrar outro enfermeiro como Ricardo Rola”, disseram os parceiros, profundamente revoltados com o ato do Palácio Rio Branco. Açam que a governadora irá atender a questão e revogar seu ato.

Figura 10- Reunião com os parceleiros do Redenção



Fonte: Jornal "O Rio Branco" de 07/02/1984.

Mesmo com a insatisfação popular, a bancada peemedebista de Plácido de Castro ainda mantinha o tom de revanchismo político, conforme evidencia a matéria do Jornal "O Rio Branco" de 14/02/1984:

Pacífico conta que Redenção é todo pedessista

O deputado Manuel Pacífico que no final de semana esteve em Plácido de Castro, voltou a defender ontem a decisão tomada pela vice-governadora Iolanda Fleming de afastar o enfermeiro Ricardo Rola do Projeto Redenção. O deputado disse que pode comprovar, na realidade, durante os contatos mantidos naquela cidade com lideranças peemedebistas, que não só Rola, mas muitos outros ligados ao PDS, estão ocupando cargos de confiança em setores-chaves da administração do PMDB.

Citou Pacífico como exemplo da posição política de Ricardo Rola, o fato de serem os seus avalistas numa transação envolvendo um caminhão e uma serraria, o deputado Luís Pereira e o prefeito João Maia, além do fato mais grave, sua filiação ao PDS.

Pacífico destaca que políticos do PMDB estão fazendo uma coleta de assinaturas defendendo a posição tomada pela vice Iolanda Fleming no episódio, e também, pedindo o afastamento de outros pedessistas, como é o caso de outro elemento de nome Edvaldo que representa a Emater dentro do Projeto Redenção, sendo ao mesmo tempo presidente da juventude democrática social: "este tipo de coisa não aceito e vou apoiar a luta", concluiu.

Tanto Ferreirinha quanto Pacífico, encamparam uma luta pela remoção de Ricardo Rola do projeto Redenção, porém a bancada do PDS, que era oposição ao governo, passou a defendê-lo com “unhas e dentes”. O jornal “O Rio Branco” de 05/02/1984, publicou a seguinte notícia:

Bancada do PDS fica com Rola e critica Iolanda

Os habitantes de Plácido de Castro e do PAD Redenção querem a permanência do enfermeiro Ricardo Monteiro Rola, que presta seus serviços assistenciais às duas comunidades, afirmou ontem na redação de “O Rio Branco” o vereador pedessista Edmilson Ferreira Lima, acrescentando que a transferência do profissional decretada pela vice-governadora Iolanda Fleming, por pedido dos vereadores do PMDB, causou revolta total em Plácido de Castro e no Redenção.

A posição assumida pela vice-governadora de não retroagir de sua decisão no caso, segundo o vereador Edmilson Ferreira, “prova sua imaturidade”, pois na opinião do pedessista, a governadora deveria primeiro mandar averiguar junto ao povo de Plácido de Castro e Redenção a opinião das famílias, para então verificar quem está mentindo – se os vereadores do PMDB ou os moradores, para daí tomar a sua posição definitiva”.

Edmilson Ferreira Lima sugeriu aos vereadores peemedebistas de Plácido de Castro, que no lugar de pedirem “a transferência do enfermeiro Ricardo Rola, deveriam vir ao palácio Rio Branco pedir ao governo do Estado recursos financeiros para melhorar as condições de vida dos parceiros do Redenção e da população de Plácido de Castro, que vivem sufocadas com a falta de estradas para escoamento da produção agrícola. Não devem pedir nunca a demissão de um enfermeiro que desempenha suas atividades condignamente, sem medir esforços e controlar horário de trabalho.

O pedessista disse que antes do enfermeiro Ricardo Rola se instalar no Redenção, as crianças morriam por falta de assistência médica e nem um pequeno curativo era possível. E após sua chegada casos dessa natureza deixaram de acontecer, pois as crianças doentes que não podem ser conduzidas para Rio Branco em decorrência da falta de transportes são curadas por Rola no próprio projeto. Somente os casos graves são resolvidos em Plácido de Castro.

Disse Edmilson Ferreira que no caso de o enfermeiro ser transferido, como declarou a vice-governadora, especialmente nesta época invernal e de difícil tráfego, e se ocorrer mortes no Redenção por falta de assistência médica, a culpa será da bancada dos vereadores do PMDB de Plácido de Castro, que pediram a cabeça do enfermeiro somente por questão política.

A perseguição do PMDB é tão grande em Plácido de Castro”, admitiu Edmilson Ferreira, contra todos “que atingiu fulminantemente seus próprios companheiros de partido, porque recentemente ocorreu a saída de dez líderes do PMDB, como foi o caso do trabalhador José Siqueira Filho.

O próprio Ricardo Rola se manifestou através do Jornal “O Rio Branco” do dia 15/02/1984:

Rola sugere aos deputados que o ajudem a viver

O atendente de enfermagem Ricardo Monteiro Rola, demitido recentemente pela vice-governadora Iolanda Fleming do PAD Redenção, onde prestava seus serviços assistenciais, acusou ontem o deputado Manoel Pacífico (PMDB) “de político das informações sem conhecimento de causa”, e sugeriu

que o deputado deixe esse caso com quem começou “porque ele está muito mal-informado”.

Ricardo Monteiro Rola, sobre os caminhões e serraria que o deputado Manoel Pacífico afirmou que ele possuía, disse que a informação não tem fundamento: “No momento estou precisando de duas dúzias de ripas para cobrir minha casa, e aproveito a oportunidade para pedir ao deputado uma ajuda”, ironizou.

Ricardo rola deixou bem claro que “não está fazendo política e nem a serviço de qualquer político, está querendo é trabalho e ajudar o Governo do Estado a melhorar as condições de saúde do povo carente do interior”.

A repercussão foi muito negativa, gerando protestos até de políticos do próprio PMDB, como o senador Mário Maia, e de um grupo de políticos que se identificava como “Tendência Popular - TP” do PMDB, que fizeram vários questionamentos sobre o rumo que estava tomando o governo do seu partido no Acre.

Após o retorno do Governador Nabor Júnior, de uma viagem que ele estava fazendo à Bolívia, houve uma grande pressão do movimento “Tendência Popular” dentro do PMDB, que inclusive escreveu uma carta dizendo que “Nabor virou as costas para o povo”. O Senador Mário Maia e o deputado Raimundo Sales apesar de não endossarem o discurso da “TP”, articularam junto ao governador que ao final revogou o ato da vice-governadora.

Ricardo Rola foi devolvido ao seu local de trabalho no Redenção e a população pode, enfim, voltar a contar com seus atendimentos por muitos anos. Porém, os parceiros descobriram que poderiam fazer pressão no governo, através de sua organização e principalmente união para reivindicar seus direitos.

Importante ressaltar, que Ricardo Rola nunca foi candidato a qualquer cargo eletivo no Redenção ou mesmo depois da emancipação de Acrelândia, mas devido ao seu prestígio junto à comunidade possuía uma certa influência entre os assentados do Redenção, o que provavelmente gerou a insatisfação do vereador placidiano Ferreirinha, do PMDB.

Como já foi dito, considera-se esse momento o despertar da consciência de classe dos assentados do Redenção, pois daí para frente, muitas outras lutas foram encampadas e ganhas, principalmente pela “teimosia”, como disse Vilseu, dos parceiros. Outra consideração é que “vencido o medo, as barreiras desmoronam”. Atualmente, existe uma unidade de saúde municipal em Acrelândia que leva o nome de Ricardo Monteiro Rola, em homenagem póstuma.

4.3 A CRIAÇÃO DO DISTRITO DE ACRELÂNDIA

Para Rafestin (1993), a população está “na origem de todo poder”, porque, apesar do território ser o lugar de relações de todo poder, “sem a população ele se resume a apenas uma potencialidade”. Seguindo essa linha de raciocínio, intentamos demonstrar como a população do Redenção, participou do exercício do poder, bem como da resistência ao mesmo tempo dentro de seu território.

Digo que o território estava formado, pela ação e pelo trabalho do parceleiros, mas havia uma distorção no exercício do poder dentro do Projeto Redenção, porque tanto a COLONACRE, quanto a prefeitura do Município de Plácido de Castro eram forças exógenas atuando no Projeto. Por isso, os parceleiros buscavam através de sua organização social, capitaneada pela associação de moradores, à participação no exercício do poder político, mesmo que esse fosse uma concepção das já citadas forças exógenas.

Após o primeiro embate entre os parceleiros e o Estado, era a vez de buscarmos espaço dentro do município de Plácido de Castro, pois apesar de sua expansão, a vila Redenção, ainda era considerada zona rural daquele município, e não contava com benfeitoras que eram destinadas às zonas urbanas, como energia elétrica, água encanada, posto telefônico e serviço de correios.

No ano de 1986 a associação dos moradores do Projeto Redenção, agora com sua sede estabelecida na vila do BID, começa a reivindicar junto à prefeitura de Plácido de Castro a elevação da Vila Redenção a distrito do município, o que na prática resultaria em tornar o núcleo urbano em zona urbana, podendo receber verbas e investimentos para melhorias e benfeitoras que serviriam aos moradores, como instalação de energia elétrica, água encanada, posto telefônico e posto dos Correios.

O Jornal “O Rio Branco” de 22/06/1986, nos traz a seguinte matéria:

Parceleiros e moradores querem Redenção como Distrito

Parceleiros do Projeto Redenção e moradores vizinhos se reúnem hoje, na sede daquele projeto para realizarem um plebiscito no sentido de criarem o Distrito do Redenção. Segundo informações da comissão organizadora da campanha deverão ser votadas duas propostas fundamentais: A criação do Distrito do Redenção e a eleição do Subprefeito.

Afirmam ser um desejo da comunidade participar das decisões que envolvem suas vidas e interesses. Com a criação da vila será fácil discutir os problemas junto à subprefeitura. Lembram que já existem no local vários órgãos estaduais, faltando a presença dos municipais, que são essenciais para o desenvolvimento local.

São reivindicações daquela comunidade a criação de um posto de serviço da Eletroacre, uma antena rastreadora de satélite e um posto de comunicação da Teleacre, além da instalação de serviços de correios e telégrafos e a nomeação de um Juiz Preparador Eleitoral e de Paz, em vias de realização. A subprefeitura deverá ser entregue a algum morador da região, que tenha conhecimento e vivência dos problemas da comunidade, é o que afirmam.

A luta estava iniciada, mas não seria tão rápida e nem muito menos, fácil. Apesar das pressões sobre a prefeitura de Plácido de Castro, o distrito não foi estabelecido em 1986, e em 1987 a associação continuava cobrando as benfeitorias e principalmente relembrando os políticos das promessas que eles fizeram ao povo. O Jornal “A Gazeta” 15/07/1987, apresentou o seguinte:

Projeto Redenção está no abandono

O Projeto Redenção, a exemplo de outros, enfrenta uma série de dificuldades. Vítimas das promessas não cumpridas por parte dos políticos e da própria Colonacre, os colonos estão prestes a abandonar o local por falta de condições mínimas de sobrevivência. Hélio Francisco Lopes presidente da Associação dos produtores rurais, disse que a situação daquela localidade é muito ruim. A unidade de saúde (posto médico), situada no Projeto Redenção I, está completamente desativada por falta de material de trabalho. Segundo ele não há qualquer tipo de medicamento e o médico responsável pela unidade aparece apenas uma vez por semana. Faltam camas e até mesmo alimentação. O enfermeiro de plantão está praticamente de mãos atadas. “Que adianta um enfermeiro, se ele não tem como trabalhar?” Indaga Hélio Francisco.

No Projeto Redenção II, a situação não é diferente. O posto de saúde local também está parado. Ele conta que há pelo menos dois anos, os funcionários da saúde que trabalham lá não recebem o pagamento, o que culminou com o abandono do serviço. Nem funcionários contratados recebem o seu salário. A consequência é que pelo menos 700 pessoas estão sem atendimento médico, Hélio Francisco apela ao governo do Estado para que tome as devidas providências no sentido de se solucionar estes problemas. Assim como a saúde, a educação está abandonada. A única escola não possui sequer uma carteira e as crianças assistem aula debaixo de um paiol, de qualquer maneira, tomando sol nas costas. Hélio Francisco pergunta “onde está a prioridade para a agricultura, tão defendida na época das campanhas?”

Acrelândia

A área urbana do projeto, situada no km 96, da BR 364, o projeto da cidade de Acrelândia enfrenta sérios problemas. Segundo Hélio Francisco, não há água nem luz. As promessas dos políticos e da Colonacre da instalação de escritórios da Eletroacre e Banacre também não foram cumpridas, o que ocasiona evasão dos moradores, inclusive por não se dispor de um mínimo de segurança naquela localidade. Os assaltos são frequentes e já houve até caso de morte. Outra questão é o desvio de maquinário, como é o caso de um caminhão financiado pelo BIRD, que deveria estar à disposição do Projeto Redenção e está sendo usado no Projeto Humaitá. Hélio acusa a Colonacre de responsável pelo desvio do caminhão. Há ainda também uma serraria instalada desde outubro passado com uma série de instrumentos estragando por falta de uso. Além de não poder ser usada pelos parceleiros, está dando

um grande prejuízo ao estado. Hélio insiste em sensibilizar o Governo afim de dar uma maior atenção àquela localidade.

Apesar dos apelos dos moradores e de a imprensa noticiar constantemente os problemas do Redenção, pouca coisa era efetivamente realizada pelo poder público para amenizar a situação. A propósito da serraria citada na reportagem, a chegada do empresário paranaense Sebastião Bocalom Rodrigues, o “Tião Bocalom”, fez com que a atividade fosse iniciada, pois o empresário recebeu o lote urbano na vila Acrelândia para tocar o empreendimento e passou a gerar alguns empregos e alguma renda para os moradores da vila. Edna rememorou a serraria como sendo o primeiro emprego que seu marido conseguiu em Acrelândia: “[...] o Harrisson começou a trabalhar com o Bocalom na serraria, media madeira e vendia [...]”

Quanto às condições de vida na vila, continuavam as mesmas: sem água, energia elétrica, telefone ou correios. Outro agravante era que a COLONACRE já dava sinais de estagnação e um limbo foi criado sobre o Redenção, nem governo nem prefeitura de Plácido de Castro queriam assumir os custos para manter os órgãos públicos do lugar. Salários dos servidores atrasavam. Edna contou como era feita sua remuneração como professora na única escola da vila:

Na verdade, a escola, era mantida pelo governo do estado, através do núcleo de ensino de Plácido de Castro, porque ainda era zona rural de Plácido de Castro. Eles mantinham, merenda, materiais que eram necessários. Muitas coisas também nós íamos a Rio Branco e conseguíamos diretamente com a secretaria de estado de educação, muitas vezes não passava pelo núcleo, nós conseguíamos que eles nos ajudassem diretamente, de Rio Branco até a escola. A única coisa que foi municipal e ficou durante um ano, foi o salário, meu e da Graça, porque o estado disse que não tinha condições de pagar, eles deram a portaria pra abrir a escola, e a prefeitura de Plácido de Castro assumiu o salário, que na verdade, na época, era tudo tão mais complicado, eles pagavam metade de um salário mínimo e nós trabalhamos um ano nessa situação, até que passado um ano, nós fizemos um pedido na secretaria, foi quando eles começaram a pagar o contrato provisório pela secretaria de educação.

O abandono da vila, principalmente pela COLONACRE, era visível. Quando a empresa começou seus cortes de pessoal e acabou deixando apenas dois funcionários no local para tomar conta das demandas. José Augusto da Silva Costa, o “Guto” e Fernando José da Costa, o “Pinté”. Eles passaram a ser os “faz tudo” da COLONACRE na vila, por isso em alguns aspectos, e baseados nas entrevistas, observou-se que eles colaboravam na maioria das vezes com as aspirações da Associação de Moradores, mesmo quando essas eram contrárias às da COLONACRE.

Em 1987 a luta se intensificou e os moradores da vila retornaram a Rio Branco para cobrar uma posição do governo em relação as suas demandas, o Jornal “A Gazeta” de 27/08/1987 publicou a seguinte matéria:

Redenção sofre com a falta d'água

A completa falta de água está levando ao desespero as mais de 600 famílias instaladas no projeto Redenção, o único de responsabilidade exclusiva do Estado do Acre situado entre a BR 364 e a Rodovia AC 40, cortado ao meio pela Ac 401. Foi para denunciar a lastimável situação em que se encontram, que um grupo de parceiros daquela área, mantiveram audiência ontem com o governador Flaviano Melo, esperando que ele intervenha junto à Colonacre, Secretaria de Educação, Sanacre e Eletroacre para fazerem uma visita àquela localidade. O agricultor Sebastião Rita, presidente da associação dos moradores do povoado de Acrelândia, único núcleo urbano do projeto, reclamou que há vários dias, as crianças estão sem estudar porque a escola não tem água.

De acordo com informações prestadas pelo presidente Sebastião Rita, vários poços foram abertos com até 16 metros de profundidade, mas nenhum deles até agora deu água. “O problema é que a Colonacre tem projeto em convênio com instituições financeiras visando à perfuração de poços artesianos, mas até agora ela não os executou. O mesmo acontece com aquele projeto de eletrificação rural.

A Eletroacre ficou responsável pela ligação de luz no nosso núcleo urbano, mas nada disso foi feito”.

Acompanhando o presidente da Associação, vieram ainda Ricardo Rola, enfermeiro da unidade mista de Redenção, Edna Bernardino, professora da escola Pedro de Castro Meireles e mais um grupo de comerciantes, todos vivendo problemas comuns. O agente de saúde, denunciou que o posto que deve atender o pessoal do Projeto está em precárias condições. “Nós temos lá uma enfermaria com 12 leitos que não funciona por falta de colchões e acortinados. Numa região endêmica como aquela, internar uma pessoa com malária sem acortinado, é passar a doença para todos os outros pacientes”. Ricardo Rola, disse também que atende diariamente de 20 a 50 pacientes no posto de saúde, e que não dispõe de uma viatura para encaminhar os pacientes em estado grave para Rio Branco ou Plácido de Castro. Sem falar na completa ausência de médico, que há muito tempo não aparece nenhum por lá.

Na área educacional, a professora Edna Bernardino e Silva, informou que a escola onde leciona dispõe de ótimas instalações, mas a falta de água vem impossibilitando seu funcionamento nos últimos dias.

“Eu não entendo”, disse a professora Edna, “que uma localidade como a nossa, tendo uma população muito maior que a da vila Extrema e Califórnia, não conte com nenhum reservatório de água e nem um gerador de luz. A falta de água está causando sérios problemas. As crianças estão pegando muita diarreia e as mães têm a maior dificuldade para fazer comida e dar banho em seus filhos. Precisamos que o governo do Estado tome alguma providência, senão os agricultores vão acabar saindo todos de lá”.

A reclamação maior dos parceiros é que, mesmo o Redenção sendo um projeto de responsabilidade da Colonacre, até hoje o presidente do órgão nunca fez uma visita ao local. “Se a Colonacre não tem condições de dar assistência ao projeto é melhor que ela entregue para outro órgão”, afirmou o presidente da Associação, que defendeu a área onde vive como uma das que mais produzem cereais para abastecimento de Rio Branco em todo o Estado.

Os parceiros, organizados em associação, continuaram a utilizar a mobilização social como ferramenta para reivindicar melhorias dentro do Projeto. Tião Rita, que à época era presidente da associação de moradores, lembrou alguns fatos desse evento noticiado pelo Jornal “A Gazeta”:

Então aí que está essa foto com a professora Edna, o bigode, o Ricardo Rola, aí já é outra situação, aí a gente já tava morando na vila do BID e na vila do BID não tinha água, e as famílias todas tomavam banho no igarapé, onde é a captação da SANACRE, ali, onde você conhece muito bem ali, onde é a mina da SANACRE, então a gente administrava, é das 03 até as 04 e meia era as mulheres, porque era mais cedo, as mulheres iam e tomavam banho e traziam água e etc. E das 04 e meia pra frente eram os homens, que tomavam banho. Então não tinha água, como ia aumentando a população, a demanda foi aumentando, e ficou muito grande, começou a ter problema aí a gente reivindicou a água lá pro BID, outra vez não nos atenderam, novamente nós enchemos os caminhões de associação, o caminhão que tinha lá na época, o caminhão do Manel e fomos lá bater panela na frente da Assembleia legislativa e do Palácio, rapidamente nos atenderam, porque até naquela época, no Acre, eles não eram acostumados com esse tipo de greve da população, desse tipo de movimento, das pessoas irem pra frente das escadarias palácio e da assembleia, nos que inauguramos esse movimento no Acre.

Edna também falou sobre as manifestações dos moradores da vila Acrelândia:

Realmente foi uma luta, uma luta muito grande, porque nós saíamos de lá em comitiva mesmo, e vínhamos pra cá e saía em jornais e reportagens, porque nós vínhamos mesmo solicitar, tanto a parte da energia como a parte da água, um telefone, nós não tínhamos nada, eu me lembro bem, era Pinté, era Guto, era Tião Rita, era eu, tinha várias pessoas, eu nem me lembro tantas pessoas que tinham, eu lembro de fotos que existiam e nem sei se existem mais, fotos nossas, vindo em Rio Branco para que reivindicasse, porque eram tantos moradores e a necessidade era muito grande dessas benfeitorias lá, mas, enfim, nós conseguimos, depois de muita luta, várias viagens para Rio Branco, vim conversar aqui com os responsáveis, os chefes, eles começaram a se compadecer e lembrar que lá também tinham pessoas e na medida do possível foram realmente instalando tanto a água quanto a luz, a energia em primeiro lugar e depois a água, embora até a energia foi assim aos poucos, eram poucas horas, depois começou a ir melhorando, melhorando até chegar no que é hoje, 24 horas.

O engajamento popular na luta pelas melhorias no Redenção era muito forte: as pessoas se voluntariavam para se deslocar até a capital e fazer algum protesto. A mobilização chegou a tal ponto de o Prefeito eleito em 1988 para o município de Plácido de Castro, criar o Distrito de Acrelândia e colocar como subprefeito Hélio Francisco Lopes, o “Helinho” que havia sido presidente da associação de moradores do Redenção desde os primórdios do projeto.

Figura 11- Visita de Luiz Pereira ao Projeto Redenção, 1987



Fonte: <https://luizpereirapc.blogspot.com/2012/>

Na foto acima, observamos Luiz Pereira (de camisa de listras ao centro), ao seu lado está Hélio Lopes (de camisa bege), também vemos Vilseu Ferreira, (de camisa laranja). Tião Rita explicou em seu relato como funcionava o distrito e a subprefeitura:

Na eleição de 88, o Luiz Pereira foi eleito, aí ele nomeou o Hélio Lopes como subprefeito de Acrelândia. Já era Acrelândia, aí foi nomeado o subprefeito, era nomeação livre do Prefeito. O Hélio ficou por uns tempos, aí ele decidiu tocar outros projetos, e aí o Vilseu que era secretário de administração em Plácido de Castro veio para assumir, não se adaptou muito, aí o Luiz Pereira me convidou pra assumir, já na parte final do mandato dele, aí eu topei, inclusive o processo de plebiscito, o processo de inserir a vila no contexto dos distritos que seriam emancipados, foi tudo eu que coordenei, eu fui subprefeito, quando eu entrei como subprefeito, a COLONACRE tinha praticamente abandonando lá Acrelândia, tava só Pinté por lá, mas no momento ele não fazia nada, eu que intensifiquei o processo da entrega de lotes, eu incentivava as pessoas a ocupar os lotes, a construir, a fazer alguma coisa, foi nessa época que nós conseguimos alcançar esse crescimento aí e inserir Acrelândia, dentro das prerrogativas para ser, pra ficar apta a ser emancipada, foi esse processo todo aí, a gente correr, ocupar os lotes, as construções, incentivar pessoas a residirem em Acrelândia, foi muito difícil, foi uma luta muito árdua.

Os parceiros, principalmente os representantes da associação de moradores, participavam ativamente da vida política do município de Plácido de Castro, sendo que muitos deles foram candidatos a vereador ou mesmo compuseram o quadro de

secretários do município. Vilseu, foi secretário de administração do município de Plácido de Castro, mesmo morando no Redenção, contou como se deu o processo até que fosse nomeado subprefeito do distrito: “[...] passei um ano em Plácido de Castro, onde fui secretário de obras do então prefeito Luís Pereira, e de lá voltei pra cá, aqui em Acrelândia eu fui subprefeito [...]”

Falou também quais os moradores do Redenção participaram com mandatos políticos no município de Plácido de Castro:

Vamos lá, primeiro, em 88, foram eleitos os vereadores Paulo Ramos e João Padeiro, lá da BR364, que eram aqui do distrito de Acrelândia, o Tião Rita também foi candidato por Plácido de Castro, mas não se elegeu, então foram Paulo Ramos e o senhor João Padeiro, depois ele foi vereador aqui em 92, todos os dois vieram pra cá e se elegeram vereadores aqui em Acrelândia.

Os subprefeitos foram importantes na medida que consolidavam a ideia de um poder local, que poderia ser exercido pela gente do Redenção, não mais precisavam depender exclusivamente de algum político placidiano, mas passavam a ter um livre acesso ao mandatário local, por mais que ele fosse apenas um representante nomeado pela prefeitura de Plácido de Castro.

As atividades desenvolvidas pelos subprefeitos eram, basicamente, servir como interlocutor entre o povo do Redenção e o prefeito de Plácido de Castro, mas na prática eles passaram a ser uns “arranjadores” do espaço no Redenção, principalmente na vila Acrelândia, onde eles conduziram de forma efetiva como se daria a organização geográfica da futura cidade de Acrelândia, delimitando o tamanho dos terrenos, medindo e traçando as ruas e principalmente incentivando a ocupação dos lotes urbanos.

Esse movimento dentro do espaço, no caso o projeto Redenção, nesse momento já no processo de urbanização, vai ao encontro com o que diz Santos (Apud Castillo; Frederico, 2010) sobre os circuitos espaciais da produção: é um processo dinâmico e vivo onde circulam bens, mercadorias e ideias.

A ocupação dos lotes e a abertura das ruas seguindo um traçado peculiar, demonstra o nível de territorialização que se alcançava naquele momento. Uma urbanização forçada pelos antigos parceleiros, que partiam do rural para o urbano em um movimento diferente do que ocorreu uma década antes no estado do Acre. Não mais um êxodo rural causado pela ação de forasteiros, mas uma ocupação urbana conduzida de forma espontânea por antigos parceleiros rurais.

Mesmo que a COLONACRE não houvesse delegado ao município de Plácido de Castro o povoamento da vila Acrelândia, os subprefeitos como agentes do poder placidiano, assim o fizeram. E por muitas vezes tiveram suas autoridades contestadas pelos dirigentes da COLONACRE, chegando até mesmo a um imbróglio que por pouco não terminou com a intervenção da polícia e da justiça, que foi o “caso da visita de Ivan Melo”, que era o diretor da COLONACRE à época.

Ivan Melo se dirigiu até a vila Acrelândia, após receber uma denúncia de que o subprefeito à época, Tião Rita, estava loteando e doando terrenos sem seguir os critérios exigidos pela COLONACRE, e tampouco emitindo documento de posse, em uma ação considerada ilegal pelo diretor da empresa. Tião Rita lembrou como se deu o embate:

A COLONACRE não queria autorizar, não reconhecia os lotes que a gente entregava, né. Porque até então era tudo da COLONACRE, o Ivan Melo era o presidente da COLONACRE, aí o Ivan Melo, veio em Acrelândia, na época a gente teve uma grande reunião, reuniu todos na frente da minha casa, aí o Ivan, olha vocês não podem estar ocupando os lotes, porque os lotes são da COLONACRE, essa ocupação é irregular, o trabalho que o Tião Rita tá fazendo é um trabalho irregular, porque ele não tem autoridade pra isso e eu vim aqui pedir pra vocês pararem, aí eu falei, não, tudo bem, vamos fazer uma votação rápida aqui, falei gente quem estiver do lado do senhor Ivan Melo, fique a direita, e quem tiver do meu lado, do lado da ocupação, pra gente continuar o trabalho fique do lado esquerdo, rapaz, vieram todos pro lado esquerdo, só ficou do lado direito o seu Marcolino, ficou do lado do Ivan Melo, aí alguém foi lá e cutucou o seu Marcolino e falou no ouvido dele, seu Marcolino, quem fica do lado do Ivan Melo tá contra o Tião Rita e contra o trabalho que está sendo feito, seu Marcolino era surdo e não tinha ouvido, aí ele correu pro lado esquerdo também.

Mesmo com a oposição do dirigente da COLONACRE, a população da vila Acrelândia optou por continuar a ocupação, e o senhor Ivan Melo, provavelmente orientado por um de seus funcionários, o Pinté, não acionou a força policial para desalojar os ocupantes e optou por, a partir daí, permitir a ocupação dos lotes urbanos.

Outra grande batalha foi a implantação de um posto da Teleacre¹⁹ na vila Acrelândia. Como já foi exposto, a maioria dos moradores do Projeto Redenção e de seu núcleo urbano, a Vila Acrelândia, eram oriundos de outros estados, principalmente do Sul e do Sudeste. Todavia, as formas para que estes se comunicassem com suas famílias eram escassas, haja vista que a agência dos correios mais próxima ficava em

¹⁹ Telecomunicações do Acre S.A.

Plácido de Castro e, também, o telefone público mais próximo estava a, pelo menos, 32 km, na mesma cidade.

Os moradores da vila juntaram seu misto de insatisfação e revolta, aproveitando-se de uma visita do prefeito de Plácido de Castro, Luiz Pereira, eles “o prenderam” na vila e disseram que só liberariam caso o governador garantisse a instalação de um posto telefônico para a vila. O prefeito então utilizando-se de um rádio comunicador acionou o gabinete do governador Flaviano Melo, e repassou as exigências dos moradores.

A situação ficou tensa, porque o governador exigia a liberação imediata do prefeito, sob a ameaça de solicitar a intervenção da polícia para realizar a soltura do mandatário placidiano. Em contrapartida os moradores diziam estarem preparados para um eventual confronto. Ao final, o bom senso reinou e o governador empenhou sua palavra aos manifestantes, que instalaria o posto telefônico na vila, enquanto os moradores liberaram ao prefeito para que ele pudesse voltar para Plácido de Castro.

Tião Rita narra o evento, dando ênfase ao ímpeto dos moradores em resistir às ameaças de intervenção policial:

A luta foi muito grande, tanto pela água, quanto pela energia elétrica, a energia elétrica também, nós fizemos uma mobilização muito grande pra trazer energia elétrica pra vila, já no governo do Flaviano Melo, a gente lutou muito, fomos várias vezes a Rio Branco e aí conseguimos a luz. O telefone, o posto telefônico de Acrelândia, foi uma coisa curiosa, a gente solicitava esse telefone, mandava, fazia documento, abaixo assinado, mas ninguém nos atendia. Um dia, o Luiz Pereira foi para Acrelândia, ele era o prefeito na época, ele foi pra Acrelândia pra fazer uma visita, aí chegou lá em Acrelândia, nós prendemos ele, nós seguramos ele lá. Aí nós falamos, ó você só vai retornar para Plácido de Castro, quando o governador der garantia pra nós, de que, de que nós vamos ter o posto telefônico aqui em Acrelândia, porque não pode, a gente tem que se comunicar, as pessoas aqui todas vieram de fora, todas tem famílias, precisam se comunicar e nós não temos um posto telefônico, isso é uma vergonha. Aí o Luiz, mas rapaz, o que é que eu posso fazer. Não você só vai sair daqui quando o governador der um ok pra nós, aí foi, naquela época era via rádio, aí começou a negociação via rádio, o Luiz falou, rapaz o pessoal me prenderam aqui em Acrelândia e dizem que só vou sair daqui quando o governador der o ok que vai sair o posto telefônico aí. Aí foi, o governador pediu um tempo e tal, aí nós dissemos, não, tudo bem, vai ter todo o tempo só que o prefeito vai continuar aqui. Aí ele, não, ou vocês liberam o prefeito ou vou mandar a polícia. Aí nos falamos, não, se mandar a polícia aqui vai ter guerra então, nós estamos todos preparados, aí quando foi seis pra sete horas da noite, recebemos um rádio de Rio Branco, o governador ele ta empenhando a palavra dele que vocês podem liberar o prefeito, que imediatamente vai ser construído o posto telefônico, aí nós liberamos o prefeito e no outro dia já chegou os caminhões com as torres, já pré-montadas e colocaram, em poucos dias já estávamos com nosso posto telefônico.

Um jargão que era bastante comum entre os acrelandenses era: “Acrelândia cidade de Jesus, de dia falta água e de noite falta luz”. Essa atmosfera de luta reivindicatória de direitos permeava entre os moradores, que volta e meia faziam passeatas e panelaços às portas da COLONACRE ou até mesmo do palácio Rio Branco.

A ocupação da vila Acrelândia prosperou, e no início dos anos 1990, a vila já contava com mais de 900 moradores, segundo estimativas da associação de moradores, pois a COLONACRE já havia perdido o controle sobre o cadastro dos lotes e praticamente agonizava lentamente esperando sua liquidação pelo governo do estado, que aconteceu em 1990. O Jornal “A Gazeta” de 09/05/1990 noticiou:

Fim da Colonacre não afetará o Projeto Redenção”

O projeto de colonização Redenção, localizado na AC-401, com 250 de produtores assentados pelo governo do Estado, mesmo com a extinção da Colonacre continuará com a sua administração sob responsabilidade do estado. A liquidante da companhia, Advogada Maria da Glória, disse ontem que todas as providências nesse sentido estão sendo tomadas pelo Governo Edson Simões Cadaxo.

As máquinas pesadas da empresa serão transferidas para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário para atuarem nas obras de recuperação de ramais do município de Rio Branco e no próprio Projeto redenção. Já os funcionários do quadro da companhia serão indenizados, como determina a Lei 6.404/76, e remanejados para outras repartições do Estado.

Com o fim melancólico da COLONACRE, o Redenção estava emancipado, porque seu órgão criador e executor, não mais estaria presente dali adiante. Entretanto, o povo do Redenção não se sentia totalmente placidiano e as lutas por melhorias se condensaram em luta pela emancipação de Acrelândia, não apenas como distrito de Plácido de Castro, mas como município do Estado do Acre.

Tião Rita narrou sobre o Projeto Redenção em seus ciclos de colonização de maneira bem sucinta e indica quem foram os responsáveis pela emancipação do Município de Acrelândia, segundo ele:

A minha opinião, é que o projeto redenção, apesar dos reveses, apesar de ter fugido do objetivo que era o de implantar o cultivo das seringueiras, não ter prosperado, mas o projeto em si foi um sucesso. Os colonos, parceleiros, prosperaram, o Projeto 2 teve mais dificuldade pra ser colonizado também prosperou, até um determinado tempo. Depois de um determinado tempo, aí surgiu as figuras dos fazendeiros e foram agregando as parcelas iniciais e finalmente surgiu aí um terceiro ciclo nessa colonização. Ela inicialmente fugiu do objetivo, depois ela foi um sucesso de produção e depois entrou em derrocada. Então o final do projeto ele não teve o sucesso que se esperava, porque o projeto Redenção 1, hoje se transformou em umas três ou quatro

fazendas, existe poucos lotes originais, pouquíssimos mesmo. O projeto 2 apesar de ter lotes originais, ainda também é menos de 30%, também se transformou em fazenda. Depois que entrou a figura do fazendeiro, mudou a dinâmica do projeto de colonização. O Orion surgiu posteriormente, dos anos 90 para 2000 foi que surgiu o projeto Orion, depois projeto Porto Luís 1 e 2, e etc. O granada é outro projeto de colonização que ficou pertencendo ao município de Acrelândia, projeto de colonização antigo, que deu muito certo, lá é um projeto de colonização do INCRA e é área mais produtiva do Acre. Ai tem os projetos lá do São João do Balanceio e etc. Mas eu falo mais dos projetos de colonização Redenção 1 e 2.

Eu só quero frisar pra você, que os companheiros nossos de lutas para formação de Acrelândia, além da minha pessoa, foram, o Vilseu Ferreira, o Hélio Francisco Lopes e o Adão Poklen, tá esse aí são os personagens que lutaram muito. Fizemos uma transformação aí, essa invasão dessa reserva, lutamos junto ao governo pra acabar com a reserva, porque era uma reserva hipotecada junto ao banco mundial pra levantar fundos. E a gente conseguiu isso daí.

4.2 OS ARRANJOS POLÍTICOS E O PLEBISCITO

Rafestin (1993, p. 152.), nos indica que, o “Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações”. Isso pode se dar em níveis, de acordo com a necessidade desse mesmo Estado em relação ao poder e domínio de uma determinada população e de um território específico.

No caso do Brasil, pudemos observar que o governo militar, dispôs do território nacional de acordo com seus interesses para responder aos anseios do grande capital internacional. No nível local, o estado do Acre, também utilizou ferramentas legais para organizar seu território, uma dessas ferramentas foi a criação de novos municípios, que serviriam para ampliar a presença do Estado para mais áreas dentro de seu território.

Nisso concordamos com Rafestin, pois o exercício do poder estava nas mãos do estado, mas a capacidade de territorializar novos espaços estava na ação dos atores sintagmáticos. Por isso, a ação do Estado em criar novos municípios estava umbilicalmente ligada aos habitantes de cada território que poderia ser convertido em uma “unidade administrativa”.

Os moradores do Projeto Redenção, eram esses atores, e de suas ações dependiam a reorganização do território acreano, pois, apesar de existir os indicativos de criação de novos municípios, esses não seriam criados sem que houvesse a pressão popular.

De acordo com os entrevistados Vilseu e Tião Rita, Acrelândia não constava na lista inicial dos distritos e vilas que passariam a município em 1992. Porque Acrelândia era apenas uma vila povoada por um grupo de sulistas que fazia parte do município de Plácido de Castro, enquanto Bujari, Capixaba, Epitaciolândia estavam na ordem do dia para conquistarem suas emancipações.

Antes da sanção da lei complementar, foi amplamente divulgada a lista com os possíveis distritos que poderiam se tornar município. Todavia, Acrelândia não constava nela, segundo Tião Rita. Ele narra o episódio que para ele foi o ponto inicial da emancipação de Acrelândia:

Então, no final de 1991, a gente sempre tem o costume de chegar aí em Rio Branco e comprar um jornal, aí chegando lá um dia eu e o Helinho, fomos na banca e compramos um jornal, compramos o jornal A Gazeta, aí tava lá, criação de novos municípios, quais as novas vilas e distritos que estavam aptas a se transformarem em município, numa lei que seria aprovada na Assembleia legislativa e tal. Aí a gente olhou as vilas lá, Capixaba, Bujari, Epitaciolândia e etc. E aí a gente viu, poxa, mas será se nós, Acrelândia, não temos condições de entrar nessa lista? Nós não estamos nesta lista, será se nós não temos condições de entrar nessa lista? Aí imediatamente nos dirigimos à assembleia Legislativa e procuramos o deputado Raimundo Sales, que era um deputado que tinha sido muito bem votado no Redenção, no distrito, procuramos ele, ele nos atendeu prontamente, falamos, deputado, nós gostaríamos de entrar nessa lista aqui, aí ele falou, mas a lista já está pronta, já passou pelas comissões, já vai ser votada, nós falamos, não, de jeito nenhum, nós vamos trazer o pessoal pra cá e vamos fazer um movimento novamente. Ele falou, pelo amor de Deus, não traz, mas esse povo pra cá não, eu vou ver aqui o que que eu faço pra poder ver se eu consigo mudar e colocar, aí ele fez um destaque na assembleia legislativa, e falou de Acrelândia, do potencial que tinha Acrelândia, do número de pessoas que moravam em Acrelândia, e etc. Aí voltou o projeto novamente para as comissões, aprovaram e Acrelândia entrou nesse primeiro momento, aí tinha que realizar os plebiscitos para ver, porque era um dos, uma das exigências é que fosse realizado esse plebiscito e que a maioria realmente quisesse que fosse transformado em município”.

O destaque ao projeto, feito pelo deputado Raimundo Sales na ALEAC, foi acatado pelas comissões e a vila Acrelândia passou a figurar entre os possíveis novos municípios. O Jornal “A Gazeta” de 13 de setembro de 1991, anunciou sobre os novos municípios do Acre, que seriam treze, segundo a matéria:

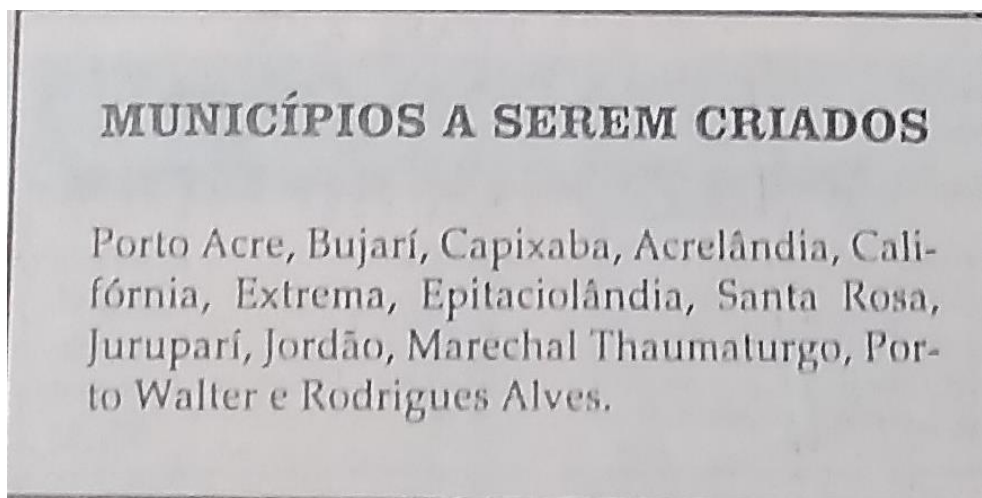
Acre terá treze novos municípios

O projeto de lei que cria treze novos municípios em todo Estado do Acre foi assinado ontem pelo governador Edmundo Pinto e entregue ao presidente da Assembleia Legislativa Ilson Ribeiro para sua aprovação final naquela casa. Durante a cerimônia realizada no salão nobre do Palácio Rio Branco, o governador Edmundo Pinto destacou a importância da criação das novas unidades municipais dizendo que “a grande extensão do nosso Estado e falta de estradas mantem muitos povoados e vilas completamente isolados na

floresta, com sua elevação a município estaremos levando para daquelas populações os serviços básicos de atendimento além de que a eles serão destinados recursos específicos que poderão ser usados em benefício de cada comunidade que até o momento dependem de distantes sedes municipais para suas reivindicações.

Omar Sabino de Paula, assessor técnico do governo do Estado declarou que “a criação desses novos municípios significará uma melhor distribuição de renda e de riquezas, bem como uma oportunidade de levar melhores condições de vida às populações que nela vivem”.

Figura 12- Lista de municípios a serem criados em 1992



Fonte: Jornal “A Gazeta” de 13/09/1991.

Vilseu também deu sua versão dos fatos sobre a entrada de Acrelândia entre os possíveis novos municípios:

Elias deixa eu falar pra você, em 1992 quando o saudoso governador Edmundo Pinto era governador, ele, ele... só tinha 12 municípios no Acre, e ele propôs criar mais municípios, aí colocou algumas localidades e vilas pra virar município, e Acrelândia tinha ficado de fora, na realidade nós éramos muito pequeninhos pra ser município, mas daí nós fomos pra cima e reunimos todo mundo que morava aqui, foi, mobilizamos o povo, na realidade nós tínhamos aqui uma associação de moradores de Acrelândia, e nós fomos pra cima e o deputado Raimundo Sales abraçou a nossa causa, e colocou um projeto na assembleia e passou.

Quando Vilseu trata de pequenino, o distrito de Acrelândia, ele usa um eufemismo para se referir à pouca visibilidade que possuía o distrito dentro do contexto estadual, pois como já foi dito, Acrelândia era vista como a cidade dos “gaúchos” ou dos sulistas e não despertava muita simpatia dos munícipes de Plácido de Castro.

No entanto, o movimento popular dos moradores do distrito havia ganhado força dentro da política do Acre. Alguns políticos, principalmente do município de Plácido de Castro, tinham base eleitoral dentro do Projeto, mas também políticos de outros municípios, como o deputado Raimundo Sales, Chagas Romão, Manoel Machado, eram bem votados dentro do Redenção. Muito devido a atuação das lideranças dos moradores do projeto, como Vilseu Ferreira, Hélio Lopes, Tião Rita, Adão Poklen, João Padeiro, dentre outros.

O Redenção era um reduto eleitoral, tinha muitos votantes, escolhia deputados e vereadores, mas não podia escolher seus próprios representantes, essa era uma indagação frequente entre os moradores locais. Tanto, que durante o período que compunha o território do Município de Plácido de Castro, o Redenção havia eleito dois vereadores, que moravam em sua área territorial: Paulo Ramos e João Daniel Damasceno, o conhecido João Padeiro. Também o presidente da associação de moradores da vila Acrelândia, Sebastião Rita de Carvalho, o Tião Rita, havia sido candidato a vereador pelo município de Plácido de Castro. Não foi eleito, mas obteve uma expressiva votação, que o alçou a ser nomeado subprefeito da vila.

Vencida a etapa do embate puramente popular, o espaço estava territorializado, a população desenvolvia uma identidade própria, diferenciando-se dos placidianos, principalmente pela origem sulista da população do projeto em contraponto aos acreanos de Plácido de Castro. A disputa política em torno da criação dos novos municípios, tomou as páginas dos jornais e os espaços da tribuna da ALEAC, durante os meses de novembro e dezembro de 1991, havia uma clara contenda entre os pedessistas e os peemedebistas, que divergiam em diversos pontos sobre a lei.

Os governistas, do PDS, diziam que a oposição fazia politicagem quando tentava travar a votação da lei. Os oposicionistas, encabeçados pelo PMDB, diziam que o governador queria retirar a pressão que vinha sofrendo devido aos indícios de corrupção em seu governo. Havia urgência, porque se aproximava o recesso legislativo e a Lei que criaria os municípios deveria ser sancionada até abril de 1992, o que tornaria possível a realização de eleições para prefeito e vereadores nos novos municípios no mesmo ano. Caso a lei fosse sancionada após o mês de maio, não seria possível a ocorrência do pleito nos novos municípios no mesmo ano. Dentro desse universo estavam também os representantes dos municípios que seriam

afetados, que não desejavam que a lei fosse aprovada. Do outro lado os emancipacionistas que queriam seus distritos elevados a municípios.

Outra questão, era como seriam escolhidos os administradores locais dos novos municípios até que fossem realizadas as eleições municipais em outubro de 1992. Essa questão gerou uma cisma entre três grupos de deputados: Francisco Sombra, que era o líder do governo na ALEAC, defendia que o governador deveria nomear o administrador; o deputado Adalberto Ferreira do PMDB defendia que, os prefeitos dos municípios que cederiam território para as novas municipalidades é que deveriam nomear os administradores locais; existia uma terceira corrente defendida pelo deputado Said Filho do PMDB, que estabelecia que os novos administradores deveriam ser indicados pelo governador através de uma lista que passaria pela aprovação da Assembleia Legislativa.

À medida que os debates iam se afunilando, um consenso foi sendo formado e não pairavam tantas dúvidas sobre o Projeto de Lei. É importante frisar que o governo possuía a maioria dos deputados que compunham o parlamento à época, 13 dentre os 24 deputados que compunham aquela legislatura. Também, o PMDB não era unânime dentro da discussão do projeto, fazendo com que alguns de seus membros apoiassem a proposta do governo.

Contudo a apreciação da matéria foi adiada por mais de uma vez, devido à manobra dos governistas que temiam uma derrota caso não estivessem com todos os seus deputados na casa, como aconteceu em 26/11/1991. Também a oposição usou de diversos mecanismos para obstruir sempre que possível a votação, apresentando argumentos de que o tema deveria ser mais bem debatido na Assembleia Legislativa.

Os arranjos políticos foram feitos e coube ao deputado José Bestene a relatoria do projeto na casa. Ele, membro do PDS, defendia que o texto deveria ser mantido tal qual quando saiu do Palácio Rio Branco. Havia apenas duas emendas que deveriam ser votadas, que diziam respeito a indicação do administrador “tampão” para o período que precederia as eleições municipais de outubro de 1992. A outra emenda, que foi derrubada, dizia que a distância entre a sede do município e o distrito que seria emancipado deveria ser superior a cinco quilômetros, numa ação clara para retirar Eptaciolândia da lista de novos municípios.

No dia 05/12/1991, o projeto foi votado e aprovado por ampla maioria dos votos: 20 favoráveis e três contrários. Das emendas que foram postas, apenas uma foi aprovada, a do deputado Said Filho que estabelecia a indicação dos administradores

“tampões” pelo governador por meio de uma lista tríplice, que deveria ser aprovada pela Assembleia Legislativa.

Após a aprovação, o texto final foi enviado pelo governador para nova apreciação da ALEAC. Em 11/12/1991 foi ratificado e o panorama ficou que poderiam ser criados treze municípios no Estado do Acre, porém deveriam atender aos critérios estabelecidos na lei. Em 18 de dezembro de 1991 foi sancionada a Lei Complementar 35, que: “Estabelece requisitos para criação, incorporação, desmembramento e fusão de municípios e a criação e extinção de Distritos municipais no Estado do Acre” (DOE, 20/12/1991). Em seu artigo 4º, estabelecia os critérios:

Art. 4º -São condições essenciais para criação de Municípios:
 I - População estimada não inferior a 1.500 (hum mil e quinhentos) habitantes;
 II - Número de eleitores não inferior a dez por cento da população;
 III - arrecadação, no último exercício, de dois milésimos da receita estadual de impostos;
 IV - Centro urbano construído com, no mínimo, cinquenta edificações;
 V - Condições apropriadas para a instalação da Prefeitura, Câmara Municipal e funcionamento do Poder Judiciário;”

O artigo 8º estabelecia outro critério para que um distrito fosse elevado a município:

Art. 8º - O processo de criação de Município terá início, na Assembléia Legislativa, mediante proposta do Governador do Estado, de Deputado Estadual ou de representação assinada por, no mínimo, trinta eleitores residentes ou domiciliados na área que se deseja emancipar, identificados pela zona, seção e número de Título de Eleitor, dispensado o reconhecimento de firma.

Cumpridos os requisitos, deveria ser realizada uma consulta plebiscitária:

Art. 11. Atendidos os requisitos constantes dos incisos do art. 4º, a Assembléia Legislativa decidirá sobre a realização do plebiscito para a consulta aos eleitores da área a ser elevada à categoria de Município, mediante a expedição de decreto-legislativo, o qual será encaminhado pelo Presidente da Assembléia e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, acompanhado da cópia autenticada do processo de emancipação.

No mesmo escopo, seguem os critérios e as exigências para realização do plebiscito:

Art. 12. Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral regulamentar, mediante resolução, a realização da consulta plebiscitária e fixar-lhe a data, requisitando do Poder Executivo Estadual os recursos financeiros e materiais necessários à sua efetivação.

Art. 13. A consulta plebiscitária realizada na área a ser emancipada somente será considerada favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, mediante votação em que tenham se manifestado, pelo menos, a maioria absoluta dos eleitores inscritos. Parágrafo único. Na consulta devem ser atendidos os seguintes requisitos: I - residência ou domicílio eleitoral dos votantes igual ou superior a um ano na área a ser emancipada ou desmembrada; e II - cédula oficial da qual constarão as palavras entre sim e não, indicando, respectivamente, a aprovação ou a rejeição da criação do Município.”

Após a realização do plebiscito, os seguintes passos também estavam estabelecidos pela lei complementar:

Art. 14. O Tribunal Regional Eleitoral, após a apreciação do resultado da consulta plebiscitária, comunicá-lo-á ao Presidente da Assembléia Legislativa, no prazo máximo de quinze dias, contados da sua homologação.

Art. 15. Dentro dos cinco dias seguintes, o Presidente da Assembléia Legislativa registrará o fato em Sessão Plenária, dele dando conhecimento ao Governador do Estado.

Art. 16. De posse do resultado da consulta plebiscitária, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de trinta dias, elaborará o Projeto de Lei criando o novo Município.

A participação política dos moradores do Redenção havia aumentado dentro do município de Plácido de Castro, mas seria o suficiente para vencer o plebiscito pela emancipação? Essa questão foi levantada por muitos dentro do distrito, porque apesar das lideranças da comunidade, que faziam campanha pelo “sim”, os vereadores de Plácido de Castro, faziam campanha pelo “não”. Os debates eram acirrados e as discussões acaloradas, a população respirava política e o plebiscito era a palavra de ordem na vila.

O argumento dos emancipacionistas, como Vilseu, Tião Rita, Helinho e dona Edna, era de que, quando estivesse emancipado, o município poderia gerar mais oportunidades para seus moradores, um prefeito e os vereadores poderiam acompanhar de perto as necessidades dos moradores, e, também, que poderiam vir emendas diretas dos deputados para Acrelândia, sem depender de passar pelas mãos dos políticos de Plácido de Castro.

Os que eram contrários à emancipação, principalmente aqueles que possuíam algum mandato ou cargo político no município de Plácido de Castro, diziam que a vila Acrelândia não possuía capacidade, nem estrutura para comportar um município, além de ter uma população pequena, não possuía sequer um prédio público para abrigar uma prefeitura ou uma câmara municipal. Argumentavam, também, que não haveria recursos financeiros para gerir a máquina pública do município e que o novo

município causaria uma confusão nas divisas e limites de outros municípios, principalmente Plácido de Castro e Senador Guimard.

Edna descreveu como observou a disputa no plebiscito e qual o motivo que levou o sim à vitória:

O plebiscito para que o povo dissesse se concordava ou não, era sim ou não, pra saber se queriam que ali passasse a ser um novo município, então houve uma votação e por incrível que pareça teve muitos votos não, mas a maioria ganhou, houve um grande movimento, inclusive até político que nos ajudou nessa parte.

Ela atribui a ação de alguns políticos o movimento contrário à emancipação, porém não cita seus nomes:

Sinceramente eu não me lembro, eu não consigo me lembrar das pessoas, mas eu me lembro de um movimento que teve para que não passasse a ser município, mas uma grande maioria conseguiu vencer tudo isso. Mas quanto a questão dos nomes dos municípios teve também muita confusão, mas no final das contas acabou dando certo, porque a gente tem que aceitar o que foi aceito pela maioria.

Vilseu narra os fatos ocorridos no dia do plebiscito com alguns detalhes:

Aí nós fizemos o plebiscito, me lembro muito bem, que no dia do plebiscito, o juiz da comarca de Senador Guimard estava aqui, que era nosso juiz, e chegou a tarde assim já era umas três horas e nós não tínhamos alcançado o número suficiente de votos pra virar município e ele avisou a gente e nós corremos atrás, era um pra um lado, outro pra outro buscando os cadeirantes, os acamados, todo mundo pra votar, onde a gente sabia que tinha um voto, que votava aqui no distrito, na realidade, nós fomos buscar, pra você ter uma ideia, nós criamos aqui o distrito de Acrelândia, que era distrito de Plácido de Castro, eu fui subprefeito, o Helinho foi subprefeito, o Tião Rita foi subprefeito, era tipo um administrador da vila, então nós mobilizávamos muito, o povo era bem ativo, esperto e queria, queríamos criar um município nosso aqui.

É perceptível pela fala de Vilseu que um dos critérios para votar no plebiscito era residir no distrito, ou seja, somente os territorializados dentro do Redenção poderiam votar. Isso trouxe, de certo modo, um equilíbrio na disputa do poder, tendo em vista que a população do município de Plácido de Castro era superior à de Acrelândia.

Dentro da fala, percebe-se também o engajamento popular na luta pela emancipação e as lideranças buscando a todo o custo alcançar o objetivo principal que era a vitória do “sim”. Tião Rita também nos conta sua versão da história sobre o Plebiscito:

Foi marcado o plebiscito, tudo bem, o juiz eleitoral Dr. Marcos, foi lá pra Acrelândia, foi um negócio tudo bem organizado, pelo tribunal regional eleitoral e nós, a turma do sim, né, fizemos a reunião, e antes na reunião mesmo, alguns já foram contra, queriam continuar Plácido de Castro, porque Plácido de Castro já tinha estrutura e tal, nós não tínhamos nada, aí foi, chegou o grande dia, aí nós fomos pra luta meu irmão, correr atrás das pessoas pra ir votar, e foi um dos dias que eu mais trabalhei em eleição, porque quando chegou as quatro horas da tarde, uma hora para o encerramento, o Dr. Marcos chamou a gente que era da comissão e falou, ó, ainda aqui o pessoal que querem continuar a pertencer a Plácido do Castro estão ganhando ainda, então vocês tem uma hora pra vocês correrem, busquem as pessoas que não votaram ainda, que vocês tem certeza que não veio votar, que são as pessoas de idade, as pessoas deficientes, vê se trazem eles para votar, aí nós saímos correndo, de casa em casa e pegando os velhinhos, deficientes e tudo e pessoas que não tinha ido votar ainda, a gente levava praticamente na marra. Aí foi, no final de tudo, nós conseguimos ganhar por doze votos, doze votos foi a diferença, que nós tivemos pra conseguir que Acrelândia fosse município, cara, eu até me emociono com isso, o pessoal de Plácido de Castro, vereadores e etc. Vieram tudo lá pra Acrelândia, lá, para lutar pra gente não conseguir o número pra se emancipar.

Ao final do dia 29/03/1992, dos 1.756 eleitores cadastrados pelo TRE, 938 compareceram para votar, desses, 872 votaram “sim”, 31 votaram “não”, 23 votaram “em branco” e 12 votos foram “nulos”, resultando num coeficiente de 53% de comparecimento dos eleitores do distrito (TRE, 1992). Isso foi o suficiente para referendar a vontade dos Acrelandenses, pois era necessário que a maioria simples votasse no plebiscito, ou seja 50,01%.

O resultado foi bastante apertado, mas o bastante para que fosse favorável aos do distrito, que festejaram por dias a fio esse feito. É inegável que a mobilização popular foi fundamental para que o distrito do Redenção se tornasse um município, porém é importante frisar que alguns políticos tiveram participação direta no apoio a esse movimento.

Após a euforia do plebiscito, veio a ansiedade pela sanção da lei que autorizaria a criação do município que seria chamado de Acrelândia, a lei foi assinada em 28 de abril de 1992. O território estava consolidado dentro do Redenção, os espaços de poder estavam arranjados e a identidade local estava criada dentro dessa nova unidade territorial que surgiria no território brasileiro. Raffestin (1993), nos norteia nessa análise, quando trata de “Território e poder”, visto que o espaço só passa a ser território de fato, quando há ação dos atores sociais consolidando seu poder sobre aquele local ou sobre o grupo que o ocupa.

4.3 A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA

Morais (2000), apresenta que a emancipação dos dez municípios acreanos em 1992, representou o acréscimo de 45,45% no número de municípios no estado do Acre. Ela aponta como justificativa, “além de marcar mais efetivamente a presença brasileira na fronteira, a possibilidade de uma melhor distribuição de renda dentro do estado”. Porque haveria o aumento de repasse do fundo de participação dos municípios do Governo Federal, que segundo a autora representa 80% dos recursos disponíveis para os municípios do Acre. Isso possibilitaria uma reestruturação da economia dentro das vilas e distritos atingidos pela ação do Estado, ou seja, seria uma injeção de capital direto nas novas municipalidades que possibilitaria a “dinamização da economia” local.

O dia 28 de abril de 1992, foi um dia que ficou marcado na história do Estado do Acre, por ser o dia em que foram criados 10 municípios de uma só vez, elevando de 12 para 22 o número de municípios. Os Municípios criados no dia 28 de abril de 1992 foram: Acrelândia (lei 1025), Bujari (lei 1031), Capixaba (lei 1027), Epitaciolândia (lei 1026), Jordão (lei 1034), Marechal Thaumaturgo (lei 1029), Porto Acre (lei 1030), Porto Walter (lei 1033), Rodrigues Alves (lei 1032) e Santa Rosa do Purus (lei 1028).

Cada município foi criado através de uma lei ordinária, que fixava os limites territoriais e estabelecia algumas diretrizes para o novo município. O município de Acrelândia foi criado pela lei 1025, que estabelecia:

LEI N. 1.025, DE 28 DE ABRIL DE 1992

"Cria o município de Acrelândia, desmembrado dos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard e fixa seus limites."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na forma do art. 1º da Lei Complementar n. 35/91, o município de Acrelândia, em território desmembrado dos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard, situado no Vale do Acre, com sede na localidade do mesmo nome, com os seguintes limites e confrontações:

a) LIMITES MUNICIPAIS

1. Com o Estado do Amazonas

Começa no ponto em que o divisor das águas dos Rios Endinari e Iquiri intercepta a linha de divisas entre este Estado, formada pela reta que une os marcos M-05 e M-07, estabelecidos pela Comissão Tripartite em 1986/87; daí por esta linha até o marco M-07 - estação SAT 90998, com coordenadas longitude 66°47'47,310 e latitude 98°29'09,020, localizado próximo a foz do Igarapé Riozinho, no Rio Iquiri.

2. Com os municípios de Senador Guiomard/Plácido de Castro
- Distrito de Nova Califórnia

Começa no marco M-07 localizado na foz do Igarapé Riozinho, no Rio Iquiri; segue a montante deste até a sua nascente, daí por uma reta alcança a nascente setentrional do Igarapé Grande, descendo por este até a sua foz, no Rio Abunã.

3. Com a República da Bolívia

Começa na foz do Igarapé Grande, segue pelo Rio Abunã, a montante deste até a foz do Igarapé Orion.

4. Com o município de Plácido de Castro

Começa na foz do Igarapé Orion, no Rio Abunã continua a montante deste até a sua nascente, daí por uma linha reta até a Rodovia AC-401 no ponto em que inicia o Ramal do 23 continua por este Ramal até a BR-364.

5. Com o município de Senador Guimard

Começa no ponto em que o Ramal do 23 chega a BR-364, daí por uma linha de menor distância até alcançar a nascente do Igarapé Maria, prossegue a jusante deste até a sua foz no Rio Iquiri, daí pelo divisor de águas dos Rios Iquiri e Endinari até cruzar a linha de divisa com o Estado do Amazonas, formada pela reta que une os marcos M-05 e M-07, estabelecidos pela Comissão Tripartite em 1986/87, este, ponto de partida.

b) DIVISAS INTERDISTRITAIS

Só existe o Distrito Sede.

Parágrafo único. O Município criado neste artigo, continuará mantido na jurisdição do Município de Plácido de Castro até a criação de Comarca própria.

Art. 2º Em cumprimento ao art. 17 da Constituição Estadual é fixado em nove o número de vereadores do município criado pela presente lei.

Art. 3º A instalação do município de que trata a presente Lei, dar-se-á a 1º de janeiro de 1993, concomitantemente à posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos no pleito de que trata a Lei Federal n. 8.214/91.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco, 28 de abril de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e 31º do Estado do Acre.

EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO

Governador do Estado do Acre

Após a sanção da Lei 1.025 de 28 abril de 1992, ainda faltavam alguns atos administrativos para que o município fosse estabelecido de fato e de direito. Não existiam prédios públicos que pudessem comportar as repartições públicas que seriam criadas, como Câmara Municipal e Prefeitura, também não havia Comarca própria. Os únicos prédios públicos que existiam, era a Escola Professor Pedro de Castro Meireles, o Posto de Saúde, a sede da COLONACRE, o Clube Social da vila, conhecido como “chapéu de palha” e a subdelegacia de polícia que ficava em frente à escola, em um prédio já bastante desgastado.

Enquanto não acontecessem as eleições, ainda continuava a jurisdição da prefeitura de Plácido de Castro, que àquela altura, já não destinava qualquer tipo de atenção ou recurso à vila. A COLONACRE havia sido liquidada, por isso, a opção de ocupar os prédios que pertenciam à companhia, virou a mais viável para uma eventual nova administração que viesse a ocupar o poder dentro do novo município.

Enquanto se comemorava a emancipação, os bastidores da política pegavam fogo em Acrelândia: em um primeiro momento, o PMDB contava com a maioria das lideranças dentro do Redenção, mas a entrada de um personagem que até aquele momento não tinha interesse na política local, mudou o rumo da disputa, Sebastião Bocalom Rodrigues, que era dono da serraria da cidade.

Tião Rita nos conta como ele viu a entrada de Bocalom na política acrelandense:

O Bocalom, era primeira e única indústria que havia em Acrelândia, que gerava emprego. O Bocalom então, ele era egresso da política do Paraná, porque ele era vereador no Paraná e deixou lá o mandato de vereador e veio pra Acrelândia, inicialmente ele não queria nem ser político, ele abominava a ideia de ser político, ele não participava das nossas reuniões, nada disso, entendeu. Então o Bocalom representava a elite, o Bocalom era rico no meio de todos nós que éramos pobres. Então aí quando fizemos esse plebiscito e tal e transformamos em município, o próprio Dr. Marcos²⁰ falou, ah Bocalom, por que que você não sai candidato a vereador e tal. Praticamente lançou ele no cenário político, aí ele pegou ar.

A entrada de Bocalom, mudou o panorama político e recolocou o PDS na disputa pelo governo do novo município. As antigas lideranças do Projeto Redenção passaram a se organizar em siglas partidárias diferentes e aquela unidade popular que existiu durante os tempos do Projeto de assentamento foi rompida em nome do poder político dentro do novo município.

4.4 AS ELEIÇÕES DE 1992 E A LUTA POLÍTICA DE DOIS PROJETOS ANTAGÔNICOS

Elias; Pequeno (2007), explicam que o “dinamismo da produção do território brasileiro das últimas décadas pode ser revelado pela reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria”, essa reestruturação se desenvolve por meio da ação dos agentes políticos do estado.

Um novo modelo de agricultura foi difundido, o “agronegócio”, e para que esse modelo pudesse se desenvolver foram disponibilizados novos espaços agrícolas (Elias; Pequeno, 2007). Por isso, não é de se estranhar que a principal pauta dos políticos que concorreram às eleições no nascente município de Acrelândia, fosse justamente a expansão do novo modelo agrícola, tendo em vista que Acrelândia

²⁰ Juiz eleitoral da Comarca de Senador Guiomard.

poderia ser enquadrada como uma “cidade do agronegócio”. “As cidades do agronegócio no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, e dependem, em graus diversos, dessas atividades” (Elias, 2007).

A campanha eleitoral para prefeito e vereadores no município de Acrelândia, começou logo após a sanção da Lei 1.025 em 28 de abril de 1992. Os grupos políticos começaram a se formar e dois personagens que não apareciam muito na época do Projeto Redenção, entraram em cena.

De um lado, estava Paulo César Ferreira de Araújo, o “Paulinho”, acreano, seringueiro, produtor rural e morador da BR 364, fora dos limites do Projeto Redenção, era um dos remanescentes das antigas famílias que ocupavam os seringais da região. Era membro ativo do PMDB e contava com o apoio dos acreanos, que compunham boa parte dos eleitores do novo município, pois devido à demarcação do território do novo município, áreas como o ramal do Granada, São João do Balanceio, Mococa, Progresso, dentre outros, passaram a fazer parte do município de Acrelândia, porém não compunham a área do Projeto Redenção.

Para se ter uma ideia, o tamanho original do Projeto Redenção era de 30.000 hectares e área total do município de Acrelândia era de 181.377 hectares. Ou seja, o município de Acrelândia incorporou uma grande área de terra, onde povoavam diversos grupos, inclusive capixabas, no Granada, acreanos, na BR 364, mineiros, gaúchos e paranaenses no Redenção.

Do outro lado estava Sebastião Bocalom Rodrigues, o “Tião Bocalom”, paranaense, professor da escola Pedro de Castro Meireles e dono da única serraria que havia na vila Acrelândia. Possuía o histórico de ter sido vereador em sua cidade de origem, no Paraná. Era membro do PDS, conhecido por ser conservador e partidário da ditadura, era visto como membro da elite por alguns dos moradores locais, principalmente pelos acreanos.

As antigas lideranças dividiram-se entre os dois candidatos, Vilseu Ferreira, peemedebista se aliou a Paulinho, Tião Rita e Helinho se aliaram a Bocalom. Apesar de não serem alinhados ao PDS, os acordos políticos os colocaram em lados antagônicos.

O principal motivo da divisão entre as antigas lideranças, foi o projeto desenvolvimentista preconizado pelos candidatos. Enquanto Paulinho, era ligado ao modo de vida tradicional do seringueiro, do colono, Bocalom era ligado ao dito

progresso, da experiência do novo, da pecuária, da agricultura e da exploração madeireira. Havia também o fator econômico, pois Bocalom era visto como empresário bem-sucedido, culto, professor, e Paulinho carregava consigo a aura do seringueiro, do agricultor, daquela pessoa do rural. Havia ainda um terceiro candidato chamado Francisco Silvero, do PSDB.

A campanha eleitoral foi algo que nunca havia sido visto pela população local, mesmo nos tempos de disputa no município de Plácido de Castro, não se falava tanto em política como naquele momento. Principalmente porque aquela eleição definiria o futuro do lugar, de maneira direta. Era a oportunidade de votar em um representante de sua própria comunidade, como era comum na época as pessoas diziam, “o prefeito mora na minha rua”, pois a vila era pequena e possuía poucas ruas, colocando todos como vizinhos.

O panorama eleitoral era o seguinte, 3 candidatos disputavam a prefeitura e 56 candidatos disputavam as nove vagas na câmara municipal, dentro de um universo de 2.624 eleitores (Jornal “A Gazeta” de 03/10/1992.). Era uma novidade tão grande, que muitas famílias lançavam seus candidatos, contando com o número de parentes para tentar elegê-los, aconteceu de algumas famílias “racharem” e lançarem mais de um candidato.

Os partidos se coligaram e tentaram aglutinar o máximo possível de lideranças, sendo os candidatos a vereador os maiores divulgadores das candidaturas para o majoritário. Um candidato a prefeito não poderia estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas os candidatos a vereador poderiam se espalhar pelas localidades mais distantes, levando cartazes, santinhos e aquele tapinha nas costas em nome de seu futuro prefeito.

Logo começaram os discursos inflamados e o folclore local passou a contar com alguns termos oriundos dessa disputa política. Como o nome dos partidários dos dois principais candidatos, os partidários de Paulinho eram os “cururus” e os partidários de Bocalom eram os “jacarés”. Tião Rita nos conta como teria surgido os apelidos:

o Paulinho tinha vindo lá da BR cá pra cidade pra concorrer a eleição, aí o Bocalom falava, “esse cururu, pulou lá do seringal pra cá, pra concorrer a eleição, mas eu vou derrotar ele”. Aí o Hélio Lopes, foi o Hélio Lopes que falou, “ah rapaz, o Paulinho é o cururu e o Tião é o jacarezão, é o jacarezão doido pra pegar o cururu”, aí surgiu, “cururu” o pessoal que era do lado do Paulinho e “jacaré” que era o pessoal que era do lado do Tião Bocalom

Paulinho contava com Dr. Pergentino como vice, que era advogado e dentista, porém Paulinho proferia seus discursos com seu linguajar bastante popular, muitas vezes com palavras que eram incompreensíveis para os sulistas. Por isso, os sulistas se aglutinavam em grande parte junto a Bocalom, que falava com seu sotaque do sul bastante puxado, porém usando a norma culta, transmitindo uma imagem de “conhecedor” das coisas. O vice de Bocalom, era José Augusto da Silva Costa, o “Guto”, bastante conhecido entre os parceiros do Redenção, pois fora empregado da COLONACRE e trabalhara diretamente com as famílias do Projeto, principalmente na vila Acrelândia.

Os discursos inflamados e as reuniões junto das comunidades que compunham o território do município passaram a ser a ordem do dia. Dentro da vila Acrelândia, as disputas foram ficando cada vez mais acirradas e às vezes as discussões acabavam em vias de fato, porque os novos munícipes tomavam partido de seus candidatos e ainda havia um resquício da ditadura militar que tinha acabado em 1985, mas ainda inflamava os corações de pedessistas e peemedebistas.

Os políticos da época, entraram de cabeça no apoio aos candidatos em Acrelândia, deputados e o próprio governador, enviaram mensagens de apoio a seus candidatos ou foram pessoalmente até a vila pedir voto. Tião Rita descreve a campanha de 1992:

A gente fez um movimento muito grande, foi uma luta muito grande, a gente já de início, a gente já partiu pra cima como eleição mesmo de município, de muitos anos, fomos à luta, fazer visitas, fazer reuniões nas quadras, reuniões nas comunidades ... Então a luta foi muito, essa foi uma eleição muito intensa, muito concorrida, muitos comícios, muitos discursos inflamados, foi uma eleição bacana, eu tenho lembranças muito boas dessa primeira eleição de Acrelândia.

Eram dois projetos antagônicos que foram destacados à exaustão, todos tinham na ponta da língua as propostas do seu candidato, os apelidos que no início eram tidos como ofensivos, foram adotados pelos partidários dos candidatos e passaram compor o dialeto local da política.

A principal plataforma de campanha de Bocalom, foi o desenvolvimento da agricultura e da extração madeireira, inclusive a ALGOACRE, foi uma ideia de criar a indústria do algodão em Acrelândia, seu galpão ficava próximo à serraria de Bocalom. Sua bandeira era a produção rural, baseada nos padrões sulistas, com a promessa

de mecanização e apoio da EMATER para o colono que quisesse produzir. É importante lembrar que Bocalom era do mesmo partido que o Governador à época.

A bandeira defendida por Paulinho era menos ambiciosa que a de Bocalom, também se baseava na produção agrícola, porém com meios mais tradicionais e pensava também na proteção do seringueiro e do modo de vida dos acreanos. Era uma plataforma de conservação de costumes. Inclusive Paulinho sempre se apresentava como seringueiro e filho da terra, tecendo duras críticas ao modelo “predatório” que era defendido por seu adversário.

Bocalom proferia discursos duros, sempre defendendo a ideia de que o trabalho do homem do campo era essencial para o desenvolvimento do futuro município. Costumava associar o modo de vida de seu adversário ao fracasso da economia do Acre, pois para ele o extrativismo vegetal tradicional era um atraso que deveria ser debelado.

Paulinho em contrapartida, buscava ligar seu adversário aos problemas que os acreanos passaram a enfrentar depois da vinda dos sulistas para o Acre, aumento da criminalidade, invasões de terra, destruição da floresta e transmissão de doenças. Um dos principais pontos que Paulinho criticava era que um forasteiro queria se projetar na política às custas dos acreanos.

É evidente que os temas pautados pelos candidatos eram muito mais profundos que simplesmente a questão de acreanos contra sulistas, pois observamos que o capital em sua expansão pela fronteira amazônica, criou novos paradigmas entre os atores sociais, conforme nos orienta Oliveira (1990, p. 74),

A renda da terra sob o modo de produção capitalista de produção é, resultando da concorrência, renda diferencial; e é, resultando do monopólio, renda absoluta”. Nesse caso nos interessa a renda absoluta, pois ela é resultado da posse privada do solo, e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade; resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir (Oliveira 1990, p. 74).

Os projetos dos políticos poderiam parecer antagônicos, mas serviam ao mesmo propósito que era o estabelecimento do capital na Amazônia, um de forma menos “esclarecida” e o outro de maneira declarada, mas ambos carregavam consigo o projeto de desenvolver uma nova fronteira agrícola baseada no capital nacional e internacional.

Os colonos, antigos parceiros, poderiam agora escolher qual tipo de exploração capitalista queriam para suas vidas. O progresso deveria suplantar o atraso e todos os candidatos eram unânimes em defender o modelo de lotes implantados no Redenção, tanto que essa política depois foi expandida ao final dos anos 1990, início de 2000, para outras áreas que ainda não haviam sido “cortadas” para serem loteadas.

Bocalom era o candidato da serralha e do algodão, Paulinho era o candidato da agricultura familiar de subsistência e do modo de vida seringueiro. A controvérsia era tão grande, que as pessoas faziam apostas em seus candidatos, dizendo que um ou outro venceria, apostavam carros, gado e até sua própria casa. A disputa foi acirrada durante toda a campanha, denúncias de compras de votos e favorecimentos políticos para a escolha de determinado candidato eram frequentes.

Existiam os chamados redutos eleitorais. Paulinho mantinha seu reduto na região da BR 364, nas áreas que não compunham o Projeto Redenção. Bocalom possuía seu reduto no Projeto Redenção e na vila Acrelândia, principalmente porque conseguiu agregar as lideranças da antiga associação de moradores dentro de seu projeto de poder. Tião Rita falou assim sobre esses redutos eleitorais:

O Bocalom era o maior empregador, o Bocalom residia na cidade, veio com um discurso que era vereador no Paraná e etc. E como ele conseguiu agregar as lideranças mais fortes naquele momento ali, no caso eu, o Hélio Lopes e a gente fez um movimento muito grande, foi uma luta muito grande, a gente já de início, a gente já partiu pra cima como eleição mesmo de município, de muitos anos, fomos a luta, fazer visitas, fazer reuniões nas quadras, reuniões nas comunidades e ganhamos essa eleição com uma diferença apertada pro Paulinho, porque o Paulinho teve o apoio do pessoal da BR toda, teve o apoio dos acreanos, dos seringueiros e etc.

A posição de empregador foi um dos trunfos de Sebastião Bocalom para a vitória nas urnas, mas a principal vantagem foi o voto dos sulistas, que em sua maioria apoiavam Bocalom, muitos não por simpatia ao candidato, mas por entender que a forma de desenvolvimento correta era aquela que eles traziam do sul. Paulinho teve além da simpatia dos “acrianos”, o apoio de alguns sulistas, como Vilseu Ferreira, uma das lideranças da associação dos tempos do Redenção.

No dia das eleições foi, provavelmente, o dia mais agitado na Vila Acrelândia desde a sua fundação, cabos eleitorais corriam pelas ruas lançando santinhos por todos os lugares, crianças com bandeiras e cartazes, a popular boca de urna era praticada abertamente, os candidatos a vereador percorriam todas as sessões em um

esforço final de campanha, algumas confusões aconteceram entre alguns partidários mais exaltados.

Os eleitores foram às urnas que foram divididas em 8 seções. Acrelândia compunha a 8ª zona eleitoral sediada na comarca de Senador Guimard. A disputa foi acirrada e a metodologia de contagem de votos, elevou a angústia e deixou os candidatos com nervos à flor da pele até o dia 04 de outubro quando foi encerrada a contagem pública de votos.

Com uma pequena vantagem de 36 votos, Tião Bocalom saiu vitorioso do pleito e os nove vereadores eleitos foram: Vilseu Ferreira, Sebastião Benício, João Damasceno (João Padeiro), Paulo Ramos, Tião Rita, Hélio Lopes, Raimundo Nonato (Cassimiro), Harrison da Costa (Curió) e Juversino Rocha.

Figura 13-Executivo e Legislativo de Acrelândia 1993/1996



Fonte: Arquivo pessoal.

4.5 CONSOLIDAÇÃO DO NOVO MUNICÍPIO E A APROVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA.

Empossados os eleitos, foi iniciada, aquela etapa considerada a consolidação do Município de Acrelândia, pois era preciso criar a Lei Orgânica do Município, somente depois desse passo é que de fato a localidade poderia gozar de todos os direitos relativos a um município. Ou seja, Acrelândia era município de fato, mas ainda não de direito, e isso era algo que preocupava muito os vereadores. Se não conseguissem aprovar até o mês de dezembro de 1993 essa lei, o município ficaria fora do orçamento do estado para o próximo ano.

Deve-se ressaltar que, os vereadores possuíam algumas divergências em diversos temas, e isso fez com que um texto final e até mesmo uma votação final fosse adiada por várias vezes. Tião Rita nos fala sobre a lei orgânica:

Também do início administrativo de Acrelândia, nós tivemos o papel de elaborar a lei orgânica do município, a lei orgânica da câmara, então o trabalho foi muito intenso depois da eleição. Aí foram as visitas, as reuniões nas comunidades, pra levar os tópicos da lei orgânica até as pessoas, levantar as preferências das pessoas. Então foi um trabalho muito grande e muito intenso, a primeira legislatura. Também não tinha estrutura nenhuma, tivemos que ocupar os espaços que a COLONACRE já tinha construído, a prefeitura foi instalada aonde seria a sede da COLONACRE, um prédio de madeira com assoalho, a câmara foi no clube da comunidade, onde está instalado até hoje, agora que está sendo construído um prédio da Câmara Municipal. Então tudo era novo pra nós e nós tínhamos que descobrir tudo rapidamente, pesquisar e fazer aquele trabalho, em uma época que não tínhamos computadores, não tínhamos os sistemas, não tínhamos aplicativos, não tinha nada e a gente tinha que correr atrás de tudo e graças a deus, nós conseguimos fazer aquela lei orgânica que rege nosso município até os dias de hoje.

A preocupação sobre a lei orgânica, era que enquanto a gente não tivesse uma lei orgânica, a gente não poderia estar reivindicando emendas dos parlamentares, a gente, enquanto não tivesse a lei orgânica pra reger o município, o município estava existindo de fato, mas os direitos ainda não eram plenos. Então por isso era nossa pressa em construir aquela lei orgânica e promulgar ela e por sinal foi muito trabalho, que nem eu falei pra você, mas a gente conseguiu fazer em tempo hábil.

Antes da aprovação da lei orgânica, foram aprovadas outras leis que regulariam o funcionamento do município, como a criação da bandeira, do brasão e do hino do município de Acrelândia, bem como o estabelecimento da data comemorativa do aniversário da cidade, fixada para o dia 28 de abril, em alusão a assinatura da Lei 1025 de 1992.

Para a escolha da bandeira e do brasão, foi realizado um concurso entre os munícipes. Houve grande concorrência e ao final foram escolhidos, a bandeira

desenhada por Sebastião Bocalom Rodrigues Júnior, filho do prefeito Tião Bocalom. O hino de Acrelândia, foi escrito pelo professor Jonas Cunha de Araújo. O brasão escolhido foi desenhado por Tião Rita, que nos conta o episódio:

Havia a necessidade de se ter o Brasão, o Brasão de armas do município, né, a bandeira e o hino do município, daí foi feito um concurso, do qual eu participei com a bandeira e o brasão, eu tinha algumas habilidades com o desenho e falei, vou participar e fui, tive a felicidade do meu brasão ter sido escolhido pela comissão, está lá o brasão de armas do município de Acrelândia, do qual eu muito me orgulho. A bandeira foi o finado Sebastião Bocalom Junior, que era uma criança de doze anos, venceu com a bandeira e o hino do município, foi o pastor Jonas Cunha de Araújo. Pra mim foi um marco muito importante na minha vida, meu brasão de armas ficar eternizado ali no município de Acrelândia.

Figura 14- Bandeira do Município de Acrelândia



Fonte: Prefeitura Municipal de Acrelândia.

Figura 15- Brasão do Município de Acrelândia



Fonte: Prefeitura Municipal de Acrelândia.

Observamos que tanto o brasão quanto a bandeira, possuem inspiração na vocação agrícola do município, claramente baseadas nas cores da bandeira do estado do Paraná. O hino de Acrelândia, composto por Jonas Araújo ficou dessa forma:

"Salva Salve Acrelândia!
 Tu és bela e mui gentil.
 Tua terra é preciosa.
 Nossa gente é varonil.
 Quem conhece tua história tem n'alma este chão.
 São guerreiros os teus filhos.
 Já venceram os grilhões.

(Estribilho)

Acrelândia! Acrelândia!
 Tu és forte rica em terras e em grãos.
 O teu povo se orgulha com a glória desse chão.
 O teu solo é mui fértil és mui rico em plantação.

Acrelândia! És brilhante tuas matas verde em cor.
 As florestas tão bonitas como brilham o teu fulgor.
 Resgatada foste em tempo por heróis da região.
 Teu futuro são teus filhos a mais nova geração.

(Estribilho)

Acrelândia! Acrelândia!
 Tu és forte rica em terras e em grãos.
 O teu povo se orgulha com a glória desse chão.
 O teu solo és mui fértil és mui rico em plantação.

Acrelândia tua bandeira. Tem o símbolo de união
 Tem o branco da pureza. Simboliza a perfeição
 O teu verde as florestas. O azul celeste anil
 O amarelo cor de ouro. Pedacinho do Brasil.

(Estribilho)

Acrelândia! Acrelândia!
 Tu és forte rica em terras e em grãos.
 O teu povo se orgulha com a glória desse chão.
 O teu solo és mui fértil és mui rico em plantação.

Teus heróis vão a peleja. Para verte ainda melhor.
 Trabalhar é o nosso lema. Para verte ainda maior
 Entre as muitas és mui bela. Seu pudor de glórias mil.
 Teus encantos sua beleza. Fazes parte do Brasil.

(Estribilho)

Acrelândia! Acrelândia!
 Tu és forte rica em terras e em grãos.
 O teu povo se orgulha com a glória desse chão.
 O teu solo és mui fértil és mui rico em plantação.

Em 10 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica do Município e Acrelândia passou de fato e de direito a figurar entre os municípios do estado do Acre. Os limites territoriais ainda não estavam bem definidos, porque a lei 1025 definiu de maneira genérica tentando utilizar de “divisas” naturais, como igarapés e rios, porém

essa divisão se mostrou ineficiente, causando transtorno e um limbo jurídico que perdurou até 2004, quando foi sancionada a Lei 1580 de 04 de agosto, pelo então governador Jorge Viana, ficando o perímetro do município da seguinte forma:

“MEMORIAL DESCRITIVO”

IMÓVEL: Município de Acrelândia
 ÁREA: 181.377,9531 hectares
 PERÍMETRO: 268.261,06 m
 ESTADO: Acre

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Estado do Amazonas; Estado de Rondônia.
 LESTE: Rio Abunã;
 SUL: Rio Abunã e Município de Plácido de Castro (parte do PA Pedro Peixoto-INCRA); e
 OESTE: Municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard.

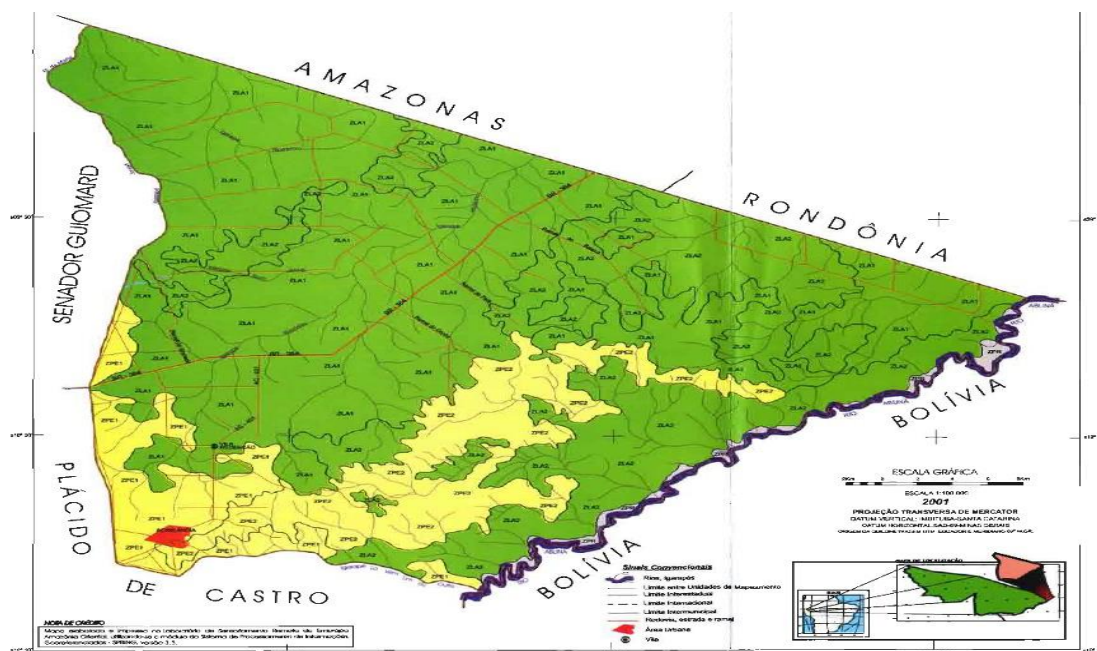
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco AC-24, localizado na divisa entre os Estados do Acre e Amazonas, à margem direita do Rio Iquiri, definido pelas coordenadas geográficas de Latitude 9°40'33,15"S e Longitude 67°08'02,61"WGr, Datum SAD-69, referida ao meridiano central 69° WGr; deste, segue pela linha que divide os Estados do Acre e Amazonas até o ponto de cruzamento com a divisa dos Estados do Amazonas e Rondônia, com azimute de 114°09'00" e distância de 38.849,54 metros até o marco AC-25, de coordenadas geográficas 9°49'03,47"S e 66°48'36,75"WGr; deste, segue pela linha que divide os Estados do Acre e Rondônia, com azimute de 114°09'00" e distância de 21.878,79 metros até o marco P-90.988, localizado à margem esquerda do Rio Abunã, de coordenadas geográficas 9°53'50,26"S e 66°37'39,78"WGr; deste, segue à montante pela margem esquerda do Rio Abunã, com distância de 110.124,00 metros até o marco WC-2, de coordenadas geográficas 67°00'04,94"WGr e 10°13'43,90"S; deste, segue confrontando com parte do Projeto de Assentamento Pedro Peixoto encravada no Município de Plácido de Castro, com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de 337°24'42" e distância de 102,34 metros até o marco M-150; com azimute de 303°58'20" e distância de 71,53 metros até o marco SAT-216; com azimute de 00°05'18" e distância de 577,14 metros até o marco M-1; com azimute de 00°07'24" e distância de 2.232,70 metros até o marco AC-01; com azimute de 270°11'57" e distância de 8.059,77 metros até o marco AC-02; com azimute 00°28'09" e distância de 12.490,80 metros até o marco AC-03, de coordenadas geográficas 67°04'34,05"WGr e 10°05'22,32"S, situado à margem esquerda da Rodovia Estadual AC-475, no sentido Acrelândia/Plácido de Castro; deste, cruzando a referida rodovia, com azimute de 00°28'09" e distância de 50,00 metros até o marco AC-03A, de coordenadas geográficas 67°04'34,05"WGr e 10°05'18,38"S, situado à margem direita da Rodovia Estadual AC-475, sentido Acrelândia/Plácido de Castro; deste, segue pela referida rodovia com distância de 3.161,94 metros até o marco AC-08, de coordenadas geográficas 67°06'01,21"WGr e 10°06'12,81"S; deste, segue confrontando com áreas do Município de Plácido de Castro, com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de 350°08'44" e distância de 4.680,98 metros até o marco AC-09; com azimute de 348°52'11" e distância de 2.231,51 metros até o marco AC-10; com azimute de 351°26'26" e distância de 2.449,04 metros até o marco AC-11; com azimute de 349°48'00" e distância de 3.356,22 metros até o marco AC-12; com azimute de 341°35'06" e distância de 524,48 metros até o marco

AC-13; com azimute de $352^{\circ}46'18''$ e distância de 1.703,40 metros até o marco AC-14, de coordenadas geográficas $67^{\circ}07'28,39''\text{WGr}$ e $09^{\circ}58'14,46''\text{S}$, à margem esquerda da BR-364; daí segue com distância de 4.041,66 metros, acompanhando a referida margem, em direção a Porto Velho, até o marco AC-15; deste cruza a Rodovia Federal BR-364, com azimute de $338^{\circ}44'05''$ e distância de 100,00 metros até o marco AC-16, de coordenadas geográficas $67^{\circ}05'25,13''\text{WGr}$ e $9^{\circ}57'25,64''\text{S}$; deste, segue confrontando com parte do PA Pedro Peixoto, encravada no Município de Senador Guimard, com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de $338^{\circ}21'04''$ e distância de 1.719,27 metros até o marco AC-17; com azimute de $68^{\circ}08'46''$ e distância de 123,76 metros até o marco AC-18; com azimute de $340^{\circ}13'39''$ e distância de 1.614,49 metros até o marco AC-19; com azimute de $247^{\circ}13'54''$ e distância de 255,09 metros até o marco AC-20; daí segue pela linha fundiária dos lotes que fazem frente para os Ramais Oco do Mundo e Bigode, com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de $339^{\circ}48'49''$ e distância de 25.931,58 metros até o marco AC-21; com azimute de $247^{\circ}06'16''$ e distância de 255,05m até o marco AC-22; com azimute de $333^{\circ}10'52''$ e distância de 343,11m até o AC-23, de coordenadas geográficas $67^{\circ}11'19,26''\text{WGr}$ e $09^{\circ}42'29,03''\text{S}$, à margem direita do Rio Iquiri; deste, segue à jusante pela margem direita do Rio Iquiri, com uma distância de 13.516,20 metros até o marco AC-24, inicial da descrição do perímetro."(NR)

Após diversas contendas e disputas políticas seu território consolidado ficou assim:

Figura 16- Zoneamento agroecológico do Município de Acrelândia-AC



Fonte: Governo do Acre

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte da pesquisa, aferiu-se diversas informações que apoiaram nossa escrita, quando se apresentou uma visão sistêmica do quadro nacional à época. Destacou-se como o capital se expandiu sobre a Amazônia através das diversas políticas implementadas pelos militares com suas grandes obras e projetos. Uma dessas obras foi a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que modificou a paisagem não apenas do local onde foi construída, mas causou modificações também na região amazônica, mais especificamente no estado do Acre.

Os desalojados pela represa da hidrelétrica foram realocados para outros lugares e muitas dessas pessoas acabaram chegando ao Acre com a promessa de terras em abundância. Todavia, como observado, muitas foram as dificuldades enfrentadas por essas pessoas que aqui chegaram para tentar uma nova vida.

O PIN e os planos de desenvolvimento, aliados a um conjunto de decretos-lei empurraram a fronteira agropecuária em direção ao coração da selva. Esse movimento criou um novo fluxo migratório dentro do território brasileiro sentido sul/norte, contrário ao tradicional movimento inverso. As frentes pioneiras, seguidas pelas frentes de expansão, marcaram profundamente as relações sociais e ambientais no Acre e em toda a Amazônia. A abertura de estradas e a criação dos grandes projetos de assentamento, foram o carro chefe do governo militar em relação ao desenvolvimento da Amazônia.

Na segunda parte, focou-se nos desdobramentos das políticas implantadas pelo regime militar dentro do território do Acre. Apontou-se que a abertura das terras do Acre para pessoas vindas do sudeste e sul do Brasil fez parte de uma estratégia global do capitalismo, e no Acre foi executada por Dantas, mas penso que seria executada por qualquer outro que ocupasse a cadeira de governador do estado do Acre. A economia tradicional do Acre, baseada na exploração do látex de seringais nativos dava seus últimos suspiros, havia a necessidade de uma nova organização produtiva no estado, porém isso não foi decidido pelos acreanos, mas dentro dos gabinetes em Brasília, coordenados pelos militares.

O INCRA, ocupado por militares, lançou diversos projetos de assentamentos no Acre, mas coube à COLONACRE, criada no governo Mesquita, a missão de alojar as pessoas que estavam sendo expulsas dos seringais. O governo federal por meio do INCRA fez a doação de 30 mil hectares de terra para que a COLONACRE pudesse

criar seu próprio projeto de assentamento, aos moldes definidos pelo governo local. Por isso a finalidade do projeto da COLONACRE era diferente daquela dos projetos do INCRA.

O Projeto Redenção, tinha por finalidade reaquecer a produção do látex, porém de uma forma modernizada, por meio de seringais de cultivo e com colheita racionalizada com subsídios do governo estadual. No primeiro momento, a busca era sanar um problema local do estado do Acre, mas acabou por servir de válvula de escape para o problema do Paraná, causado pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Ao contrário dos primeiros que chegaram ao Acre no início da década de 1970, com dinheiro e comprando os seringais de porteira fechada, os novos sulistas chegavam como lavradores e trabalhadores braçais que ocupavam os pequenos lotes dentro do Projeto Redenção. O resultado da tentativa de reaquecer a economia da borracha no Acre, através do Projeto Redenção, ficou muito aquém do esperado, por uma série de fatores que colaboraram para o fracasso dos seringais de cultivo, entre eles, a inaptidão dos parceiros em trabalhar com aquele tipo de cultura, também o tamanho dos lotes impossibilitava uma expansão da produção e o aumento da renda da terra em um período posterior. Por isso, a borracha foi praticamente abandonada nos primeiros anos do projeto e a agricultura foi tomando o papel de motor do desenvolvimento econômico da região pesquisada.

O Projeto avançou rumo a uma urbanização nos moldes das cidades pioneiras, e ganhou dois pequenos núcleos urbanos, a Vila Redenção e a Vila do BID, essa segunda foi rebatizada de Vila Acrelândia através de uma votação popular entre os moradores da vila. Conseguiu-se evidenciar que apesar do surgimento dos núcleos urbanos, eles não constavam no projeto original do assentamento, deveriam servir somente como sede da COLONACRE e entreposto para os colonos adquirirem insumos agrícolas e ferramentas, bem como escoarem a produção de seus lotes. Após a ocupação da primeira etapa do projeto, foi aberta a segunda etapa e se deu a ocupação dos lotes em sua quase totalidade.

Os movimentos sociais que surgiram nesse período, alcançaram grande adesão popular e foram responsáveis pela formação do território acrelandense. Diversas conquistas dos moradores se deram devido a sua organização em associações que possibilitaram ações conjuntas em defesa de seus interesses comuns.

Na terceira parte, observou-se o movimento dentro de um espaço já territorializado pelos colonos. Nessa fase, eles já buscavam algo mais do que melhorias para suas condições de trabalho e de vida, adentravam o campo da luta política.

Afunilando o foco da pesquisa para o nível local, estudou-se os desdobramentos dos fatos dentro do território do Projeto Redenção. Analisando os dados obtidos, tanto das fontes orais quanto das fontes documentais, e observou-se uma forte participação popular no avanço da abertura da Vila do BID e depois na campanha pela emancipação de Acrelândia.

A organização popular foi a chave para as principais conquistas dos colonos no ato de suas lutas dentro de um cenário desfavorável, como no caso do afastamento do Técnico de enfermagem Ricardo Rola, da conquista dos serviços básicos, como a instalação de um telefone público, energia elétrica, água encanada etc. Também a ocupação da reserva florestal e da área de viveiro da COLONACRE, que mais tarde daria origem à vila do BID, foi resultado de um embate entre os colonos e as autoridades estaduais.

O ponto alto da luta política organizada pelo povo, foi o movimento emancipatório, que culminou com a vitória do “sim” no Plebiscito em março de 1992, que garantiu a criação do Município de Acrelândia. Com a assinatura da Lei 1025 de 28 de abril de 1992, aquele projeto de assentamento rural, que foi idealizado para reaquecer a economia gumífera, e que serviu como terra acolhedora para os desalojados da Hidrelétrica de Itaipu, se tornou adulto emancipado na figura de um Município.

Em outubro de 1992, foram realizadas as primeiras eleições municipais para que os acrelandenses escolhessem seus representantes. Depois de eleitos tiveram o trabalho de construir os símbolos e as leis que iriam representar o novo município. Foram criados, a bandeira, o brasão e o hino, construídos pelos próprios moradores do local.

Contudo dentro desse estudo, conseguiu-se derrubar ou questionar alguns mitos que pairavam sobre a história acrelandense, o maior deles, era de que a cidade havia sido planejada previamente pelos projetistas da COLONACRE, ou mesmo que teria sido feito pelo primeiro prefeito eleito em 1992, ora, como isso seria possível, se em 1992 a cidade pioneira já existia com seu traçado peculiar?

A resposta não é tão simples, mas tanto os documentos escritos, quanto os relatos orais, corroboram com a tese de que foram os próprios moradores que delimitaram os espaços e traçaram o desenho da nova cidade, forçando primeiro a ocupação dos terrenos, mesmo que de maneira irregular perante a COLONACRE, e depois seguindo o traçado peculiar das cidades sulinas, pois era essa a organização urbana que os parceiros conheciam, tendo em vista que a maioria deles era oriunda do Sul do Brasil.

Outro mito questionado criticamente foi o de que Acrelândia passou a ser município por vontade do governador da época. Quando na verdade foram os parceiros que usaram de pressão política para que Acrelândia pudesse entrar na relação dos novos municípios que seriam criados em 1992. Tanto que as fontes orais são unânimes em afirmar que Acrelândia não fazia parte em primeiro momento dos novos municípios que poderiam ser criados no Acre. Também as fontes escritas deixam claras, através das matérias jornalísticas, que houve uma grande disputa política para a inserção das vilas dentro do projeto de lei que serviria mais tarde para embasar a criação dos novos municípios.

Diante do exposto, conclui-se que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, pois conseguiu-se encontrar os principais fatores que contribuíram, de maneira cabal, para a criação do Município de Acrelândia. Traçou-se uma linha do tempo começando a partir dos grandes projetos do governo, passando pelas aberturas das terras do Acre, a luta dos parceiros, e a consolidação e emancipação política do Município com o plebiscito de 1992, bem como a aprovação da Lei Orgânica em 1993.

Atualmente, Acrelândia é um dos municípios com maior produção agrícola do estado do Acre, principalmente nas lavouras de café, banana e abacaxi, e experimenta um período de estabilidade política e social, apesar de que no início dos anos 2000 tenha sofrido graves crises nesse âmbito, com cassação de mandato, diversas denúncias de corrupção e até assassinato de um vereador.

Esperamos, que no futuro possamos tratar sobre Acrelândia pós 1992, ou que outros interessados nessa rica história possam escrever sobre o município, talvez com outro olhar e mediante outro prisma, mas será de grande valia que tenhamos outros trabalhos sobre a cidade agrícola do Acre.

Deixa-se claro que não consideramos esse trabalho uma obra definitiva e fechada sobre o tema, mas espera-se, que sirva de ponto de partida para novos

estudos e novas escritas sobre o Município de Acrelândia, sua formação histórica e geográfica, bem como de seus aspectos políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jeferson. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Acre** / Jeferson Almeida; Roberta Amaral de Andrade; Brenda Brito; Pedro Gomes. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida** / Mario Gibson Barboza - 4. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2020. 492 p. - (Memória Diplomática).

BARROS, Luís Eduardo Pinto. **O processo que resultou na construção de Itaipu e as consequências para os Ava-guarani**. Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2008.

BRASIL. **Coleção das leis de 1978**. Poder legislativo. Departamento de Imprensa Nacional, 1978.

CASTELO, Carlos estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras Histórias**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor. São Paulo, março de 2014.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza, 22 (3): 461-474, dez 2010.

DEPRÁ, Giseli. **O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná**. Dourados: UFGD, 2006. (Dissertação de Mestrado).

DINÂMICA DO DESMATAMENTO EM 2017 NO ESTADO DO ACRE – PRODES. Rio Branco – Acre, setembro/2018. Governo do Estado do Acre. Instituto de mudanças climáticas e regulação de serviços ambientais. Unidade central de geoprocessamento e sensoriamento remoto.

Economias especiais. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/especiais/itaipu-30-anos/usina-refez-o-mapa-da-regiao-oeste-8tbwwaiyoig2mbijrefca2j2/>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **DESIGUALDADES SOCIOESPACIAS NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO**. R.B. estudos Urbanos e Regionais V.9, N.1/ maio 2007.

Entrevista com **Francisco Paiva Costa da Rocha**, realizada através de WhatsApp em 14/04/2023.

Entrevista com **Vilseu Ferreira da Silva**, realizada através de WhatsApp em 22/04/2023.

Entrevista com **Edna Bernardino e Silva**, realizada através de WhatsApp em 20/09/2023.

Entrevista com **Sebastião Rita de Carvalho**, realizada através de WhatsApp em 13/10/2023.

FILHO, Ener Waneski. **A construção da usina de Itaipu e o surgimento de atores contra hegemônicos**. Revista Paradigma, Ribeirão Preto -SP, a. XVII, n. 21, p. 205-217, jan./dez. 2012.

LEI COMPLEMENTAR N. 35, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1991. Governo do Estado do Acre.

LEI N. 560, DE 10 DE JULHO DE 1975. Governo do Estado do Acre.

Lydia Bechara, Jeanete Beauchamp, Kátia Bastos Machado. **Estudos de linguagem** – 8ª série. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1986. p. 115-6.)

LIMA, Bianca Guerreiro. FIGUEIREDO, Symone Maria de Melo. Scientia Naturalis, v. 2, n. 2, p. 799-818, 2020. **Caracterização ambiental do projeto de assentamento dirigido Humaitá, Acre**. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/SciNat>. Acesso em 24 de jun. 2022.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**; tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1975.

MARCONI; LAKATOS (2019). **Metodologia qualitativa e quantitativa**. In: _____. **Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 295-347.

MARCONI; LAKATOS (2020). **Projeto e relatório de pesquisa**. In: _____. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso**. 8. Ed. [4a reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2020. p. 99-140.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial**. 2 ed- Rio Branco: EDUFAC, 2016.

MARTINS, José de Souza [1975]. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica.** In: **Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. cap. 3, p. 43-50.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MATIELLO, Catiane; QUELUZ, Gilson Leandro. **NARRATIVAS DA RESISTÊNCIA: história oral de vida de famílias desapropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu.** *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 49, ago. 2011.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** Edições Loyola, 2ª edição. São Paulo- SP, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre - sr.14. **Relatório de gestão do exercício de 2013.**

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac: a formação sócio-territorial urbana a partir das políticas públicas dos militares.** In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis-SC: UFSC, 2000.

NASCIMENTO, Luciano Rodrigues do. **Projeto de Colonização Redenção (Acrelândia – Acre): do planejado ao vivido (uma introdução).** Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Geografia. Universidade Federal do Acre. Outubro de 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas públicas e Amazônia.** 1988, Campinas-SP. Editora Papirus.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura.** São Paulo – SP, 1990. Editora Ática.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. **Holocausto ecológico em Itaipu e na Amazônia: Trabalhadores(as), ditadura e conflito agrário do sul ao norte do Brasil.** *Revista Escritas do Tempo* – v. 3, n. 7, jan-abr/2021– p. 192-210.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. Editora Ática S.A. São Paulo, 1993.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2013** apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, e das orientações do órgão de controle interno.

SALGADO, Cristiane Batista; LIMA, Dermeson de Sousa; CAVALCANTE, Cláudio Roberto da Silva. **Análise da paisagem na Amazônia Sul-ocidental: As transformações socioambientais no município de Acrelândia-AC.** Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória – ES, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil.** 1 ed. Editora Scipione. São Paulo, 1994.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana** / Silvio Simione da Silva. - Presidente Prudente: [s.n.], 2004

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo, Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia.** IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

VAINER, Carlos B. **PLANEJAMENTO TERRITORIAL E PROJETO NACIONAL: OS DESAFIOS DA FRAGMENTAÇÃO.** R.B. Estudos Urbanos e Regionais V.9. N.1/ MAIO 2007.

Programa de Integração Nacional definição. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

